

ALOIZIO MERCADANTE
MARCELO ZERO

ORGANIZADORES

UM LEGADO PARA O FUTURO

GOVERNOS DO PT



Governos do PT

UM LEGADO PARA O FUTURO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

No começo do século XXI, o Brasil viveu, com atraso de quase seis décadas, situação comparável à experiência verificada nos países desenvolvidos a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, uma espécie de “revolução silenciosa” patrocinada pela convergência governamental apoiada no moderno direito da cidadania voltado à garantia de padrão básico de bem-estar a todos.

Nesse sentido, a noção de cidadania avançou consideravelmente para além da dimensão primitiva assentada nos rendimentos enquanto homologadores do modelo de consumo consagrado por simples escolhas individuais.

A difusão do padrão de bem-estar comprometido com a universalização do acesso aos bens e serviços essenciais – não mais limitados à restrição dos rendimentos individuais ou à capacidade monopolizadora da política pública local –, implicou inverter prioridades instauradas por governos anteriores. Por isso, a implantação de política econômica comprometida com o pleno emprego da força de trabalho, da política social de extensão de benefícios de garantia de renda aos mais necessitados, da política pública aos sem casa, aos sem iluminação elétrica, aos sem água e saneamento, aos sem escola, aos sem universidade, entre outras tantas faces da desigualdade geradas pelas livres forças do mercado.

O ineditismo da recente experiência brasileira terminou sufocado pela força do golpe político que em 2016 retirou das funções de mandatária do país, uma presidenta legitimamente eleita. Concomitante, processou-se a “contrarrevolução silenciosa”, fundada na retirada dos pobres do orçamento público com a desconstrução das políticas públicas e o favorecimento dos já privilegiados.

A trajetória dos governos petistas que vinha sendo validada nas quatro últimas eleições presidenciais sucessivas, não fosse o golpe político de 2016, permitiria consagrar uma grande nação democrática, com sustentável crescimento econômico e inclusão de todos no padrão básico de bem-estar.

Tudo isso foi sistematizado de forma didática, compreendendo consulta e participação variada e qualificada de muitos neste estudo louvável que ora publicamos, organizado por Aloizio Mercadante e Marcelo Zero. Embora possa não ser definitiva e tampouco excludente de outras, constitui narrativa fundamental para o entendimento coletivo sobre aqueles que já demonstraram saber fazer o bem ao povo é que apresentam melhores condições de continuar a fazê-lo, desde que o próprio povo possa se manifestar nas eleições livres e democráticas.

Marcio Pochmann

Presidente da Fundação Perseu Abramo

GOVERNOS DO PT

UM LEGADO PARA O FUTURO

ALOIZIO MERCADANTE
MARCELO ZERO

ORGANIZADORES

SÃO PAULO
BRASIL
2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos
Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Preparação editorial e revisão: Eduardo Marcos Fahl

Projeto gráfico e editoração: Caco Bisol

Imagem da capa: Otavio de Souza

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G742 Governos do PT: um legado para o futuro / organizado
G742 por Aloizio Mercadante e Marcelo Zero; [colaboradores
Danilo Molina...] [et al.] – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2018
160 p. ; 23 cm
Bibliografia

ISBN 978-85-5708-096-6

I. Mercadante, Aloizio II. Zero, Marcelo 1. Partido dos Trabalhadores
2. Participação popular 3. Inclusão social 4. Desenvolvimento econômico
5. Políticas públicas 6. Brasil – Crise política

CDD 330.981

(Bibliotecária responsável: Eduardo Marcos Fahl – CRB8-8387)

AGRADECIMENTOS

Este texto foi produzido a partir de discussões internas e de contribuições da assessoria da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, do grupo de economistas do Instituto Lula (IL) e da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Foi coordenado por Aloizio Mercadante, sendo que o texto-base e a edição final foram realizados em parceria com Marcelo Zero, com a leitura crítica e contribuições de Danilo Molina, Jorge Messias, Ricardo Carneiro, Jorge Mattoso, Ladislau Dowbor, Tereza Campelo, Pedro Rossi, Guilherme Mello, Marcio Percival, Marcio Pochman, Esther Dweck, Luiz Antonio Elias, Clara Ant, Renato Simões e ainda com a contribuição de textos produzida por Alexandre Padilha, Heider Pinto, Miriam Belchior, Mauricio Tolmasquim, Eleonora Menicucci, Nilma Gomes, Henrique Paim, Gerson Gomes, José Eduardo Martins Cardoso, Miguel Rossetto, Guido Mantega e Juca Ferreira.

Agradecimentos, também, pelos comentários críticos da senadora Gleisi Hoffmann, senador Lindbergh Farias, Artur Henrique e Juvandia Moreira (da CUT), João Paulo Rodrigues (do MST), Fernando Haddad, José Genoino e Emir Sader.

A maioria dos textos que contribuíram para este trabalho ainda não foi publicada, estão sendo construídos na FPA e IL, por isso não podemos citar. Tivemos muitas outras colaborações, comentá-

rios e sugestões nos processos de discussões, mas muito difícil o registro de todas. E evidentemente, que todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente não tem responsabilidade sobre interpretações, eventuais erros e omissões.

Finalmente, agradecemos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acompanhou e participou ativamente das discussões internas no IL e na FPA, e à presidenta Dilma Rousseff pelas críticas, comentários, sugestões e, especialmente, pelos governos que dirigiram e que tornaram possível esse importante processo histórico de construção de um Brasil mais justo, inclusivo e para todos.

SUMÁRIO

13 APRESENTAÇÃO

17 UM BRASIL MAIS JUSTO, INCLUSIVO E COM OPORTUNIDADES PARA TODOS

20 O EIXO SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL, REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
E ACESSO A DIREITOS IMPULSIONARAM UM AMPLO MERCADO INTERNO
DE CONSUMO DE MASSAS

24 *AS POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS E UNIVERSAIS*

24 *EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE ESTRATÉGICA*

31 *SAÚDE PÚBLICA E AS MUDANÇAS PARA UM SUS DE QUALIDADE*

35 *HABITAÇÃO POPULAR E O MINHA CASA, MINHA VIDA*

38 *DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES*

41 *AGRICULTURA, AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA*

47 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

50 AS POLÍTICAS CULTURAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO

52 POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

56 O GOVERNO FEDERAL E A SEGURANÇA PÚBLICA

63 SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

66 A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA E A INSERÇÃO
INTERNACIONAL SOBERANA

70 *ALGUMAS PALAVRAS SOBRE DEFESA NACIONAL*

73 INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A INDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

76 GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS

77 EXPANSÃO DO CRÉDITO E ATUAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

81 O MITO DA GASTANÇA E A RESPONSABILIDADE FISCAL

85 LIMITES ESTRUTURAIS AO NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

85 A FINANCEIRIZAÇÃO, O AUMENTO DA DESIGUALDADE E AS RESTRIÇÕES À DEMOCRACIA

92 O MERCADO DE TRABALHO E O NOVO PARADIGMA TECNOLÓGICO

98 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E REFORMAS ESTRUTURAIS

101 UM BRASIL MAIS DESIGUAL, EXCLUDENTE E DE POUCOS

101 A POLÍTICA SABOTANDO A ECONOMIA: A NATUREZA DA CRISE E O GOLPE

101 *GOLPISMO E O IMPACTO DA LAVA JATO*

103 *OS FATORES ECONÔMICOS DA CRISE E A INFLEXÃO NA POLÍTICA ECONÔMICA EM 2015*

115 *A CRISE POLÍTICA: PARALISIA DA CÂMARA, POLÍTICA DO QUANTO PIOR MELHOR E IMPEACHMENT*

118 *A MEDIDA DOS IMPACTOS*

121 DESMONTE: A ORTODOXIA FISCAL PERMANENTE E O RETORNO À AGENDA NEOLIBERAL TARDIA

123 *TETO DECLINANTE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS E DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DEZEMBRO DE 2016)*

125 *QUEDA DOS FINANCIAMENTOS PÚBLICOS AO INVESTIMENTO*

127 *A RETIRADA DE DIREITOS E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO*

130 *O AUSTERICÍDIO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL PASSIVA E SUBORDINADA*

133 LIMITES DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

135 O ATAQUE À DEMOCRACIA E A FRAGILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

135 *O GOLPE*

138 *O ESTADO DE EXCEÇÃO SELETIVO*

139 *CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A CRISE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA*

143 O BRASIL DE VOLTA AO FUTURO?

143 CENÁRIOS E TENDÊNCIAS PARA 2018

144 O GOLPE DENTRO DO GOLPE

149 CONSIDERAÇÕES FINAIS

161 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

165 SOBRE OS ORGANIZADORES





APRESENTAÇÃO

Costuma-se dizer que a primeira vítima de uma guerra é a verdade. Com efeito, numa guerra em sentido estrito ou numa guerra política, o assassinato da verdade e a ocultação dos fatos ocorrem em profusão.

No Brasil, não é diferente. A primeira vítima do golpe parlamentar de 2016 não foi só a democracia. Foi também a verdade.

Antes do golpe, e para justificá-lo, as forças antipopulares e antinacionais difundiram, à exaustão, uma série de mentiras sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre as muitas mentiras, disseram que os governos do PT haviam “quebrado o Brasil”, promovido uma imensa e irresponsável “gastança”, “destruído a Petrobras”, gerido as finanças públicas com “irresponsabilidade fiscal”, implantado o “maior esquema de corrupção da história”, inchado a máquina pública, implementado uma política externa “ideológica e terceiro-mundista”, entre outras acusações.

Essa cortina de fumaça de mentiras destinou-se e destinou-se a ocultar um extraordinário legado social, político e econômico que foi deixado pelos governos do PT. Um legado que, em agudo contraste com a nossa tradição histórica de exclusão e desigualdade social, melhorou a vida de dezenas de milhões de brasileiras e brasi-

leiros e fez do Brasil um país respeitado em todo o mundo. De fato, ao longo do ciclo de desenvolvimento dos governos do PT, o nosso país experimentou, pela primeira vez, uma combinação virtuosa de aperfeiçoamento democrático, massiva inclusão social, distribuição de renda e crescimento com estabilidade macroeconômica.

Contudo, as forças golpistas que assaltaram o Brasil querem fazer tábula rasa desse legado, ocultando os fatos da população e destruindo as extraordinárias realizações desse período histórico virtuoso.

Pois bem, este trabalho é um esforço para revelar e analisar esse legado. Não apenas para mostrar o que foi feito no passado, mas fundamentalmente para revelar o que pode ser feito no futuro. É nosso sólido entendimento de que, se o Brasil quiser superar o golpe, a desestruturação do Estado e do mundo do trabalho, suas medidas extremamente regressivas e promover um novo ciclo de desenvolvimento, a base para tal superação tem de ser assentada no legado dos governos do PT.

É claro que as circunstâncias nacionais e internacionais são hoje bastante diferentes das que predominaram na era dos governos do PT. Não obstante, as diretrizes fundamentais daquele ciclo, como a inclusão social; a ampliação das oportunidades para todos; a distribuição de renda; eliminação da pobreza; o fortalecimento e expansão de um mercado interno de consumo de massas; a inclusão educacional; a abertura do ensino superior aos mais pobres e aos afrodescendentes; a melhoria no acesso à saúde; a inclusão bancária da população; a abertura do Estado à participação popular; o combate republicano e isento à corrupção; o aprimoramento e a expansão do Estado do Bem-Estar; a defesa ativa e altiva dos interesses nacionais no cenário externo; a sustentabilidade econômica, social e ambiental têm de estar presentes na formulação e implementação

de um novo ciclo de desenvolvimento que aprofunde e consolide o legado deixado pelos governos do PT.

A agenda destrutiva e regressiva do golpe colocou o Brasil no rumo do abismo social, da fragilização econômica, da erosão da soberania nacional e do comprometimento das instituições democráticas. O único futuro que tal agenda oferece ao Brasil é o da ampliação das desigualdades sociais e a volta da fome e da pobreza, combinadas com “voos de galinha” na economia, destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários, dependência frente às grandes potências e crescente configuração de um Estado de exceção.

Assim, este trabalho, ao analisar o passado, pretende também descortinar um futuro para o Brasil. Um futuro a ser construído no terceiro governo de Lula. Um futuro no qual caibam todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Esse futuro estará baseado, certamente, na distribuição de renda de enorme importância para o País e que constitui um dos principais aspectos do legado dos governos do PT. Deverá, ainda, aprofundar e fazer avançar uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento da nação brasileira, que os governos do PT deram o início. Trata-se das ações, iniciativas e programas para a distribuição da riqueza. O principal tripé para alcançarmos um real e efetivo compartilhamento da riqueza está apoiado no acesso à *educação de qualidade para todos*; na *aposentadoria digna*, que remunere as gerações de brasileiras e brasileiros que construíram o Brasil com seu trabalho; no acesso do povo de nosso País ao seu patrimônio fundamental: *terra e moradia*.

O futuro que iremos construir juntos é fruto do esforço coletivo. É fruto de um País baseado nos valores civilizatórios, éticos e morais da cooperação e do altruísmo, e não da competição e do egoísmo. Estamos do lado certo da História. O lado da democracia,

da justiça social e da soberania nacional. Estamos do lado e ao lado do povo do Brasil. Estamos onde sempre estivemos e onde sempre estaremos.

E temos a certeza de que, assim como a esperança derrotou o medo, em 2002, ela derrotará o ódio em 2018.

Dilma Rousseff

Presidenta do Conselho Curador da FPA

UM BRASIL MAIS JUSTO, INCLUSIVO E COM OPORTUNIDADES PARA TODOS

O Brasil é um país de capitalismo tardio, com um longo passado colonial e um regime de escravidão que durou por quase quatro séculos. Um país com recursos naturais estratégicos, dimensões continentais, uma agricultura moderna e competitiva e uma indústria relativamente diversificada, mas marcado por um processo histórico de profunda exclusão, privilégios e desigualdades sociais, além de uma forte instabilidade política.

A experiência democrática é muito recente e, desde que foi assegurado a eleição direta e o voto universal a partir de 1946, apenas cinco presidentes concluíram seus respectivos mandatos:

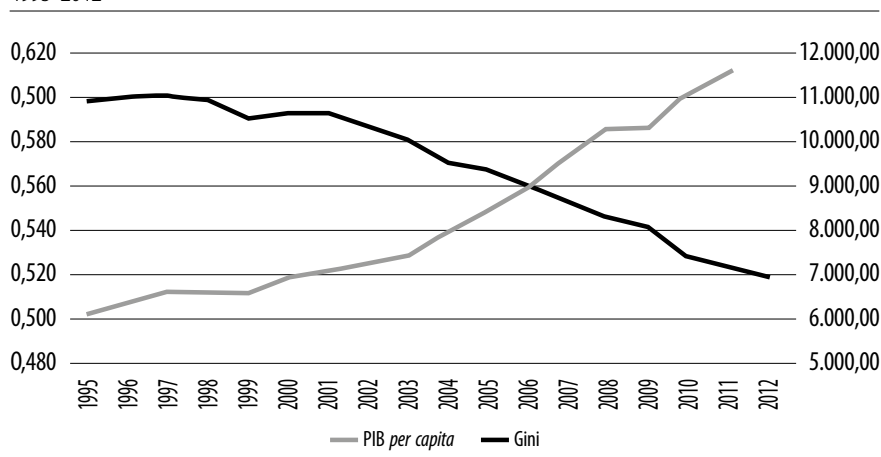
- Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), que não foi propriamente um governo democrático;
- Juscelino Kubitschek (1956-1960), que sofreu duas tentativas de golpe;
- Fernando Henrique Cardoso (1995-2002);
- Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); e
- Dilma Rousseff (2011-2015), que concluiu seu primeiro mandato, foi reeleita e afastada em 2016, em razão de golpe político, por meio de um *impeachment*, sem crime de responsabilidade.

O Brasil configura-se, ao longo da história, como uma democracia com longos períodos autoritários, alguns golpes de Estado e recorrente instabilidade política.

O país atravessou um longo período de crise da dívida externa, com uma hiperinflação das mais longas da história, nas décadas de oitenta e noventa do século passado. A hiperinflação foi superada com a estabilidade monetária decorrente do Plano Real, em 1994. Entretanto, o país não superou a instabilidade macroeconômica e sofreu uma nova crise de balanço de pagamentos, em consequência da utilização prolongada da âncora cambial. Estava, ainda, sobre o monitoramento ortodoxo do FMI, nas eleições presidenciais de 2002.

Em contraste, o Brasil viveu alguns dos melhores anos de seu desenvolvimento, de 2003 a 2014. Pela primeira vez na história, tivemos de forma combinada: democracia, crescimento econômico, estabilidade, inclusão social e distribuição de renda. O Brasil que era a 13ª economia do mundo chegou a ser a 6ª economia mundial e atingiu o grau de investimento pelo *rating* das agências de risco. Os frutos do desenvolvimento puderam ser compartilhados com uma ampla parte da população que, até então, era excluída do processo de crescimento econômico.

GRÁFICO 1 PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE GINI
1995-2012



Mais do que uma atuação em favor de uma maior justiça social, os governos do PT promoveram uma mudança no padrão de desenvolvimento econômico, colocando a geração de empregos e a ascensão social dos mais pobres no centro da estratégia do desenvolvimento, combinada à reestruturação dos instrumentos estatais em favor de um maior dinamismo com viés redistributivo, realimentando, assim, os mecanismos de crescimento.

Esse novo padrão de desenvolvimento procurou articular três eixos fundamentais: a inserção internacional soberana, o aprofundamento da democracia e da participação popular e a inclusão social com distribuição de renda, aumento das oportunidades para todos e redução das desigualdades (MERCADANTE, A., 2006, 2010).

Nesse sentido, nos parece que o conceito de social-desenvolvimentismo é insuficiente para caracterizar tal período da história, ainda que o eixo da inclusão social e da distribuição de renda seja estruturante para o novo padrão de desenvolvimento daquele período, considerando a histórica desigualdade do país e o nível de exclusão social que estavam presentes em 2002.

A atuação dessas frentes (nacional, democrática, social e, podemos acrescentar, a da sustentabilidade) decorre da implementação de um conjunto complementar e articulado de políticas públicas, que potencializaram os ganhos econômicos e sociais, em um cenário internacional mais favorável, e conformaram um mercado interno de consumo de massa.

Desse modo, podemos afirmar que no modelo de desenvolvimento com inclusão que levamos a cabo no Brasil, o econômico e o social são indissociáveis, e junto com a sustentabilidade, tal modelo incorporou os três pilares: econômico, social e ambiental, em um contexto de radicalização da democracia e de maior participação popular.

Em síntese, os governos Lula e Dilma impulsionaram a construção de um *Brasil mais justo, inclusivo e com maiores oportunidades para todos*.

O EIXO SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL, REDUÇÃO
DAS DESIGUALDADES E ACESSO A DIREITOS
IMPULSIONARAM UM AMPLO MERCADO INTERNO
DE CONSUMO DE MASSAS

Ao contrário do que se diz, o fator propulsor para o desenvolvimento brasileiro, no período dos governos do PT foram os investimentos públicos e privados articulados com a conformação de um amplo mercado interno de consumo de massas e não o ciclo internacional das *commodities*. No Brasil, as exportações como um todo representam cerca de 11% do PIB e a das *commodities*, em particular, aproximadamente 6,8% do PIB. Em contraste, o consumo das famílias participa com mais de 60% do PIB.

A contribuição das exportações para o crescimento do PIB só foi significativa entre 2001 a 2005, período em que elas se igualaram ao consumo das famílias e contribuíram para a retomada do crescimento econômico¹.

Obviamente, o ano inicial da crise (2015) – que desemboca no *impeachment* – está contaminado pela profunda crise política criada pelos golpistas para viabilizar o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Já 2016/17 são os anos do desmonte do Estado, de um austericídio permanente e da desestruturação do mercado de trabalho.

A agenda social e o combate à fome e à pobreza ganharam centralidade e prioridade na ação dos governos do PT, e é importante frisar que essa opção foi muito além da busca por justiça social. O potencial latente em um país que então tinha 190 milhões de brasileiros, dos quais uma imensa parcela estava excluída de acesso

1. Já no período 2006-2010, para um crescimento médio de 4,51% ao ano, o consumo das famílias contribuiu com 2,66 pontos percentuais (p.p.), ao passo que as exportações contribuíram com somente 0,22 p.p, abaixo também da formação bruta de capital (1,07 p.p.) e do consumo do governo (0,55 p.p.).E, no período de 2011 a 2014, para um crescimento médio de 2,34%, o consumo das famílias respondeu por 3,51 p.p., ao passo que as exportações responderam por apenas 1,56 p.p. (o vazamento da demanda decorre das importações por 3,77 p.p.).

à renda, bens, serviços e direitos básicos, abria um novo caminho. Incluir essa população historicamente alijada da economia acionava um gigantesco potencial econômico.

Essa primeira frente importante da demanda agregada, o mercado interno de consumo de massas, só foi possível pelas políticas redistributivas, que permitiram a inclusão de milhões de brasileiros na economia por meio da ampliação e da melhoria do emprego, das políticas sociais inovadoras, do aumento dos salários e da renda, do fortalecimento da agricultura familiar e da democratização do crédito para as famílias de baixa renda.

A evolução muito positiva do mercado de trabalho teve consequências substanciais na formação do mercado interno de consumo de massas. O salário-mínimo cresceu, em termos reais, 77% em 12 anos e foram gerados 23 milhões de empregos formais. Em 2014, o IBGE registrou a menor taxa de desemprego da série de sua pesquisa mensal: apenas 4,8%. A formalização laboral cresceu de 45,7%, em 2003, para 57,7%, em 2014. Ela foi resultante da retomada do crescimento, acompanhada de uma forte fiscalização no mercado de trabalho e de novos marcos legais, como os dos Micros Empreendedores Individuais (MEI), que permitiram a regularização de mais de 5 milhões de trabalhadores, que não tinham previdência social e acesso ao crédito.

Como exemplos das políticas públicas distributivas, podemos mencionar políticas de transferência de renda inovadoras, como o Bolsa Família, criado no início do governo Lula, um programa republicano, exitoso e internacionalmente reconhecido. O Bolsa Família beneficiava, em 2015, 13,9 milhões de famílias e 17 milhões de crianças e adolescentes, que tinham a frequência escolar acompanhada, contribuindo para uma ampla inclusão educacional. Destes, nove milhões tinham também um acompanhamento nas unidades de saúde, contribuindo para a redução de 58% na desnutrição e 46% na diarreia.

O Bolsa Família foi complementado, no governo Dilma, pelo programa Brasil Carinhoso, que adicionou a garantia de uma renda mínima e permitiu retirar 8,1 milhões de crianças e adolescentes da miséria e aumentar de forma importante a inclusão educacional, especialmente nas creches e pré-escolas (CAMPELO, T., 2017).

Também deve-se mencionar as transferências previstas na Constituição Federal que, com a nova política de aumento real do salário-mínimo, potencializaram a capacidade distributiva do sistema previdenciário, além de terem ocasionado um impacto positivo no mercado de trabalho. Paralelamente, o sistema previdenciário foi complementado por políticas assistenciais aos cidadãos que não estavam sob a proteção de um regime contributivo, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC)².

A ampliação da renda dos mais pobres é um dos elementos que ajuda a entender a articulação entre o social e o econômico, que reduz a pobreza e melhora a qualidade de vida da população, gerando, por outro lado, efeitos macroeconômicos muito positivos.

Também é importante entender o papel da ampliação dos direitos e do acesso a bens e serviços. Estamos falando do direito à alimentação em quantidade e qualidade, assegurado com o aumento do emprego e da renda, com a merenda escolar e com a ampliação da produção de alimentos pela agricultura familiar. Do direito à água, moradia, saneamento básico, educação e ao atendimento profissional de saúde. Tudo isso faz girar a economia, gera investimentos e empregos. Portanto, a ampliação do mercado interno de consumo de massas veio também como contrapartida (efeito colateral positivo) da garantia de direitos³.

2. Ao observarmos o comportamento da renda no período 2002-2015 verifica-se que cresceu em todas as faixas. O crescimento do rendimento médio domiciliar per capita real no período atingiu 38%. Todas as faixas apresentaram variação positiva. Os 20% mais ricos da população apresentaram um crescimento de 23%, enquanto que para os 20% mais pobres, o crescimento chegou a 84%, em termos reais. É isso que explica a redução da desigualdade de renda do trabalho medido pelo Coeficiente de Gini, que chegou ao mais baixo patamar da história brasileira: 0,49, em 2014.

3. Os níveis de exclusão e o potencial do crescimento do mercado interno podem ser avaliados por alguns

O PIB per capita, entre 1980 e 2003, cresceu apenas 6%, uma taxa anual de 0,02%. Já no período de 2004 e 2013, como resultado dessas políticas, o PIB per capita teve um crescimento de 30%, equivalente a um incremento médio anual de 2,6% (CARNEIRO, R., 2017).

Ao longo dos governos do PT, 36 milhões de brasileiros deixaram a pobreza extrema e outros 42 milhões ascenderam socialmente. Pelo conceito de pobreza multidimensional do Banco Mundial, que considera um conjunto de indicadores, a redução da pobreza extrema foi de 9,3% da população para apenas 1%.

Em síntese, um conjunto de políticas públicas garantiu o enfrentamento à pobreza nas suas múltiplas faces, assegurando renda e emprego, mas também investindo em acesso à água e ao saneamento básico, à habitação, saúde, educação, e a bens de consumo que melhoraram muito a vida da população. Esses investimentos asseguraram qualidade de vida e oportunidades. São direitos que geram direitos. O direito à água, o direito à segurança alimentar, o direito à moradia digna. E geram também investimentos e emprego nas ações de infraestrutura social e de habitação. No campo, houve um importante avanço da reforma agrária e da agricultura familiar. Esse conjunto articulado de investimentos e políticas públicas fortalecem e dinamizam o mercado interno de consumo de massas.

As consequências são reconhecidas. O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU/FAO, com uma queda de 82% da população subalimentada, entre 2002 e 2014. A mortalidade infantil caiu à metade

indicadores relativos ao período de 2002 a 2015. A oferta de água de qualidade que, em 2002, beneficiava 152 milhões de brasileiros passou a beneficiar 193 milhões em 2015, graças à construção de 1,2 milhão de cisternas e de obras estruturantes, como a Transposição do São Francisco, no semiárido nordestino. E o acesso ao escoamento sanitário que chegava a 114 milhões beneficiou 48 milhões de novos cidadãos, nesse mesmo período. Além disso, a energia elétrica passou a ser ofertada para 35,6 milhões de pessoas que não tinham acesso a esse serviço público essencial. No caso dos bens de consumo duráveis, como telefone, televisão, fogão, geladeira, rádio e máquina de lavar, a elevação do acesso foi de 28,2% da população, em 2003, para 44,4% dos brasileiros em 2012 (Ipea, 2013). Foram 24 milhões de famílias que passaram a ter geladeira e outras 37 milhões de famílias que passaram a ter fogão elétrico ou a gás, entre 2002 e 2015 (Pnad/Ibge, 2002 e 2015). Tivemos, assim, uma importante democratização do acesso aos bens de consumo duráveis e uma ampla modernização do padrão de consumo da população de baixa renda.

(de 23,4 para 12,9 por mil nascidos vivos). O trabalho infantil entre os pobres e extremamente pobres caiu 84%, de 2004 a 2015. Em números absolutos, declinou de 2,4 milhões para 390 mil.

A constituição de um amplo mercado de consumo de massas fazia parte do programa de governo e da estratégia do governo Lula desde seu início. Esse programa se assentava, como vimos, em alguns pilares: as políticas sociais de transferência de renda, a ampliação e melhoria do emprego e da renda e a democratização do acesso ao crédito para a população de baixa renda. A constituição de um amplo mercado de consumo de massas mudaria o padrão de crescimento, porque estimulava a estrutura produtiva doméstica e, por meio de ganhos de escala das empresas, proporcionava ganhos de produtividade e competitividade, impulsionando as exportações e promovendo um círculo virtuoso de crescimento (BIELSCHWSKY, R., 2012; ROSSI, P. e MELLO, G., 2017).

AS POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS E UNIVERSAIS

■ *Educação como prioridade estratégica*

Os governos populares de Lula e Dilma conceberam a educação como um bem público, um direito subjetivo de todo cidadão, uma política pública de responsabilidade do Estado, estratégica e imprescindível para o novo projeto de desenvolvimento da nação. A educação se constituiu como um dos alicerces fundamentais do novo programa de governo.

A educação foi considerada uma política pública fundamental para assegurar inclusão e a justiça social, mas também como uma exigência indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável, cada vez mais associado à economia do conhecimento, marcada pelo impacto das ciências, das novas tecnologias e das inovações.

A nossa herança histórica, marcada por um profundo atraso educacional e uma dívida cultural e social com as famílias mais pobres,

exigiu uma política educacional ousada e um imenso esforço de democratização do acesso, com a inclusão de vastas camadas de excluídos, especialmente de crianças e jovens mais pobres nos sistemas de ensino.

As ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) estavam focadas somente no ensino fundamental. A educação infantil e o ensino médio não possuíam uma agenda clara e consistente de apoio ou financiamento.

A educação profissional era relegada ao segundo plano. O governo do PSDB havia retomado a concepção dualista e excludente entre ensino médio propedêutico e ensino técnico e profissionalizante. O decreto presidencial nº 2.2087/1997 proibiu as experiências de integração entre essas duas modalidades e impôs uma vedação à expansão da educação profissional pública federal.

Na educação superior, embora houvesse um crescimento importante de matrículas nas instituições privadas, decorrente da reforma privatizante do governo FHC, o acesso da população de baixa renda era muito restrito, mantendo a tradição histórica de exclusão educacional. Além disso, as universidades federais enfrentavam uma severa restrição orçamentária, que degradava suas atividades, com redução do corpo docente e baixa expansão das matrículas. Tal concepção excludente está se reapresentando agora, como no recente estudo do Banco Mundial, inspirado em argumentos utilizados pelo pensamento neoliberal, segundo o qual a educação universitária pública e gratuita e os programas de acesso e de inclusão educacional custam caro, prejudicam a educação fundamental e devem ser substituídos pelo setor privado.

Desde o início do governo Lula, houve um grande esforço para superar essas falsas oposições e foi implementado um conjunto sistêmico, articulado, integrado e complementar de políticas educacionais. Na nova visão sistêmica da educação, todas as etapas e modalidades estão interligadas e são orientadas para assegurar acesso, permanência

e qualidade, desde a creche até a pós-graduação. Esse conjunto de políticas e programas foi acompanhado de um novo padrão de financiamento público para a educação.

A primeira mudança importante no padrão de financiamento foi a transformação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundef), criado no governo FHC, que tinha um foco exclusivo no ensino fundamental. O novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) superou a exclusão anterior e assegurou os repasses dos recursos para todos os níveis da educação básica: educação infantil, fundamental e ensino médio.

Outra mudança relevante para o novo padrão de financiamento foi a revogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), implantada em 1994, pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Tal medida retirava 20% dos recursos vinculados para educação, definidos pela Constituição Federal de 1988.

Esse novo padrão de financiamento público para a educação permitiu que os governos Lula e Dilma aumentassem em 206%, em termos reais, o orçamento da educação. A presidenta Dilma investiu em educação R\$ 54 bilhões acima do piso constitucional.

Outro grande avanço em direção ao novo padrão de financiamento da educação, no médio e longo prazo, ocorreu no governo Dilma e se constituiu na vinculação de 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação e para a saúde. A estimativa de recursos a serem repassados no momento da aprovação da lei, que depende da produção futura, preço internacional do petróleo e taxa de câmbio, era de R\$ 112 bilhões em dez anos, e R\$ 324 bilhões em trinta anos. Essa estimativa está comprometida agora com as mudanças promovidas pelo governo golpista, como a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congelou o gasto público por 20 anos e acabou com o piso constitucional da educação, e as mudanças na lei do pré-sal, que reduziram as exigências ambientais e

de conteúdo nacional e isentaram de impostos as multinacionais de petróleo, em uma renúncia fiscal que pode chegar a R\$ 1 trilhão. O golpe está rasgando nosso passaporte para o futuro, o pré-sal, a única fonte adicional relevante de recursos para a educação.

De qualquer forma, com a nova visão integrada e sistêmica e com o novo padrão de financiamento da educação construído pelos governos do PT, tivemos o mais amplo e sustentado processo de inclusão educacional de toda a história do país.

A escolarização obrigatória, que antes era dos 7 aos 17 anos, passou a ser aos 6 anos, em 2010, e com 4 anos de idade a partir de 2016, uma das metas importantes do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014.

O PNE possui 20 macrometas e centenas de estratégias, contemplando todas as dimensões mais importantes da educação brasileira. As metas são bastante ousadas para um período de dez anos, mas trabalham com a previsão de 10% do PIB em investimentos públicos para a educação (meta 20). Evidentemente, o PNE está totalmente inviabilizado depois da aprovação da EC 95 pelo governo golpista, que estabelece um teto declinante para os gastos públicos para os próximos 20 anos.

Nos governos do PT, para ampliar a oferta da educação infantil, um conjunto de iniciativas e programas foram implementados atingindo a população mais pobre, nas áreas isoladas e periféricas. As matrículas na educação infantil cresceram 84,7%, entre 2008 e 2016.

A presidenta Dilma lançou o programa Brasil Carinhoso, em 2012, para apoio às creches existentes e construção de novas creches de excelente padrão arquitetônico e pedagógico. Foram concluídas e entregues 2.940 unidades até 2015, e deixadas em andamento, com recursos orçamentários assegurados, mais 2.093 creches. E ainda foram pactuadas com as prefeituras outras 3.167 novas creches. Porém,

o governo golpista praticamente acabou com o Brasil Carinhoso e abandonou completamente a política de construção de creches e de apoio à educação infantil. Em 2014, foram investidos R\$ 642 milhões. Contudo, para 2018 estão previstos no orçamento apenas R\$ 6,5 milhões, 1% dos recursos de 2014. O Brasil Carinhoso e o apoio à construção de creches praticamente não existem mais⁴.

Permanecem como grandes desafios de melhoria da qualidade nas redes municipais e estaduais de escolas públicas. A constituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que avalia a proficiência e fluxo escolar, vem demonstrando um desempenho acima da meta esperada nos anos iniciais do ensino fundamental, um desempenho equivalente nos anos finais e uma defasagem importante no ensino médio, que permanece como um dos maiores desafios da educação básica.

Um esforço importante para melhoria da qualidade foi a adoção da lei do piso salarial dos professores, implantado no governo Lula, que permitiu um crescimento real dos salários de aproximadamente 49%, entre 2009 e 2015. Outro esforço essencial foram os investimentos na formação inicial e continuada dos professores, com um conjunto de iniciativas como: a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em 2012, no governo Dilma, que assegura bolsa de estudos e um programa especial de formação para todos os cerca de 300 mil professores e professoras alfabetizadores; a Universidade Aberta do Brasil, que oferece ensino a distância e gratuito para os docentes da rede e programas de formação para os estudantes de licenciatura e pedagogia (PIBID), ou para os professores da rede como o

4. No ensino médio, as matrículas na faixa etária de 15 a 17 anos cresceram de 42%, em 2002, para 61,7% em 2014. Nessa faixa etária, frequentam hoje a escola 84,6% da população. Entre os 20% mais pobres, em 2002, apenas 31,6% estavam na série esperada, em 2015, 60,2% estavam nessa condição. Entre os 5% mais pobres, aumentou em quatro vezes o número de adolescentes que acessou o ensino médio na idade certa. As chefes de famílias negras que concluíram o ensino fundamental cresceram de 5,7 milhões para 17,5 milhões, entre 2003 e 2015.

Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR), no qual os professores se inscrevem em cursos correspondentes às disciplinas que ministram na rede, entre outras iniciativas.

Merecem destaque também os investimentos na escola em tempo integral, como os programas Mais Educação, Ensino Médio Inovador e o de livros didáticos. Uma iniciativa importante foi o processo democrático e participativo para a construção de uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no início do segundo governo Dilma, para toda a educação básica, buscando um currículo mais flexível e que dialogasse, especialmente, com a diversidade de interesses dos estudantes do ensino médio. Iniciativa que foi distorcida com a intervenção autoritária da equipe do governo golpista, que impôs mudanças descabidas por Medida Provisória, tentando revogar disciplinas, como educação física, artes, filosofia e sociologia, e, ainda, proibindo as discussões de gênero nas escolas, de forma alinhada à pressão parlamentar conservadora e homofóbica. Essas atitudes arbitrárias promoveram um levante dos estudantes em mais de mil escolas, além de greves docentes, fraturando o clima de diálogo e negociação que deve marcar um processo de construção curricular.

Outra vertente importante foi o Pronatec, implantado a partir de 2011, no governo Dilma, o maior e mais diversificado programa de educação técnica e profissionalizante da história do país, mobilizando todas as redes ofertantes e assegurando a matrícula para 9,4 milhões de participantes, de modo a estimular a inclusão produtiva e para abrir novas possibilidades no mercado de trabalho.

Na educação superior, saltamos de 3,4 milhões de matrículas, em 2002, para mais de 8 milhões em 2015, o período de maior expansão da educação universitária do nosso país.

Toda essa expansão foi acompanhada pela inclusão no ensino superior de uma parcela da população historicamente excluída. Uma grande democratização do acesso ocorreu com as mudanças

no Enem, a partir de 2009, no governo Lula. Foi gerado, a partir do exame, um caminho de oportunidades no ensino superior: Sisu, ProUni, FIES, SisuTec e Ciência sem Fronteiras⁵.

Também a rede de universidades federais teve, nos governos do PT, a maior expansão de sua história. Ela era composta, em 2002, por 45 universidades, com 148 campi e atingiu, em 2015, 65 universidades com 327 campi. As matrículas de graduação nas universidades públicas federais passaram de 512 mil em 2002, para 1,06 milhão em 2015.

No que tange às escolas técnicas, como eram chamadas, foram construídos apenas 140 campi, entre 1909 e 2002. No governo Lula, tivemos a criação dos Institutos Tecnológicos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), com uma extraordinária expansão⁶.

O governo Lula criou, também, o ProUni, que já assegurou 1,7 milhões de bolsas de estudos e reformulou totalmente o FIES, com 2,6 milhões de beneficiados. A Lei de Cotas (nº 12.711), criada em 2012, no governo Dilma, foi uma ação afirmativa fundamental para combater a desigualdade social e a discriminação racial. A Lei de Cotas assegura que metade das vagas para ingressantes em todas as instituições federais seja para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte de renda e acesso favorecido para negros e indígenas.

Prova do sucesso desse conjunto de políticas é que, em 2015, 35% dos concluintes que fizeram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) foram os primeiros de suas famílias a serem diplomados. Além disso, a presença de jovens negros na educação

5. A partir daí, a porta de acesso se abriu e as inscrições no Enem atingiram mais de 8 milhões de participantes, nos últimos anos. Isso porque temos cerca de 16,8 milhões de estudantes, entre 18 e 29 anos, que terminaram o ensino médio e não acessaram o ensino superior, além de mais de 2,5 milhões de concluintes do ensino médio todos os anos. Esse era o tamanho da demanda reprimida por acesso ao ensino superior.

6. No final do governo Dilma, já eram 38 IFETs e 600 campi. As matrículas praticamente dobraram, de um patamar de 558 mil estudantes em 2002, para mais de 1 milhão em 2015, considerando apenas o ensino médio e ensino profissional técnico. Todos os IFETs possuem ainda 30% de suas matrículas no nível superior, incluindo cursos de pós-graduação.

superior, com as políticas de acesso diferenciado, cresceu 268% nos governos do PT. E todas as pesquisas realizadas demonstram que os estudantes cotistas e os bolsistas das políticas públicas apresentam, no final do curso, um desempenho semelhante aos demais estudantes.

O Ciência sem Fronteiras e o Idioma sem Fronteiras, criados no início do governo Dilma, atuaram para a mobilidade internacional estudantil e para o fomento à internacionalização das universidades e da produção científica, levando cerca de 100 mil estudantes e pesquisadores brasileiros à 2.912 universidades e centros de pesquisa, em 54 países.

Os investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação também cresceram expressivamente nos governos do PT e tinham o objetivo de preparar o país para a economia do conhecimento⁷.

■ *Saúde pública e as mudanças para um SUS de qualidade*

A saúde de um povo é resultante de várias políticas, como estabelece a nossa Constituição Federal (CF), no seu artigo 196. A saúde é reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas econômicas e sociais que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, e do acesso universal a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebido como um sistema nacional público, universal, integral e gratuito, inédito entre os países com mais de 100 milhões de habitantes. Com o SUS, o direito à saúde é um componente essencial da cidadania e da defesa da vida. Porém, é fundamental reconhecer que ainda há uma distância con-

7. Como destaque, poderíamos mencionar que a pós-graduação teve um crescimento de 97,7% na oferta de cursos de mestrado e doutorado. Os pesquisadores, que eram cerca de 57 mil em 2002, chegam a 200 mil em 2015. Os doutores eram 34 mil em 2002, e superaram o número de 130 mil em 2015. O Brasil, que em 2006 publicava 33.498 artigos científicos nos periódicos científicos indexados, produziu 61.122 em 2015. Nessa trajetória, o Brasil alcançou o 13º lugar em produção científica, em nível mundial, quando avaliado por publicações especializadas e indexadas (Web of Science). Entre 2010 e 2015, o crescimento médio dos países nessas publicações científicas foi de 51%, enquanto que o Brasil teve um crescimento de 134%, no mesmo período.

siderável entre a garantia do direito à saúde e a oferta de serviços de saúde com qualidade, especialmente para a população exposta à maior vulnerabilidade social.

Na estratégia de saúde da família, fundamental para a implantação do programa Bolsa Família, a cobertura dos agentes de saúde estava em 33% da população e atingiu 69% em 2015, permitindo maior cobertura de vacinação das crianças e de consultas pré-natal, reduzindo a necessidade de hospitalização. Os recursos para a atenção básica cresceram 222%, em termos reais.

A política pública de maior impacto foi o programa Mais Médicos para o Brasil, implantado no governo Dilma, que sofreu uma forte oposição corporativa na fase inicial de sua implantação. Tal programa foi construído com três eixos fundamentais.

O primeiro foram os investimentos para construção, ampliação e reformas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Foram concluídas 15.720 obras, até 2016.

O segundo eixo refere-se ao provimento de médicos para as áreas mais vulneráveis e que não tinham equipe de saúde da família. Em 2016, o programa tinha 18.240 médicos, atuando em 4.058 municípios e, pela primeira vez na história, em todos os Distritos Sanitários Indígenas, atendendo 63 milhões de brasileiros. Uma ação que abarcava desde as periferias das grandes cidades do país, ao mais remoto povoado nas áreas rurais e de floresta em pequenos municípios.

O terceiro eixo do programa é o mais estruturante e prevê:

- A reorientação do perfil da formação dos profissionais médicos e do conjunto das profissões de saúde de modo integrado à rede pública de serviços de saúde, fortemente orientados pela atenção básica de saúde;

- O planejamento e ampliação da formação de médicos e demais profissionais de saúde na especialidade e na localidade onde são necessários para atender à população; e

■ A ampliação do acesso à formação em medicina, desconcentrando do Sul e Sudeste e das capitais, para permitir que as pessoas possam se formar em suas regiões e lá se fixarem⁸.

O segundo eixo beneficiou mais de 63 milhões de brasileiros antes desassistidos e que passaram a ser atendidos, após a contratação de 18,2 mil novos médicos, especialmente médicos cubanos, no início do programa, alocados nas áreas mais críticas em acesso aos serviços de saúde. Observe-se que a contratação de médicos cubanos, via a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), assim como os de outras nacionalidades, só ocorreu porque o programa não conseguia suprir as vagas com médicos brasileiros.

Importante destacar que o Mais Médicos também impulsionou uma política para criação de novos cursos de medicina, assegurando um campo de prática na rede do SUS, acompanhado de uma forte ampliação nas vagas de residências médicas e de um exame de avaliação de progresso ao longo do curso de graduação, entre outras melhorias (PADILHA, A. e PINTO, H., 2017).

Outro esforço relevante foi a redução das assimetrias e desigualdades regionais na oferta de serviços de saúde. Em 2003, simplesmente inexistiam serviços na rede pública que oferecessem diagnósticos e tratamento integral de alta complexidade em cardiologia, neurologia e oncologia fora das capitais, na quase totalidade dos estados do Norte e Nordeste⁹.

8. Do lançamento do Mais Médicos até 2015, foram criadas 6.391 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 59% em instituições privadas e 41% em instituições públicas. Com os processos de chamamentos públicos foram autorizadas mais 4 mil novas vagas em instituições privadas. Essa ampliação foi acompanhada pela introdução do teste de progresso a cada dois anos da graduação, pela articulação com um campo de prática no SUS e pela adoção das políticas de inclusão educacional, como o Fies, nos novos cursos. Em relação à formação de especialistas, foram criadas aproximadamente 7 mil novas vagas de residências médicas, entre 2011 e 2015.

9. Em 2003, de R\$ 12,3 bilhões destinados à atenção especializada, de média e alta complexidade, apenas R\$ 3,5 bilhões estavam destinados aos estados do Norte e Nordeste. Em 2010, tais recursos atingiram R\$ 8,7 bilhões e mais de R\$ 12 bilhões, em 2015. Os governos do PT mudaram radicalmente a qualidade e abrangência da oferta de serviços de alta complexidade nas regiões mais carentes do país.

Os programas Farmácia Popular e o Aqui tem Farmácia Popular permitiram a oferta gratuita ou com descontos generosos de um conjunto essencial de medicamentos. Merecem destaque também alguns outros programas criados no governo Lula, como o programa Brasil Sorridente, que assegurou a oferta de tratamento odontológico para a população de baixa renda, além de outras inovações importantes, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), com grande eficiência no atendimento às urgências médicas. Tal programa, criado em 2003, ultrapassou a cobertura de 70% da população, em 2015.

Em 2014, foi implementado o teste de triagem neonatal para seis doenças (fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase) em todos os estados da federação e foram implantados centros de referência.

A política de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), criada nos seus marcos iniciais em 2008, amplamente reformulada em 2011 e aperfeiçoada em 2015, foi uma das principais medidas para, a um só tempo: ampliar o acesso a produtos de alta densidade tecnológica; baratear seus custos para o Ministério da Saúde e para o SUS; articular parcerias entre o setor público e privado; transferir, incorporar e desenvolver tecnologia no Brasil; e estimular a desconcentração regional da produção e desenvolvimento de conhecimento e tecnologia, na área da saúde¹⁰.

Em relação à resposta ao HIV/AIDS, o Brasil deu mais um passo de vanguarda mundial ao se tornar o primeiro país em desenvol-

10. No final do governo Dilma, funcionavam 85 PDP, envolvendo 19 produtores públicos e 50 produtores privados e 91 produtos (61 medicamentos, seis vacinas, 19 produtos para a saúde e cinco equipamentos) e nove parcerias de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), responsáveis pelo desenvolvimento de 28 produtos, já em aquisição pelo Ministério da Saúde (um produto para a saúde e 27 medicamentos). As PDP corresponderam, até dezembro de 2015, 28% do valor total de aquisições realizadas pelo Ministério da Saúde, com uma economia realizada (2011-2015) de R\$ 2,4 bilhões e uma economia prevista (ao final dos projetos em fase de PDP) de cerca de R\$ 5,3 bilhões (PADILHA, A. e PINTO, H., 2017).

vimento a adotar a estratégia de “testar e tratar”, inovando na combinação entre a prevenção e o tratamento. Também nesse período, atingimos as menores taxas de transmissão vertical, da mãe para o bebê, tornando possível sua eliminação, e as maiores taxas de diagnóstico e tratamento precoce, garantindo maior qualidade de vida e redução da transmissão, além da incorporação de novos medicamentos de última geração.

Nos governos de Lula e Dilma, pela primeira vez, o governo federal cumpriu o patamar mínimo constitucional para a aplicação de recursos em saúde. O orçamento saltou de menos de R\$ 30 bilhões em 2003, para mais de R\$ 105 bilhões em 2015, um aumento real de 111%. Tal façanha foi realizada mesmo com a oposição conservadora no parlamento impedindo a renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que era a grande fonte de financiamento da saúde, especialmente na alta e médica complexidade, o que representou uma perda superior a R\$ 40 bilhões (Padilha, A. e Pinto, H., 2017).

Apesar disso, o Brasil atingiu metas do milênio na área, como a redução em mais de dois terços da mortalidade infantil, e deu respostas eficazes às epidemias de Aids, malária, tuberculose e hanseníase. Assim como os demais países das Américas, com as únicas exceções de Cuba, Canadá e Chile, não atingimos a meta de redução da mortalidade materna, embora o Brasil tenha alcançado a maior redução justamente nos períodos Lula e Dilma. Nesse período, o Brasil recebeu Certificados Internacionais da ONU por erradicar a paralisia infantil, eliminar a rubéola e controlar a incidência de tuberculose e hanseníase.

■ *Habitação popular e o Minha Casa, Minha Vida*

O Brasil passou por um acelerado processo de urbanização no final do século XX, concentrando mais de 80% da população nas cidades, especialmente em grandes urbes, com um imenso passivo

urbano e social. A falta de moradia para os mais pobres, levou a um crescimento desordenado e precário das periferias, com loteamentos clandestinos e favelas, especialmente nas médias e grandes cidades. O alto custo do solo urbano, a falta de políticas habitacionais consistentes e a carência de oferta de moradia acessível aos trabalhadores de baixa renda geraram, no ano de 2000, um déficit habitacional quantitativo de cerca de 7,2 milhões de unidades, ou seja, 16% dos domicílios, sendo 82% nas famílias com renda de até três salários-mínimos. O déficit qualitativo nos domicílios permanentes chegava a 11,9 milhões de moradias, conforme os dados do Censo do IBGE.

Com a eleição do presidente Lula foi criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades para desenhar e implantar políticas urbanas inovadoras e capazes de enfrentar essa pesada herança da vida urbana e dialogar com os movimentos populares de luta por moradia e reforma urbana. Nos 13 anos dos governos Lula e Dilma podemos destacar a implantação da Política Nacional de Saneamento Básico, a Política Nacional de Mobilidade e Transporte Urbano e a Política Nacional de Habitação.

Na habitação popular, foi realizado o maior programa da história do país, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), a partir de 2009, com dois grandes objetivos: reduzir o déficit habitacional brasileiro e gerar empregos para contrabalançar os efeitos da crise internacional que já atingiam o Brasil. Este programa envolveu: um novo desenho institucional e uma repactuação federativa; novos mecanismos de gestão e controle social; a urbanização de assentamentos precários; o reconhecimento e incorporação dos movimentos populares de moradia rurais e urbanos como atores de todo o processo; uma política de subsídios para viabilizar o acesso à moradia pela população de baixa renda; uma produção habitacional em larga escala e um volume de recursos para investimentos elevado e inédito.

Essa nova concepção permitiu que a operacionalização do programa envolvesse uma diversidade de atores, como construtoras de todos os portes, movimentos populares, cooperativas rurais e urbanas e os bancos públicos, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB).

A característica mais importante do programa sempre foi a de garantir subsídios que permitissem às famílias, com renda até três salários-mínimos, acesso à casa própria, já que 82% do déficit habitacional brasileiro se concentravam nessa faixa de renda. No início do programa foram desenhadas três faixas de renda, que foram sendo ajustadas ao longo dos anos¹¹.

Além do atendimento às famílias beneficiadas, especialmente as mais pobres, o Minha Casa, Minha Vida empoderou as mulheres que eram as proprietárias dos imóveis, nos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal (CEF). Os investimentos do programa tiveram impacto significativo na economia do país, na geração de renda, no aumento da produção de materiais de construção e serviços e criação de novos empregos diretos e indiretos. O MCMV demonstrou que investir no bem-estar das famílias mais pobres gera benefícios para todos os brasileiros¹².

Porém, apesar de seu papel econômico e social estratégico, o programa está sendo desmantelado pelo governo golpista. Em 2016, contratou-se 35% menos moradias do que a média do programa nos sete anos anteriores. Já na faixa 1, foram contratados 15% da

11. Dessa forma, entre 2009 e 2016, foram contratadas 4,5 milhões de moradias, em 96% dos municípios brasileiros e 3,3 milhões foram entregues durante os nossos governos. Sendo que para as famílias com renda de até R\$ 1.600,00, onde se concentra o grande déficit habitacional foram entregues 1,7 milhões de moradias. Nesta faixa 46% dos beneficiados recebiam Bolsa Família, 66,8% são negros, mais da metade não tinha o ensino fundamental completo e 70% recebiam até R\$ 800,00 de renda familiar.

12. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (2014), comprovou que cerca de 49% dos subsídios do programa retornam ao patrimônio público em forma de tributos e que 1,7 milhão de postos de trabalhos, diretos e indiretos, foram criados até aquele ano, como consequência dessa política. Os dados disponíveis do IBGE demonstram que em 2008, antes do MCMV, o setor da construção imobiliária tinha 29 mil empresas que empregavam cerca de 760 mil trabalhadores, com um faturamento de R\$ 60,2 bilhões. Em 2014, o número de empresas atinge 43 mil, são empregados diretamente 1,2 milhões de trabalhadores com um faturamento de R\$ 153,2 bilhão (MAGALHÃES, I. e MUNIZ, M., 2017).

média dos governos petistas, 209 mil unidades a menos. Em 2017, o desmonte acentuou-se. No caso da faixa 1, para as famílias mais pobres, as contratações foram praticamente zeradas, considerando a execução até junho de 2017 (BELCHIOR, M, 2017).

■ *Desenvolvimento regional e redução das desigualdades*

Os governos do PT também se comprometeram a conceber e implantar uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Tal política previu até a recriação das extintas superintendências de desenvolvimento, Sudam e Sudene, que haviam sido sucateadas e abandonadas no período neoliberal.

A proposta da PNDR, criada no governo Lula, procurava contribuir para a redução das desigualdades regionais, para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, valorizando a diversidade regional do país em suas várias dimensões (ambiental, socioeconômica e cultural).

A PNDR vinculou, de forma acertada, o enfrentamento da questão regional ao novo padrão nacional de desenvolvimento. A política de desenvolvimento regional inovou ao trazer uma perspectiva nacional sobre as desigualdades socioespaciais brasileiras, ao conceder centralidade ao papel do Estado diante do retrocesso neoliberal e ao propor uma atuação em múltiplas frentes.

Em 2013, no governo Dilma, uma nova versão da PNDR foi concebida e possuía quatro objetivos principais:

- (i) Convergência de renda inter-regional;
- (ii) Competitividade regional e geração de emprego e renda;
- (iii) Agregação de valor e diversificação econômica; e
- (iv) Construção de uma rede de cidades policêntrica.

A proposta reafirmava a necessidade de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR), fundado em

colegiados estabelecidos nos três níveis da federação e na viabilização de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que não havia sido implantado (COELHO PAES, V.L, 2017).

É importante destacar também os investimentos em abastecimento de água, que chegaram a 35 milhões de novas famílias ao longo de todo o período, com políticas específicas e exitosas de suprimento no semiárido nordestino, duramente atingido pela seca prolongada.

O programa de construção de 1,2 milhão de cisternas no semiárido nordestino contribuiu significativamente para evitar a sede, a fome e danos maiores aos habitantes daquela região. Assim, mesmo com as piores secas das últimas décadas, não houve emigração em massa do Nordeste, como ocorria regularmente no passado. Essa iniciativa foi acompanhada por investimentos em grandes obras de infraestrutura hídrica, como a Transposição do Rio São Francisco. Feita pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ela já está assegurando, nos trechos inaugurados, acesso à água para a população e para a agricultura dos sertões nordestinos, mudando estruturalmente o cenário da seca.

Os resultados gerais, no que tange ao combate às desigualdades regionais, foram muito positivos. A transversalidade de outras políticas públicas como a educação, na qual o Fundeb ampliou fortemente os recursos para o Nordeste e Norte, e a interiorização dos campi das universidades e dos institutos tecnológicos federais tiveram um impacto de estímulo ao desenvolvimento nas microrregiões. E essa regionalização implícita esteve presente em várias políticas públicas, apresentando resultados até superiores aos das políticas regionais explícitas.

Com efeito, durante os governos do PT, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um crescimento econômico mais intenso que a média nacional, o que resultou em uma ligeira convergência inter-regional da renda. Da mesma forma, os indicadores de crescimento do emprego formal foram expressivamente maiores nas

regiões Norte e Nordeste. Além disso, a redução da pobreza foi mais intensa nas tradicionais periferias do país, com impacto significativo sobre outros indicadores sociais, traduzidos em maior crescimento relativo do IDH dessas regiões, em relação ao restante do país (COELHO PAES, V.L., 2017).

Não obstante, essa melhoria nos indicadores regionais de produção e emprego decorreu predominantemente de políticas macroeconômicas (aumento do salário-mínimo e expansão do crédito para investimento e consumo) e de políticas setoriais (Programa de Aceleração do Crescimento, PAC) e sociais (Bolsa Família, Previdência Rural), que beneficiaram assimetricamente as regiões mais atrasadas. Em outras palavras, essas políticas regionais implícitas responderam pelo desempenho superior das regiões mais pobres do país durante os governos do PT, pelo menos no que concerne à geração de emprego e renda.

Ao beneficiar os brasileiros mais pobres, beneficiou-se também as regiões do país que continham seus maiores contingentes. Assim, nos últimos dez anos, a renda do Nordeste, medida pelo IBGE, cresceu 42%, ao passo que a renda do Sudeste aumentou 16%. Nas regiões com os maiores contingentes de pobreza, o impacto dessas políticas de combate à pobreza e às desigualdades foi maior.

Além disto, essas regiões também foram beneficiadas por uma relativa desconcentração da produção industrial¹³.

Assim, nos governos Lula e Dilma, houve o mais intenso processo de inclusão social e de redução das desigualdades sociais e regionais da história documentada do país. Algumas políticas implementadas terão um impacto intergeracional, como a inclusão educacional no ensino médio, na educação técnica profissionalizante e na educação superior, com forte impacto nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

13. Segundo um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre 2001 e 2011, o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste aumentaram, respectivamente, 1,9; 1,3 e 0,6 ponto percentual (p.p.) a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país. No Sul e Sudeste, o movimento foi contrário, com queda respectiva de 2,1 e 1,7 p.p. na participação.

■ *Agricultura, agricultura familiar e reforma agrária*

● *Os recordes da produção agrícola*

O Brasil teve um crescimento espetacular na produção agrícola durante os governos do PT. A safra em grãos – cereais, leguminosas e oleaginosas – cresceu de um patamar de 96,8 milhões de toneladas em 2002, para 209,5 milhões de toneladas em 2015. Entre 1994 e 2014, a produção cresceu 154%, e área plantada apenas 46%, o que demonstra os ganhos de produtividade e a modernização do campo brasileiro. O Brasil se tornou o segundo maior produtor agrícola do mundo e um dos maiores exportadores, sendo superado apenas pelos EUA, com uma agricultura fortemente subsidiada. A produção brasileira supriu a crescente demanda da Ásia, especialmente da China, tendência que permanece para o futuro. Os estudos disponíveis revelam que ainda poderiam ser utilizados entre 80 a 90 milhões de hectares de pastos degradados, sem o desmate de florestas.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma empresa pública, liderou as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias que foram decisivas para o aumento de produtividade e eficiência da agricultura brasileira. O desempenho da Embrapa sofre sério risco com a política de desmonte do governo golpista. Seu orçamento sofreu severas reduções e está gravemente comprometido para o exercício de 2018, com mais um corte programado de 20%¹⁴.

O governo atua fortemente no financiamento à produção agrícola e pecuária através do Banco do Brasil, o grande banco público responsável pelo crédito agrícola, com critérios regionalizados e favorecimento aos médios e pequenos produtores rurais. O governo atua ainda na gestão de risco com a previsão climatológica, o Seguro Safra, a Bolsa Estiagem, entre outros mecanismos de

14. Os principais produtos da agricultura são a soja, milho e arroz, que representam quase 90% da produção de grãos. Além disto, o Brasil é o maior produtor mundial de açúcar e um dos grandes em etanol. É também o maior produtor e exportador de suco de laranja, de carne bovina, segundo em avicultura e terceiro em suinicultura.

proteção para os produtores, especialmente diante das mudanças climáticas e alterações nos ciclos hidrológicos com fortes impactos na produção.

O governo participa, ainda, da comercialização das safras com estoques reguladores, que mitigam as fortes oscilações de preços dos produtos agrícolas. Todas essas políticas públicas foram fortalecidas e aprimoradas ao longo dos governos do PT, assegurando os expressivos resultados da produção agrícola brasileira, com recordes sucessivos de safras. A agricultura e a pecuária tiveram um papel muito importante nos grandes superávits comerciais de todo o período recente, pela extraordinária competitividade da agropecuária brasileira.

Apesar de todos os investimentos em rodovias, ferrovias e portos, há ainda importantes deficiências em logística e faltam armazéns e silos para armazenamento. Essas carências em logística e capacidade de estocagem da safra acabam impondo perdas importantes na produção agrícola do país.

Foram desenvolvidos programas de fomento à agricultura de baixo carbono, com o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações no manejo, mas segue sendo um grande desafio do campo. O uso abusivo de agrotóxico, práticas predatórias do solo e sobretudo o desmatamento ilegal do Cerrado no Centro-Oeste e da Floresta Amazônica permanecem como o grande desafio das instituições de fiscalização e controle, especialmente o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

Os governos do PT retomaram os acordos aeroespaciais com a China para o lançamento de satélites de monitoramento territorial, muito mais precisos, que permitiram um salto na fiscalização e combate ao desmatamento ilegal, especialmente na região amazônica. O uso de imagens de satélites, associados aos radares, pluviômetros e hidrômetros aprimoraram as previsões climáticas especializada e contribuem muito para a melhoria do plantio e resultados das safras agrícolas.

As condições estruturais da agricultura brasileira, terra, água e clima são extremamente favoráveis, e o marco regulatório das propriedades e produção agrícola evoluiu, na perspectiva de maior controle e preservação¹⁵.

A preservação dos recursos naturais estratégicos, especialmente as florestas e recursos hídricos segue sendo um imenso desafio. O governo golpista, além de adiar o prazo para vigência plena do CAR, patrocinou uma anistia aos crimes ambientais, autorizando por meio de decreto presidencial que mais de R\$ 4 bilhões em multas aplicadas pelos órgãos federais, especialmente o Ibama, sejam convertidos em prestação de serviços, fragilizando a fiscalização e fomentado a produção agropecuária predatória, que deve e pode ser combatida e superada.

● *O investimento em agricultura familiar e na reforma agrária*

Graças ao apoio dos governos do PT, a agricultura familiar tornou-se um setor estratégico para o desenvolvimento do país. Hoje, ela é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Lula e Dilma aperfeiçoaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e multiplicaram o volume de crédito. Só para o período de 2014-2015, o governo disponibilizou R\$ 24,1 bilhões a operações de custeio e investimento. Este foi o maior volume de recursos da história do programa¹⁶.

Os avanços do Pronaf foram fruto de intensas negociações de Lula e posteriormente de Dilma com representantes do setor, como a

15. Uma nova legislação, objeto de uma longa e complexa disputa parlamentar acabou sendo aprovada na forma do Código Florestal, em 2012, no governo Dilma, que definiu as regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação nativa brasileira pode ser explorada. Ele determina as áreas a serem preservadas e quais os tipos de produção agrícola para cada região. Uma inovação importante foi a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), que estabelecem as exigências de conservação ambiental de cada propriedade, permitindo o controle e acompanhamento pelas ferramentas de tecnologia da informação.

16. Uma Portaria de 2013 possibilitou a renegociação dos débitos de 947 mil famílias assentadas, 200 mil do Pronaf. Com a facilidade para liquidar e renegociar as dívidas, com descontos de até 80%, as famílias voltaram ao sistema de crédito produtivo, mobilizando oito milhões de hectares para a produção de alimentos.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O Plano Safra da Agricultura Familiar, criado por Lula em 2003, passou a oferecer mais recursos para transformar e avançar o setor, que hoje conta com políticas integradas de crédito, comercialização, seguro, garantia de preço e assistência técnica, que chegaram a beneficiar cerca de 450 mil famílias agrícolas em 2014, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁷.

Todos os benefícios gerados pelos governos do PT contribuíram para o aumento da produção agrícola no país, que, como assinalado, vem batendo recordes, nos últimos anos. Em 2013, o Valor Bruto da Produção (VBP) alcançou cerca de R\$ 438 bilhões. Em 2014, o valor ultrapassou R\$ 445 bilhões.

A reforma agrária também foi impulsionada durante os governos de Dilma e Lula. Juntos, eles assentaram, até 2014, 771 famílias em 51 milhões de hectares, democratizando a terra e aumentando as oportunidades de trabalho e renda no campo. Além do crédito, as famílias passaram a ter benefícios como assistência técnica, construção e reforma de moradias, abertura de estradas, instalação de água e luz elétrica, sementes de alta qualidade genética, garantia de venda da produção e ampliação dos níveis de escolarização.

Dilma investiu na qualificação dos assentamentos e, pela primeira vez, um programa habitacional específico foi oferecido à famí-

17. Antes do PT, o governo investia apenas R\$ 56 milhões em assistência técnica. Em 2014, o investimento foi de R\$ 1,1 bilhão. Com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), os agricultores passaram a ter apoio para incorporar novas tecnologias e aumentar a produtividade, proporcionando maior integração entre a inovação e a pesquisa desenvolvida pela Embrapa e a assistência técnica e extensão rural.

lia rural, o Minha Casa, Minha Vida Rural, que beneficiou 180 mil famílias na primeira fase do programa. A população rural também pode contar com o programa Luz para Todos, que levou energia elétrica para 97% das casas. Ressalte-se que, em 2001, apenas 78% das casas no meio rural tinham acesso à energia elétrica. Por sua vez, o Água para Todos permitiu que 74% dos domicílios rurais tivessem acesso à água canalizada, frente aos 53% em 2001.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram projetos inovadores que permitiam agricultores familiares vendessem diretamente seus produtos e ainda contribuíssem nos bons resultados de combate à fome no país e na qualidade da merenda escolar. Com eles, o governo local comprava alimentos diretamente dos agricultores familiares da região, que eram usados na merenda escolar e atendiam a população em segurança alimentar.

Destaque-se que as mulheres foram protagonistas em programas do governo no campo, criados para fortalecer a inserção econômica das trabalhadoras rurais, como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, a criação das linhas de crédito Pronaf Mulher e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. A elas também foram levados serviços especializados em atendimento a mulheres em situação de violência.

O Governo do PT também criou programas para estimular a permanência dos jovens nas áreas rurais, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário. A destinação de pelo menos 5% dos lotes vagos nos assentamentos da reforma agrária para os filhos e filhas de assentados cria condições reais de posse e uso da terra para a juventude. O governo de Dilma criou condições de acesso à terra pela juventude rural, com ampliação do crédito Pronaf Jovem, assistência técnica e extensão rural específica e incentivo à transição agroecológica com ações de formação.

● *Consequências do golpe na Agricultura e no Campo*

O golpe pretende implantar um novo modelo de acumulação centrado no Estado mínimo, uma política fiscal ortodoxa, na redução dos custos do trabalho e previdenciários (e consequentemente, no aumento das desigualdades) e na inserção em novas cadeias mundiais de valor.

Em consequência, no que tange à agricultura, as diretrizes do golpe serão:

- a) privilegiar os interesses do agronegócio exportador e da bancada ruralista que, de um modo geral, apoiaram e dão sustentação parlamentar ao golpe.
- b) internacionalizar a produção agrícola nacional, inclusive mediante a venda terras a estrangeiros.
- c) limitar fortemente os investimentos em agricultura familiar e reforma agrária.

No que tange a esse último item, é preciso considerar que a Emenda Constitucional 95 está promovendo um verdadeiro desinvestimento nessas políticas vitais para a população do campo brasileiro, que deverão afetar, no entanto, toda a agricultura brasileira.

Enquanto promove a anistia de dívidas bilionárias do agronegócio e não esconde sua cumplicidade com os interesses do latifúndio, o governo de Michel Temer asfixia a agricultura familiar, cortando verbas dos programas de incentivo, da assistência técnica e da reforma agrária.

Nesse sentido, a proposta orçamentária para 2018, que o governo acaba de aprovar no Congresso, determina cortes de até 99,8% dos recursos das ações estruturantes para os pequenos produtores. Além de sufocar a agricultura familiar, os cortes de verbas decretam a extinção de programas sociais ligados à produção e

acesso aos alimentos e condenam milhares de famílias à miséria e à fome¹⁸.

Embora a revisão da lei orçamentária tenha modificado um pouco esses números, ela não altera o fato básico de que o governo do golpe está promovendo forte regressividade e cortes nas políticas atinentes à agricultura familiar e à reforma agrária, que terão profundas consequências, inclusive com uma forte evasão do campo, como já ocorreu em outros períodos da história.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

O PT e os partidos de esquerda que compuseram a aliança política e mesmo alguns partidos de centro que participaram do presidencialismo de coalizão dos governos Lula e Dilma nasceram da luta democrática. O presidente Lula foi uma das grandes lideranças operária, sindical e política da luta pela redemocratização e a presidenta Dilma uma militante da esquerda revolucionária, que lutou na clandestinidade, foi presa e torturada.

Os governos Lula e Dilma tiveram uma posição de princípio e um compromisso profundo com o Estado democrático de direito, com o respeito às mais amplas liberdades democráticas. Os governos do PT sempre respeitaram a separação e a independência dos poderes, a liberdade de expressão e a imprensa, os direitos e

18. Segundo a análise efetuada por João Intini e Gerson Teixeira, da assessoria do PT na Câmara dos Deputados, os cortes no orçamento do Incra para obtenção de terras para a reforma agrária cairão 86,7%, um tombo de R\$ 800 milhões, em 2015, para R\$ 34 milhões, no próximo ano. Entre 2017 e 2018, os recursos para assistência técnica rural destinada à reforma agrária serão enxugados de R\$ 85,4 milhões para R\$ 12,6 milhões, o que significam 85,2% a menos de recursos. Nos últimos anos do governo Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, esses valores corresponderam a R\$ 355,4 milhões e R\$ 199,6 milhões, respectivamente. Para a infraestrutura de desenvolvimento dos assentamentos no Brasil, os recursos passarão de R\$ 242,5 milhões, em 2017, para R\$ 75,3 milhões, em 2018, correspondendo a 69% de redução. Em 2015 e 2016, os valores destinados à infraestrutura dos assentamentos foram de R\$ 261,9 milhões e R\$ 168,2 milhões, respectivamente. A promoção da educação no campo, nos quesitos que ficavam a cargo do Incra, passará de R\$ 14,8 milhões para R\$ 2 milhões, entre 2017 e 2018, o que representa diminuição de 86,1%. O orçamento previsto para o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas sofrerá corte de 62,5%, em igual período.

as garantias individuais e todos os fundamentos da Constituição cidadã de 1988.

Outra dimensão importante foram as iniciativas de ampliar os espaços da participação popular e da cidadania nas esferas públicas do Estado brasileiro.

Foram constituídos o Ministério das Cidades e a Secretaria de Relações Institucionais para aprimorar os canais de interlocução e para fortalecer o pacto federativo. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado no governo Lula, foi outra iniciativa complementar para o diálogo permanente com a sociedade civil.

Uma dimensão fundamental desse processo foram as políticas de promoção da igualdade das mulheres, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Um conjunto de ações e políticas sociais de gestão transversal e articuladas para o enfrentamento das desigualdades foram implementadas. As mulheres assumiram protagonismo no Bolsa Família, no Minha Casa, Minha Vida e na Reforma Agrária. É indispensável, ainda, destacar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a conquista da Lei Maria da Penha, acompanhado do programa Mulher Viver sem Violência e do projeto inovador da Casa da Mulher Brasileira, que integra um conjunto de políticas e assegura um salto conceitual e político. A força dessas iniciativas ficou evidenciada no próprio golpe, que é misógeno, e a composição do ministério golpista foi o retrato acabado do retrocesso (MENICUCCI, E., 2017).

Outro marco histórico foi o compromisso dos governos do PT com a luta pela superação do racismo e pela promoção da igualdade racial. Os governos de Lula e Dilma mudaram o patamar de interlocução com os movimentos negros, especialmente com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, já em 2003 (GOMES, N., 2017).

Inovações fundamentais foram implementadas na educação, como o ensino obrigatório da história e da cultura afro-brasileira e

africana na educação básica. O avanço mais difícil, que enfrentou uma longa oposição parlamentar liderada pelo partido do atual ministro de Educação do golpe, o DEM, foi a aprovação da Lei de Cotas, que assegura metade das vagas para os estudantes das escolas públicas, em toda a rede de universidade e institutos federais, com acesso diferenciado para os estudantes de baixa renda, negros e indígenas.

As cotas são um grande êxito e contribuíram, assim como o Prouni, para um aumento de 268% no acesso dos jovens negros no ensino superior. Igualmente relevante foi a aprovação, em junho de 2014, da reserva de 20% das vagas nos concursos para cargos públicos para negros e negras.

A desigualdade racial é muito profunda e os governos do PT começaram a enfrentar essa pesada herança em um país que foi o último a abolir a escravidão nas Américas. O golpe, contudo, extinguiu os ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e da Juventude. No primeiro ministério do golpe não havia uma única mulher, negro ou negra. Todo processo de acúmulo e articulação institucional para implementar políticas transversais e avanços foi eliminado. Mas os governos do PT deixaram consolidados os valores de que sem democracia não há igualdade racial e sem igualdade racial, não há democracia¹⁹.

Outra dimensão importante foram os avanços em temas sobre as políticas de gênero, com novos espaços públicos para a comunidade e movimentos LGBT e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito. Aqui também o retrocesso é muito grave, especialmente nas iniciativas do governo golpista para censurar e impedir todas as discussões sobre gênero nas escolas. Foi retirada pelo MEC do governo golpista essa dimensão fundamental da Nova Base Nacional Curricular para formação dos estudantes e jovens, ou seja, retiraram o papel das escolas no combate à discriminação e à homofobia e todas as for-

19. A democratização da gestão e a ampliação da participação popular envolveu 115 conferências setoriais nacionais, 27 fóruns de discussão e formulação de políticas públicas, 15 Conselhos Nacionais, além de várias mesas de negociação, monitoramento e avaliação.

mas de preconceito, algo essencial para a construção de uma cultura de paz e de respeito das diferenças.

Outro avanço que merece atenção tange ao feito na promoção dos direitos e interesses da população indígena. Nos governos Lula e Dilma, foram demarcadas vastas áreas indígenas, num total de 22 milhões de hectares.

No entanto, faltou mais debate político e não houve uma politização da sociedade, especialmente dos segmentos mais pobres e favorecidos pelas políticas públicas de inclusão e distribuição de renda. Setores importantes da classe média reagiram à ascensão dos pobres.

Um exemplo dessa insatisfação foram as fortes contestações ao Prouni, à Lei de Cotas, ou mesmo ao Bolsa Família e à política de valorização do salário-mínimo, que encareceu o custo de alguns serviços demandados por esses setores médios. É evidente que todo esse processo foi fortemente contaminado pela intensa oposição dos principais meios de comunicação, que são extremamente concentrados e alinhados com a oposição conservadora e neoliberal.

Mas a experiência histórica demonstra que não há governo de mudança, que promova distribuição de renda e justiça, sem luta popular e política. As eleições parlamentares são essenciais para a governabilidade, mas os avanços patrocinados por governos populares comprometidos com mudanças estruturais exigem novas formas de democracia direta e forte participação popular (ROSSETTO, M., 2017).

AS POLÍTICAS CULTURAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Em 1985, o Ministério da Cultura (MinC) foi criado como um dos atos importantes da transição democrática que marcava o fim do regime militar e indicava a cultura como dimensão essencial de um país democrático. Mas foi nos governos do PT que a cultura ganhou a projeção indispensável para a construção de um projeto

de nação democrática, plural e qualificada para enfrentar os imensos desafios do século XXI (Ferreira, J., 2017).

Toda a rica política cultural, estratégias e ações, nos governos do PT, foram concebida a partir de três eixos fundamentais.

Primeiro, a dimensão simbólica, que dá significado e qualifica a existência e as relações sociais, essenciais à cidadania. A cultura e a arte que exprime os seres humanos, singulariza os grupos sociais e nos identifica em meio à diversidade humana. Toda a política cultural foi desenvolvida valorizando a diversidade cultural, sua permanente mutação e renovação.

Segundo, a dimensão da cultura e a arte como um direito fundamental, como necessidade humana básica e essencial, como alimentação, saúde, moradia e educação. A cultura e a arte como fator de inserção e reconhecimento social, de realização plena do ser humano. E para isto, todo esforço foi promover a inclusão cultural e dar voz e vez as expressões culturais do povo, que majoritariamente estava fora do mercado de bens culturais, dependendo exclusivamente das TV aberta, altamente oligopolizada.

E finalmente, a cultura como economia, essencial para o dinamismo da economia criativa, cada vez mais importante na economia mundial. E neste, sentido a democratização do acesso e da produção cultural foram essenciais.

A gestão do MinC foi marcadamente republicana, contemporânea em seus conceitos, métodos, tecnologias e procedimentos gerenciais, buscando mais transparência e eficiência.

Houve uma importante evolução no marco legal da cultura, com o Plano Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura, a Cultura Viva, a Lei de Direito Autoral, o ProCultura e novos caminhos para o direito autoral na internet, com a aprovação do novo Marco Civil da Internet.

Podemos destacar, ainda, duas dimensões fundamentais de todo esse processo. Os Pontos de Cultura que fomentaram novos

processos de produção cultural, de quem nunca tinha tido acesso a políticas públicas, em toda a rica diversidade da população periférica historicamente excluída e marginalizada. E os avanços na produção audiovisual, pois o país produzia cerca de uma dezena de filmes em 2003 e passou a produzir aproximadamente 150 longa-metragens por ano, no final dos governos democráticos do PT. O orçamento do MinC cresceu sete vezes, de um patamar no governo tucano de R\$ 287 milhões, para um orçamento de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Portanto, não foi por acaso que a criação do Ministério da Cultura tenha sido um dos primeiros e importantes atos da transição democrática e sua extinção também tenha sido uma das primeiras providências do governo golpista de Temer. Foi a forte reação de todo o setor cultural – que teve uma extraordinária participação na luta contra o golpe e da grande repercussão negativa na sociedade civil –, que fez o governo golpista rever essa decisão, mas mantendo o esvaziamento do MinC. As manifestações fundamentalistas cresceram com o golpe e a censura à livre manifestação artística e cultural também retornou. Mas, seguramente a política cultural de um estado democrático foi um importante legado dos governos do PT (FERREIRA, J., 2017).

POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Desde 2003, o Brasil passou a contar com uma política pública de Estado de prevenção e combate à corrupção, por meio de um conjunto de órgãos de controle interno e externo, fortalecidos pelo novo governo, e por uma maior participação da sociedade civil no controle da gestão. Foi constituído um novo marco legal, criados novos organismos e fortalecidos os já existentes, os quais permitiram a combinação entre medidas preventivas e repressivas-punitivas.

A narrativa dos golpistas procura apresentar à opinião pública os governos do PT como os mais “corruptos da história”. Com efeito, nessa narrativa cínica e hipócrita, o PT e seus governos aparecem até como os “criadores” da corrupção brasileira. Nessa grosseira manipulação narrativa, antes praticamente não havia corrupção no Brasil. Com o PT, contudo, teriam começado a aparecer grandes e numerosos escândalos de desvios de dinheiro público. Na realidade, a narrativa correta é a oposta a essa manipulação golpista.

Uma análise fria e objetiva do período histórico recente do Brasil demonstra que os governos PT foram justamente os que mais contribuíram para o combate à corrupção, ao atacar as suas causas e os fatores que a acarretam.

Em primeiro lugar, os governos do PT fortaleceram extraordinariamente as instituições de controle da administração estatal e promoveram intensamente a transparência da gestão pública. Os governos neoliberais do PSDB promoveram, em oito anos, somente 48 operações especiais da Polícia Federal (PF) contra corrupção e contra desvios. Em contraste, os governos do PT realizaram, somente até 2014, mais de 2.195 operações da PF com a mesma finalidade. Isso porque a PF foi fortalecida com a contratação de mais de 3 mil agentes e delegados e seu orçamento, que era de R\$ 1,8 milhões, em 2002, saltou para R\$ 4,7 milhões, em 2014. Ademais, a PF foi gerida de forma republicana, como instituição de Estado. Dessa forma, os governos dos supostos corruptos combateram com muito mais empenho e vigor a corrupção do que os governos dos falsos moralizadores.

A Controladoria-Geral da República, motivo de chacota pública no governo anterior ao de Lula e, agora, sintomaticamente extinta pelo governo golpista, tornou-se, nos governos do PT, uma eficiente instituição que fiscalizava com rigor as verbas federais destinadas aos municípios.

As Procuradorias da República e o Ministério Público (MP) foram igualmente fortalecidos e, com a eliminação da política de

controle político, desempenharam suas funções com independência e desenvoltura.

Com efeito, nos governos do PT, promoveu-se sistematicamente a escolha de procuradores independentes, indicados pelo corpo técnico das instituições. Os governos do PT, contrariando a prática anterior, escolheram, sempre, o procurador que estava em primeiro lugar na lista votada pelo corpo técnico.

Desse modo, os governos do PT asseguraram a essas instituições total independência de atuação. Os governos do PT foram, nesse sentido, os mais republicanos da história.

É inquestionável, no entanto, que há abusos e ações arbitrárias, como as conduções coercitivas e as prisões preventivas sem uma razoável base legal e o respeito ao amplo direito de defesa. Há, inclusive, um forte movimento de amplos setores da advocacia e da sociedade civil que reivindicam uma lei específica, que identifique as ações arbitrárias e puna os abusos de autoridades.

Foi fundamental também a extinção da triste figura do “engavetador-geral”, que enterrava com desenvoltura denúncias gravíssimas, como a da compra de votos na emenda constitucional da reeleição, a da farra da “privataria” e tantas outras, que foram convenientemente esquecidas pela mídia conservadora, a qual, na época, desempenhava o papel de partido da situação.

O notável fortalecimento do judiciário, ocorrido em período recente, também contribuiu para que os ilícitos fossem apurados com maior rigor e celeridade. O impulso a novas leis investigativas, entre as quais destacamos a Lei das Organizações Criminosas (nº 12.850/2013), que modificou o instituto da delação premiada, é outro exemplo de como se ampliaram os mecanismos de combate à corrupção nos governos do PT. Ademais, com a Lei de Conflito de Interesses; a Nova Lei de Lavagem de Dinheiro; a Lei que instituiu a Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos de Corrupção; a Lei

que reestruturou o CADE e outras medidas semelhantes, se promoveram mudanças estruturais na prevenção e combate à corrupção.

Ao mesmo tempo, com a criação do Portal da Transparência, que recebeu vários prêmios internacionais, os leilões eletrônicos e a Lei de Acesso à Informação, a administração pública federal, antes totalmente opaca aos olhos da cidadania, tornou-se muito mais receptiva ao “detergente da luz do sol”, para usar a expressão famosa do juiz Hugo Black.

Evidentemente, tais medidas aumentaram as denúncias, fundamentadas ou não, de casos de corrupção, o que ocasionou a falsa impressão de que a corrupção havia crescido. A mídia conservadora, que confessadamente atuava nos governos do PT como um grande partido de oposição, tendia a reforçar essa falsa impressão, muitas vezes exagerando o escopo das denúncias, selecionando politicamente os casos a serem alardeados e, por vezes, apresentando simples suspeitas, algumas sem nenhum fundamento, como provas irrefutáveis de culpabilidade.

Em segundo lugar, os governos do PT iniciaram um processo de reconstrução republicana do Estado, direcionando fortemente as políticas públicas para o combate à exclusão econômica e social da maioria da população. Ao mesmo tempo, geraram também um processo lento, mas seguro, de construção e fortalecimento de cidadania, que tendia a colocar o aparelho estatal sob a égide e o controle de um verdadeiro interesse público, e não mais sob o tacão de alguns interesses privados dos grupos secularmente dominantes.

Ademais, os governos progressistas robusteceram o Estado e suas carreiras públicas. Observe-se que a Convenção da ONU contra Corrupção considera o fortalecimento do funcionalismo público, inclusive mediante o pagamento de salários adequados, como uma das principais medidas preventivas contra a corrupção.

Em terceiro lugar, o governo Lula e Dilma promoveram uma verdadeira revolução social no Brasil, retirando milhões de pessoas

da pobreza extrema e propiciando mobilidade social a dezenas de milhões de cidadãos brasileiros. Essa melhoria substancial das condições de vida da população, inclusive no que tange às oportunidades educacionais, também tende, de forma indireta, a arrefecer a ocorrência do fenômeno da corrupção no Brasil. Afinal, uma cidadania ampla, informada e ativa é a melhor fiscalizadora do Estado.

O GOVERNO FEDERAL E A SEGURANÇA PÚBLICA

Em matéria de segurança pública, as competências constitucionais são fundamentalmente dos governos estaduais. A União só pode atuar no âmbito das suas polícias (federal e rodoviária federal), policiamento de fronteiras (polícias e forças armadas) e presídios federais (presídios de segurança máxima), repassando verbas para os outros entes da federação na implantação das políticas de segurança pública. Atua, ainda, nos casos em que o sistema de segurança pública entra em colapso ou grave crise, com previsão legal por meio de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), quando solicitada pelo governo estadual.

A situação da segurança pública é um dos grandes desafios do país, a maioria dos governos estaduais não conseguiu enfrentar com eficiência os graves problemas de segurança e segue sendo uma das maiores preocupações da população brasileira. Apesar de alguns avanços, há um nível inaceitável de homicídios que chega a 60 mil mortes por ano, na maioria jovens, negros e pobres. Há uma grave crise do sistema prisional, as rebeliões são recorrentes, com uma presença agressiva de organizações criminosas, especialmente no tráfico de drogas, e, atualmente, uma deterioração em importantes indicadores de segurança pública.

A política de encarceramento em massa gerou uma situação de degradação nos presídios, falta gestão, controle e disciplina, sendo que 43% dos presos estão em prisão preventiva, sem a conclusão do julgamento. O Congresso vem aprofundando a legislação que am-

plia o encarceramento em massa, apesar de ter aprovado, com apoio do governo do PT, estímulos às penas alternativas e ao uso de tornozeleira eletrônica para contribuir na reversão deste quadro dramático. Entretanto, tais medidas tiveram um pequeno impacto até agora.

Os governos Lula e Dilma, respectivamente, assumiram um papel indutor de políticas de segurança por meio da construção de ações integradas entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pertencente à estrutura do Ministério da Justiça (MJ), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Forças Armadas. Foram desenvolvidos os seguintes projetos (MARTINS CARDOSO, J.E.. 2017):

1. **Força nacional de segurança pública (FNSP):** criada no governo Lula, em 2004, baseada na Força de Paz das Nações Unidas (ONU), a FNSP é formada por um corpo de profissionais em segurança pública, que passam por um processo seletivo e por treinamento especializado, mobilizados e prontos para atuar em todo o território nacional. Atualmente, conta com 11 mil profissionais em seu cadastro.

Sob a coordenação conjunta do governo federal e estaduais, a FNSP apoia operações de segurança pública especiais, sempre que solicitado pelos governos de estado e já realizou mais de 200 operações. Tem tido um papel fundamental nas situações de crise de segurança pública em diversos estados da federação.

2. **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP):** ninguém combate ao crime se não souber quando e onde ele ocorre. O governo federal não possuía informações repassadas pelos estados, que permitissem planejar um enfrentamento global das práticas e organizações criminosas, nem um estudo aprofundado das suas estruturas e estratégias. Por lei, no go-

verno Dilma, em 2012, foi criado o SINESP, um sistema de informações e estatísticas nacionais que deve ser alimentado pelos estados, construindo uma política de cooperação federativa. Este sistema reúne, sistematiza e analisa informações sobre segurança pública, justiça, drogas e sistema prisional, ajudando no trabalho de inteligência e planejamento estratégicos das ações das forças de segurança.

Estados que não repassarem informações não receberiam verbas de segurança pública. Com esse aprimoramento, durante o governo Dilma, foi desenvolvido o processo de uniformização e captação dessas informações. Se for dada continuidade, o país, em curso espaço de tempo, poderá ter um conhecimento em tempo real da ocorrência das práticas criminosas em todo território nacional. Um dos serviços disponível é o SINESP cidadão, que permite a qualquer pessoa consultar veículos roubados ou furtados e pessoas desaparecidas ou com mandados de prisão.

3. **Brasil Mais Seguro:** este projeto de redução de homicídios foi iniciado, pelo governo Dilma, como uma experiência piloto em Alagoas, sendo responsável pela queda de 37,2% da criminalidade naquele estado, entre 2011 e 2014, que era o mais violento do país. Consiste em práticas policiais integradas, por meio de ações focadas em regiões de grande densidade de violência, com a utilização de polícia preventiva, ostensiva, inteligência policial, aprimoramento de técnicas de investigação e treinamento de policiais.

Na segunda etapa do plano, que foi interrompida pelo golpe, ele atingiria as 80 cidades mais violentas do país, vincularia universidades no estudo das causas da violência, além de políticas sociais federais, estaduais e municipais integradas e aplicadas nessas regiões violentas e vulneráveis.

4. **Plano Integrado de Fronteiras:** o Brasil possui uma fronteira terrestre que equivale em linha reta à distância entre Brasília e Beijing, cerca de 17 mil km. Pela primeira vez na história, se buscou a construção de um plano de atuação conjunta entre MJ e Ministério da Defesa, na fiscalização de fronteiras. Por meio de um Centro Integrado de Comando e Controle, ações conjuntas da PF, PRE, Força Nacional, Receita Federal, SENASP e Forças Armadas, amparadas nos seus serviços de inteligência, desenvolveram as operações Sentinela (comando do MJ) e Ágata (comando do MD). O resultado foi expressivo. Desde 2011, foram estruturadas 606 unidades policiais em 263 municípios e apreendidos mais de 910 mil quilos de drogas, com duras derrotas para o crime organizado. O processo de golpe impediu o lançamento da segunda fase do plano, que contaria com a participação de Centros Integrados de Comando e Controle dos Estados (doados pelo MJ para os estados, a partir do legado da Copa do Mundo e da construção de novos Centros de Comando e Controle em estados de fronteira), um Centro de Comando Integrado para Polícia Internacional (na PF) e de um Centro de Comando de Fronteira Integrado entre Brasil, Argentina e Paraguai, na região de Foz do Iguaçu. Esses centros propiciariam a integração das forças policiais estaduais, federais e de outros países, dando maior operacionalização ao uso dos VANT, equipamento especializado em monitoramento aéreo das regiões de fronteira.
5. **Crack, é possível vencer:** primeiro plano de ação integrada entre o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério de Desenvolvimento Social, desenvolvido pelo governo federal, após levantamento das áreas vulneráveis em todo o país. Na área de segurança, se fortaleceu a re-

pressão ao narcotráfico e a definição de áreas de policiamento preventivo em colaboração com os estados. O MJ doou monitoramento por câmeras, viaturas, centros de controle móveis, entre outros equipamentos especializados para o desenvolvimento dessas operações.

Na área da saúde, foram capacitados 367 mil agentes e formadas 8.034 comunidades terapêuticas, ampliado o atendimento a dependentes químicos por meio de vagas da rede pública e em entidades assistenciais conveniadas (SENAD/MJ). Foram 132.230 mil atendimentos até 2014, com uma média de 4 mil ligações por dia. Programas sociais de reinserção foram desenvolvidos e implementados pelo MDS.

6. **Plano de Ampliação e Melhoria do Sistema Penitenciário Estadual:** tentando diminuir o grave déficit de centenas de milhares de vagas do carcerário nacional, executou-se o maior programa de construção de unidades prisionais da história. O programa implicava na entrega de 20 mil contratadas pelo governo Lula, a ser construídos pelos estados, mais 40 mil novas vagas, contratadas no governo Dilma. O tempo médio para a construção de unidades prisionais é de cinco anos. A segunda etapa do programa seria totalmente concluída até o final de 2018.

Foram construídas, adicionalmente, quatro penitenciárias de segurança máxima e uma quinta estava em construção no Distrito Federal, no final do governo Dilma. Ao mesmo tempo, foram desenvolvidos programas para melhoria do sistema de penas alternativas e, especialmente, o sistema de monitoração eletrônica pelos estados, ação que evitaria a aplicação de penas restritivas de liberdade em situações impróprias, com a nova lei aprovada pelo Congresso Nacional. Importantes programas de remissão das penas, tendo o estu-

do, a educação, a saúde e o trabalho para o preso como contrapartidas, foram desenvolvidos a partir do aprimoramento da legislação penal. Atividades integradas entre o MJ, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foram realizadas, como os mutirões judiciais nos presídios e as audiências de custódia. Iniciou-se, ainda, a implantação de um sistema integrado de dados de execução penal, indispensável para o monitoramento das atividades penitenciárias de todo país. Foi criado também um sistema de inteligência prisional integrado entre o MJ e os estados.

7. **Combate à Lavagem de Dinheiro:** a aprovação de uma legislação mais rigorosa nos crimes de lavagem de dinheiro, em 2012, no governo Dilma, permitiu a intensificação de ações da PF por meio de ações de inteligência contra empresas envolvidas nestes crimes e da utilização de laboratórios doados pelo MJ, que detectam essa prática criminosa em investigações federais e estaduais.
8. **Rodovia:** é um programa de redução de acidentes nas rodovias federais, que implicou em êxitos extraordinários. A aprovação da Lei Seca pelo Congresso Nacional, no governo Lula, permitiu um melhor gerenciamento das forças policiais disponíveis, a criação de novos padrões de gestão e o combate a práticas perigosas (álcool, drogas, não uso de cinto de segurança, ultrapassagens perigosas, entre outros). Por meio do uso de meios repressivos foi possível reverter o crescimento de acidentes rodoviários em nossas estradas e iniciar uma forte queda nas ocorrências de acidentes, incluindo os acidentes graves, feridos e mortos, superando as metas estabelecidas pelos organismos internacionais especializados.

9. **Segurança nos grandes eventos:** por meio de planos integrados de segurança (MJ/MD/polícias estaduais) foram desenvolvidos planos de excelência na área de segurança pública, durante os grandes eventos ocorridos no período. A segurança pública foi avaliada pelos turistas e participantes como um dos itens que foi mais bem-sucedido em todos os grandes eventos (Rio +20, Copa das Confederações, visita do Papa, Copa do Mundo e Olimpíadas – essa última, embora realizada sob o governo interino do golpe, teve todo planejamento e preparação realizada pelo governo Dilma). Iniciou-se um grande projeto de integração policial, com um importante legado para a cultura de segurança pública do país, com a aquisição de equipamentos de ponta para os estados, como mais de dez mil câmaras de monitoramento por vídeo integradas, além de 15 Centros Integrado de Comando e Controle e 170 mil profissionais de segurança pública envolvidos.
10. **Apoio aos estados nas crises da segurança pública:** por meio de ações integradas do MJ e dos governos estaduais, apoiadas pelo Ministério da Defesa (MD), tivemos, por exemplo, em Santa Catarina, quando da ocorrência de graves distúrbios provocados por organizações criminosas. Essas operações ocorriam com o cerco policial preventivo das áreas vulneráveis, em todos os modais (terrestre, aéreo e marítimo), remoção dos líderes presos para presídios federais de segurança máxima em aviões da FAB, intensificação de ações de inteligência e realização de mutirões carcerários pelas defensorias públicas, sob coordenação do MJ.
11. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem:** executadas de forma integrada entre o MD e o MJ, ocorreu em greves de polícias em diversos estados e em situações de crise

de segurança pública, sempre que solicitadas por governadores, como ocorreu em vários momentos no estado do Rio de Janeiro.

As novas iniciativas do governo federal, na forma de parcerias como as forças de segurança dos estados, foram muito importantes para melhorar a segurança pública. Como explicado, o tema é, prioritariamente, uma responsabilidade constitucional dos estados e continua sendo um imenso desafio, especialmente a superlotação dos presídios e a atuação das organizações criminosas envolvidas com o tráfico de drogas, que cresceram e dominam o sistema carcerário em vários estados da federação.

SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

O recente desenvolvimento brasileiro, por ter de enfrentar ao mesmo tempo as pendências relativas ao desenvolvimento clássico do século XX e os novos desafios do século XXI, começou a deitar as bases para a promoção da sustentabilidade ambiental e o desafio da constituição de uma nova economia verde no país.

Sem dúvida alguma, esse processo de transformação do nosso desenvolvimento em desenvolvimento crescentemente sustentável foi intensificado pela atual crise ambiental mundial. E a face mais emblemática dessa crise ambiental são justamente as mudanças climáticas. De fato, as evidências empíricas de que o atual modelo de crescimento econômico desequilibrado e de carbono intensivo está se esgotando são cada dia mais fortes. Entre elas, o aquecimento global provocado pela intensificação do efeito-estufa destaca-se pela abrangência e pela intensidade de seu impacto.

Considere-se, adicionalmente, que os países mais afetados pelo aquecimento serão justamente os mais pobres e os situados em áreas tropicais. Por sua localização geográfica e características natu-

rais, nosso país seria fortemente impactado pelo aquecimento global. Na hipótese de sua ocorrência, espera-se que o regime pluviométrico se altere, com fortes chuvas na região Sul-Sudeste e intensificação dos períodos de seca no semiárido nordestino. A Amazônia, fundamental para o equilíbrio do clima continental, poderá passar por um processo de savanização provocado pelo aumento da evapotranspiração. Com isso, vastas regiões de cerrado perderão sua preciosa fonte de água, com fortes prejuízos para a atividade agropecuária brasileira.

Diante desse cenário potencialmente muito negativo, os governos do PT adotaram a estratégia de articular o novo padrão de desenvolvimento, que combina medidas destinadas à transição para a economia de baixo carbono, no plano interno, com uma postura ativa e propositiva nos foros internacionais de negociação de ações coordenadas sobre mudanças climáticas, no plano externo.

Tal estratégia resultou no estabelecimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Isso demonstrou concretamente que o país seria capaz de fixar metas plausíveis de redução de gases de efeito-estufa, na proporção necessária à contenção da crise ambiental. Ademais, foram ampliadas consideravelmente as áreas de proteção ambiental e reduzidos substancialmente os níveis de desmatamento, especialmente na Amazônia.

Esses avanços internos permitiram uma notável mudança de posição do Brasil no cenário internacional. Com efeito, no plano externo, o protagonismo brasileiro no tema havia sido marcado historicamente pela defesa da responsabilidade dos países ricos e industrializados sobre as emissões históricas dos gases de efeito-estufa e do direito dos países pobres de crescerem economicamente e superarem as limitações impostas pelo subdesenvolvimento, conforme o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Essa postura eminentemente defensiva era, na época, necessária para se contrapor à postura essencialmente e conservadora dos ambientalistas dos países desenvolvi-

dos, que propugnavam pela redução do crescimento econômico, como única forma de assegurar o equilíbrio ambiental.

Entretanto, nas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (Rio +20 e COP 15), o Brasil saiu dessa posição historicamente defensiva e levou na bagagem propostas concretas: uma Política Nacional sobre Mudança do Clima, um Fundo para financiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e, mais importante ainda, o compromisso de redução de 36,1% a 38,9% das emissões de gases de efeito-estufa, juntamente com o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80%.

Essas substanciais mudanças internas e externas do país na questão ambiental, principalmente no que tange ao combate às mudanças climáticas, aumentaram extraordinariamente o nosso papel na imprescindível transição global da “economia carbonizada” para a “economia verde e criativa”, na qual o Brasil tem enorme potencial.

Tais mudanças foram entendidas pelos governos do PT, que alteraram o paradigma de atuação do Brasil nessa área e que tiveram êxito bastante significativo no combate ao nosso grande “calcanhar de Aquiles” na questão ambiental: o desmatamento da Amazônia²⁰.

Igualmente importante foi a ousada meta da presidenta Dilma, anunciada na COP 21 em Paris, de aumentar para 24% a participação das novas fontes renováveis (solar, eólica e biomassa) na geração de energia elétrica até 2030. No início do governo do PT, praticamente não havia capacidade instalada das energias renováveis. Em 2014, a participação das eólicas chegou a 5% e da biomassa a 10% da capacidade total. No último ano de governo, em 2015, o Brasil foi o 4º país do mundo que mais agregou capacidade eólica no parque gerador.

20. Em 2012, no governo Dilma, o Brasil teve o menor índice de desmatamento de sua história documentada. A redução do desmatamento no Brasil chegou a 76,27%, em relação aos níveis praticados até o início deste século, o que coloca o país em situação muito próxima ao cumprimento de reduzir o desmatamento em 80%, conforme compromisso assumido na COP 15.

Assim, o novo padrão de desenvolvimento dos governos do PT foi, de forma crescente, embora ainda insuficiente, um processo de desenvolvimento sustentável.

A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA E A INSERÇÃO INTERNACIONAL SOBERANA

No início do governo Lula, em 2003, tínhamos uma economia extremamente vulnerável a choques externos, praticamente sem reservas cambiais próprias, e já havíamos recorrido três vezes ao FMI para administrar a crise das contas externas.

Tivemos, entretanto, uma conjuntura internacional favorável até a grande crise de 2009. Um ciclo ascendente nos preços das *commodities*, com importantes melhorias nos termos de trocas internacionais. Os governos do PT, de forma competente, aproveitaram bem o referido cenário do comércio mundial, diversificaram as parcerias comerciais e econômicas do Brasil e, em pouco tempo, reduziram a vulnerabilidade externa da economia, O país se tornou credor internacional líquido, inclusive do Fundo Monetário Internacional (FMI). Não fosse a política externa e ativa e ativa, o Brasil não teria aproveitado bem esse ciclo internacional.

A nova política externa priorizou a relação Sul-Sul, sem desprezar a relação Norte-Sul, mudando completamente a inserção subordinada que marcava a nossa diplomacia. O Brasil teve uma grande liderança na integração regional latino-americana, com o fortalecimento do Mercosul e a criação da Celac e da Unasul.

O comércio exterior brasileiro intra-Mercosul cresceu muito acima do comércio com outras regiões e foi marcado pela exportação predominante de produtos manufaturados, além da presença crescente de empresas brasileiras na exportação de serviços para as economias da região. Os BRICS foram uma construção política que

deu um novo protagonismo internacional aos países em desenvolvimento e abriu novas possibilidades de parcerias estratégicas e inéditas entre Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul.

O Brasil passou a apresentar uma taxa de crescimento das exportações superior à média de crescimento do comércio internacional. A participação brasileira no comércio mundial, que era de 0,92% no período 1999-2002, cresceu para 1,32% entre 2011-2014. Essa melhora foi acompanhada pela geração de grandes superávits comerciais e uma acumulação inédita e elevada de reservas cambiais, no patamar de US\$ 370 bilhões. Esse nível de reservas cambiais foi decisivo para o enfrentamento das crises e instabilidades financeiras internacionais, como ocorreu com a grande crise financeira internacional de 2009. Importante destacar, porém, que o carregamento das reservas são essenciais porque protegem a economia brasileira nas instabilidades financeiras internacionais, mas tem um custo fiscal elevado, próximo a 2% do PIB ao ano, em função dos desequilíbrios decorrentes das altas taxas básicas de juros praticadas no Brasil pelo Banco Central.

Essa é uma característica muito importante do novo padrão de desenvolvimento, porque o nacional desenvolvimentismo do passado, muitas vezes deteriorou as contas externas, como no final do Plano de Metas, 1956-1961, no governo JK, ou mesmo no II PND.

É uma inflexão macroeconômica relevante, em relação ao longo período de crise da dívida externa. Ela representou também superação da grave crise de balanço de pagamentos que a utilização prolongada da âncora cambial pelo Plano Real impôs ao país, a qual terminou com nossa subordinação às exigências do FMI, no final do governo FHC.

Porém, os grandes superávits comerciais gerados nos governos do PT, acompanhados pela política de juros do Banco Central, que por longos períodos alimentou a arbitragem de capitais especulativos, contribuíram também para um novo ciclo da apreciação do câmbio e para o vazamento de uma parte da demanda agregada, especialmen-

te de produtos manufaturados (CARNEIRO, R., 2017). O processo de apreciação do câmbio é um dos grandes obstáculos ao avanço da industrialização e contribuiu inclusive para uma desindustrialização de algumas cadeias produtivas.

Os ganhos com a nova política externa não se restringiram, porém, aos aspectos comerciais e econômicos. Houve também notáveis avanços políticos e diplomáticos. Ao diversificar as suas parcerias e afirmar com maior assertividade os seus interesses no cenário mundial, o Brasil se tornou ator internacional de primeira linha. Nosso país passou a ter presença decisiva em todos os foros mundiais e o presidente Lula e a presidenta Dilma se tornaram grandes lideranças internacionais. Em particular, as ações do Brasil em prol de um mundo menos assimétrico e mais multipolar, com maior presença dos países em desenvolvimento nos processos de decisão, nos tornaram uma liderança mundial positiva e muito respeitada. A criação do

GRÁFICO 2 DÍVIDA EXTERNA BRUTA E LÍQUIDA (% DO PIB)
1995-2014

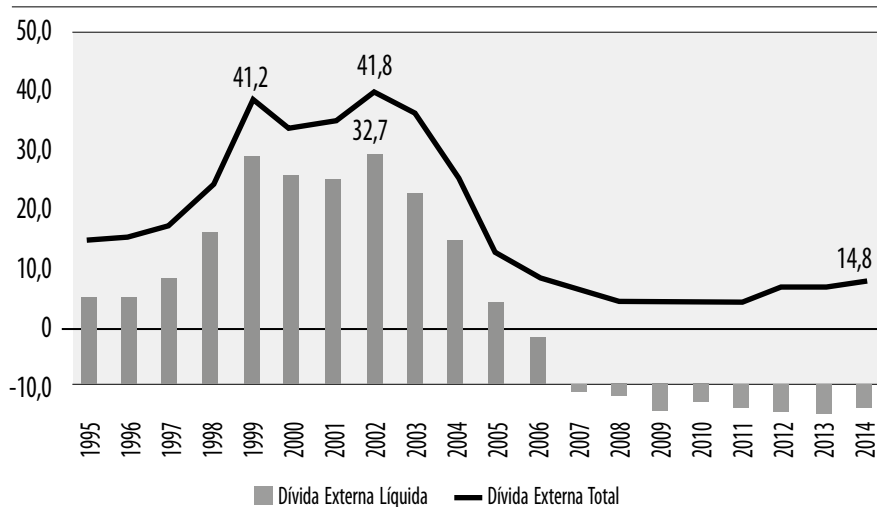
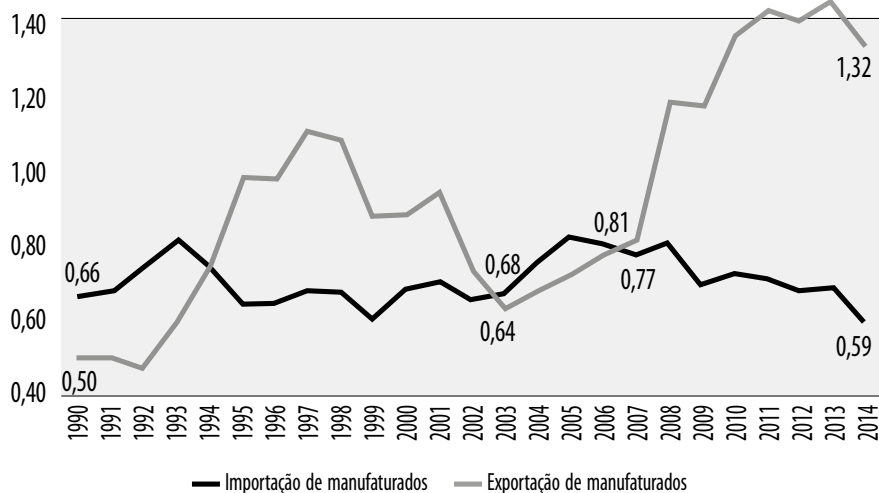


GRÁFICO 3 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS TOTAIS (EM%) - 1990-2014



Fonte: WDI – Banco Mundial. Elaboração NEIT- IE- UNICAMP

G20 com a participação dos chefes de Estado, – que neste período foi o principal fórum multilateral de discussão e coordenação da economia mundial –, e a articulação dos BRICS teriam sido impossíveis sem a presença decisiva e propositiva do Brasil. Nosso País e os BRICS também tiveram um papel relevante na reforma do FMI, onde os países em desenvolvimento passaram a ter mais cotas e maior poder de decisão no órgão.

Assim, a política externa ativa e ativa, acompanhada por um ciclo favorável no comércio mundial, mudou a presença internacional do Brasil e trouxe novas possibilidades de parcerias comerciais, tecnológicas, econômicas e políticas. Reduziu expressivamente a vulnerabilidade externa com os grandes superávits e acúmulo de reservas cambiais, mas não superou, contudo, a apreciação do câmbio e seu impacto extremamente desfavorável no comércio de produtos manufaturados e, por consequência, no desempenho da indústria brasileira.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE DEFESA NACIONAL

A projeção dos interesses de um país no complexo e competitivo cenário mundial dá-se, essencialmente, de duas formas: pela política externa e pela política de defesa.

Assim, a plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional, embora dependa de uma política externa consistente, não pode prescindir, também, de uma política de defesa sólida.

Com efeito, um país das dimensões geográficas, demográficas e econômicas do Brasil não pode prescindir de uma política de defesa eficiente. Mesmo no contexto de uma região pacífica, como a América do Sul, o Brasil, pela abundância de seus recursos estratégicos (água doce, biodiversidade, terras, pré-sal etc.) e por sua recente projeção geopolítica internacional, desperta cobiça e rivalidades que têm de ser neutralizadas.

Entretanto, ao longo dos governos do neoliberalismo, colocou-se ênfase exclusiva na persuasão diplomática como instrumento para alcançar os objetivos estratégicos do país, no cenário internacional.

Sem dúvida alguma, a persuasão diplomática deve ser o meio principal de afirmação dos interesses das nações, principalmente das nações pacíficas, como o Brasil. No entanto, é forçoso reconhecer que tal persuasão funciona de forma mais eficaz quando complementada pela dissuasão estratégica.

Como assinalou o ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Defesa Celso Amorim:

Não se pode ser a sétima economia, ser membro do BRICS e do G-20, ter toda a importância que o Brasil assumiu e não ter Forças Armadas devidamente equipadas. A existência de forças equipadas e adestradas fortalece a capacidade diplomática e minimiza a possibilidade de agressões, permitindo que a política de defesa contribua com a política externa voltada para a paz e o desenvolvimento.

Por isso, nos governos do PT começou a se dar prioridade renovada à construção de uma Base Industrial de Defesa (BID) , a qual, em conjunto com o reaparelhamento das forças armadas, se constituiria no pilar estratégico central da defesa do Brasil.

Estimava-se que o governo deveria investir centenas de bilhões de reais nas próximas décadas em um conjunto de programas de reaparelhamento voltado para a modernização e o fortalecimento da estrutura de defesa (Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, PAED). A implementação desse plano seria fundamental para a posição que o Brasil almeja conquistar no cenário econômico e político²¹.

Além disso, foram tomadas várias medidas institucionais para se atingir o objetivo de dotar o país de uma Base Industrial de Defesa sólida.

Em 2005, foi lançada a nova Política de Defesa Nacional (PDN), que conferiu especial destaque à capacitação na produção de materiais e equipamentos com alto valor agregado em tecnologia, com vistas a diminuir a dependência externa do país nessa área estratégica.

Por sua vez, a Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2008, estabeleceu a “revitalização da indústria de material de defesa” como um dos três eixos estruturantes para a defesa do país, ao lado da reorganização das Forças Armadas e de sua política de composição dos efetivos. Dessa forma, a Estratégia afirmou o vínculo indissociável entre defesa e desenvolvimento. A BID passou a ser vista como indutora de inovações tecnológicas com aplicações civis. A END também estimulou o desenvolvimento tecnológico independente, especialmente nos setores nuclear, cibernético e espacial.

21. Entre os programas principais previstos e desenvolvidos, estavam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (Prosub), o Projeto HX-BR (programa de helicópteros), o Projeto FX-2 (caças), o Prosuper-Subprojeto de Obtenção de Meios de Superfície (embarcações de superfície), o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sifron) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sis-GAAZ, para monitoramento da costa).

Em 2011, com o lançamento do Plano Brasil Maior (PBM), reforçou-se o desenvolvimento tecnológico da defesa nacional. O PBM visava o aumento da competitividade da indústria nacional, mediante incentivos à inovação e à agregação de valor. Nesse sentido, o PBM escolheu o complexo industrial de defesa como um dos programas estruturantes em áreas estratégicas.

Com essas iniciativas, pretendia-se utilizar a capacidade de investimento estratégico do país para a reorganização e fortalecimento da indústria nacional de defesa.

Essas iniciativas internas foram complementadas, no plano internacional, com o estabelecimento de parcerias na área de defesa. A parceria estratégica com a França, por exemplo, é de vital importância para o desenvolvimento do submarino nuclear. Já a parceria estabelecida com a Suécia, é crucial, como se sabe, para o desenvolvimento do novo caça do Brasil.

Tal conjunto de iniciativas, tanto internas quanto externas, apontava para a construção de uma Base Industrial de Defesa diversificada, que daria suporte ao reaparelhamento adequado de nossas Forças Armadas e ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Não obstante, é preciso considerar que essa construção, alicerçada em projetos estratégicos complexos, demandava longo tempo de maturação e consolidação. Infelizmente, esse tempo histórico considerável foi interrompido, em tempos recentes, pelo golpe parlamentar, comprometido com a implantação de uma agenda ultraneoliberal no Brasil.

Tal agenda regressiva, antipopular e antinacional compromete seriamente essa construção, bem como outras vertentes do projeto político dos governos do PT, que buscava a criação de um país justo, democrático e soberano.

Assim, os referidos projetos estratégicos para defesa do Brasil e o desenvolvimento nacional estão agora em perigo, com a EC 95/2016, que congelou as despesas primárias por longos 20 anos. Nas

simulações realizadas, os investimentos deverão sofrer contrações brutais, pois a despesas constitucionais obrigatórias, somadas ao aumento populacional, deverão aumentar substancialmente, nos próximos anos.

Além desse dano que a Emenda Constitucional 95 inevitavelmente ocasionará à Estratégia Nacional de Defesa, é preciso analisar também que a Operação Lava Jato, sem as devidas medidas protetivas das empresas e empregos, vem causando prejuízos consideráveis à Base Industrial de Defesa.

Não temos dúvida de que a combinação da Lava Jato, que está destruindo o braço empresarial da Estratégia Nacional de Defesa, com a EC 95, de 2016, que reduzirá drasticamente o investimento estatal nessa área, poderá fazer o Brasil retroceder à década de 1990, quando a tônica dada pelo neoliberalismo era a do desarmamento do país.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A INDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

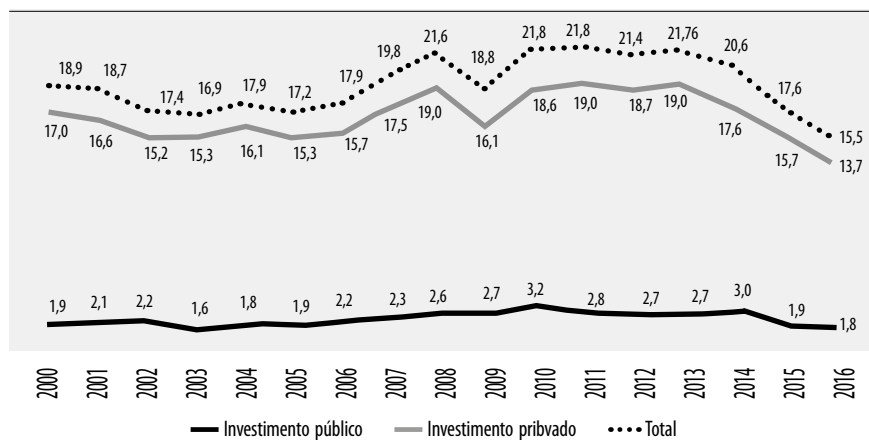
Outro elemento importante foi a expansão dos investimentos públicos. Com o PAC, em 2007, coordenado pela então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, há uma mudança no padrão de coordenação, elaboração e execução de projetos estratégicos de investimentos em infraestrutura social, logística e energia e o país voltou a ter um crescimento extremamente vigoroso da construção civil pesada, dando grande impulso à engenharia nacional. O aspecto mais relevante do PAC foi equacionar, com uma participação decisiva do BNDES, o financiamento de longo prazo para os investimentos em infraestrutura. O BNDES chegou a ter um volume de financiamentos superior ao próprio Banco Mundial. Em 2009, em plena crise econômica mundial, foi lançado o maior programa de habitação popular, o MCMV que junto com os demais investimentos do PAC, permitiu uma rápida recuperação da crise. Já em 2010, a economia cresceu 7,5% (BELCHIOR, M., 2017).

Esses esforços de planejamento, parceria público-privada e protagonismo do setor produtivo estatal, com um novo padrão de financiamento de longo-prazo, com a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e um extraordinário protagonismo do BNDES foram muito importantes para o aumento da formação bruta de capital fixo, mas mesmo assim ficaram aquém de períodos anteriores da história econômica do país, especialmente o período anterior a prolongada crise da dívida externa e a hiperinflação dos anos 1980.

Porém, é importante destacar que a melhora nas contas externas trouxe, também, uma apreciação na taxa de câmbio, que estimulou o vazamento de parte da demanda interna, impactando fortemente importantes cadeias industriais e prejudicando a indústria e os investimentos.

Não obstante, é incorreta a afirmação que o ciclo de crescimento econômico dos governos do PT esteve baseado apenas no crescimento do consumo interno, ainda que o mercado de consumo de massas tenha assumido um papel fundamental na nova dinâmica de acumulação de

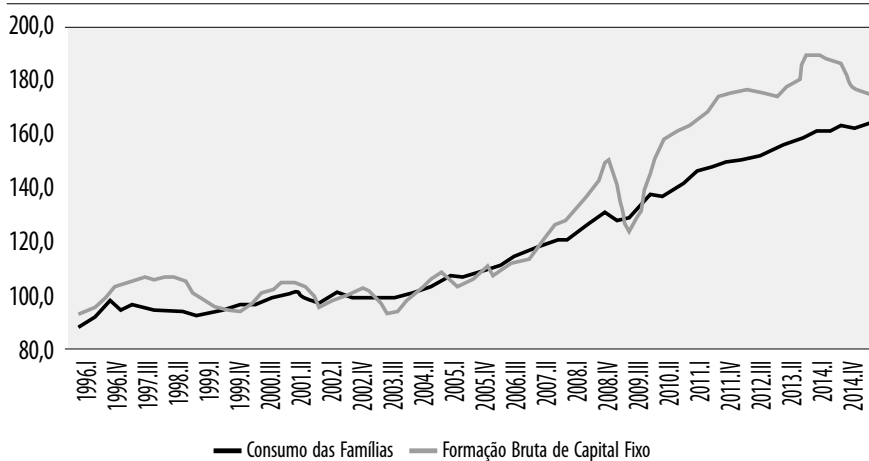
GRÁFICO 4 TAXA DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA (% DO PIB)
2000-2016



Fonte: Ministério da Fazenda e IBGE, elaborado pelo MP

GRÁFICO 5 INVESTIMENTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS (MÉDIA 2002 = 100)

1996-2014



Fonte: CNT (Ref. 2010) – IBGE

capital. Na realidade, como se observa claramente no gráfico 5, houve também crescimento expressivo dos investimentos, estimulado pelo protagonismo dos investimentos e financiamentos públicos.

O PAC retomou o planejamento e mudou o padrão de financiamento de longo prazo e de governança dos investimentos públicos em infraestrutura. No setor de energia, que vinha de um cenário de perda de confiança e aumento de risco, foi implementado um planejamento estratégico que envolveu a realização de 37 leilões de comercialização de energia e a construção de 57 mil km de novas linhas de transmissão com interligação dos sistemas isolados, uma importante mudança na política de renovação das concessões e na melhoria de governança do sistema (TOLMASQUIM, M., 2017). Além disso, tivemos um fomento das fontes renováveis de energia e a implantação do programa Luz para Todos, que universalizou o acesso à energia elétrica com 3,3 milhões de novas ligações, beneficiando 15 milhões de pessoas.

Nos transportes, foram recuperadas 23,3 mil km de rodovias. A mudança no modelo das concessões permitiu que os investimen-

tos fossem duplicados em relação ao período anterior, com tarifas relativamente menores, e a carga transportada cresceu 32%. Foram construídos mais de 10 mil km de ferrovias. Em síntese, os investimentos em infraestrutura cresceram duas vezes acima do PIB, no período, com uma modernização profunda dos aeroportos e de parte da estrutura portuária.

Finalmente, é importante destacar que todo esse esforço a elaboração de projetos, a constituição de mecanismos de integração e a coordenação das empresas estatais e dos órgãos de governo para impulsionar os investimentos públicos, em parceria com o setor privado, contribuiu para a retomada do crescimento.

A retomada dos investimentos públicos e das estatais foi fundamental, mas insuficiente para uma aceleração mais consistente e sustentada do crescimento econômico do país, no referido período histórico.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS

Outro elemento importante do Novo Padrão de Desenvolvimento foi o melhor aproveitamento dos nossos recursos naturais estratégicos, como as nossas terras agriculturáveis, as riquezas minerais e, em especial, as reservas de petróleo.

Foi nos governos do PT que a Petrobras desenvolveu inovação tecnológica sem precedentes na indústria internacional do petróleo e descobriu as grandes reservas estratégicas da camada pré-sal. O governo do PT enfrentou uma batalha política e ideológica pesada, especialmente quando suspendeu a nona rodada de licitações, após a descoberta das grandes reservas estratégicas no polígono do pré-sal. O governo procurou preservar o controle público sobre as reservas e construir um marco regulatório que permitisse utilizar essa nova fonte de energia para impulsionar toda a indústria associada, como a construção naval, o parque de refino e a estrutura de logística e distribuição.

A Petrobras como operadora única, o patamar mínimo de 30% nas suas parcerias no polígono do pré-sal e a política de conteúdo local e tributação tinham como eixo a industrialização em todo o setor de gás e petróleo. Dessa forma, além da autossuficiência, o país seria também um exportador de derivados de petróleo, gerando mais valor agregado e internalizando os investimentos associados à descoberta das grandes reservas.

A Petrobras sozinha representava aproximadamente 50% do investimento público total. O potencial dos investimentos da Petrobras foi fortalecido pela exigência de conteúdo local, estimulando uma ampla rede de fornecedores, tanto da área tecnológica, quanto da produtiva. E os resultados e perspectivas no aumento da produção de petróleo e derivados são muito significativos e estratégicos, com um impacto relevante na balança comercial do país. A produção do pré-sal já começa a superar a produção do pós sal e esta tendência deve se acelerar rapidamente. No entanto, a rápida privatização das reservas do pré-sal e da própria Petrobras, pelo governo golpista de Temer, já destinou cerca de 30% da produção para as grandes empresas petrolíferas internacionais.

Essas três frentes de expansão – mercado interno de consumo de massas, investimentos públicos e novo padrão de gestão dos recursos naturais – foram potencializados pela alteração na forma de utilizar os instrumentos de gestão pública e de indução do desenvolvimento.

EXPANSÃO DO CRÉDITO E ATUAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Nos governos do PT, deu-se grande relevância à expansão do crédito para a alavancagem dos investimentos e para a expansão de um mercado de consumo de massa.

Em 2002, o crédito total na economia não passava de 25% do PIB. Entre 2003 e 2015, o crédito como proporção do PIB foi duplicado, passando de 24,7%, em 2003, para 54,5%, em 2015.

Nesse processo de acentuada expansão do crédito, o conjunto dos bancos públicos foi indispensável à sua efetivação. Os desembolsos do BNDES, por exemplo, sobretudo os destinados ao investimento produtivo, passaram de R\$ 35,2 bilhões, em 2003, para cerca de R\$ 190 bilhões, em 2014.

O Banco do Brasil (BB) atuou fortemente no crédito consignado, no crédito para pessoa física e pessoa jurídica, no financiamento à agricultura e no microcrédito produtivo orientado. O Plano Safra foi decisivo para o aumento exponencial da produção agrícola, modernização do campo e forte aumento da produtividade. O Pronaf para a agricultura familiar também foi decisivo para os assentamentos da reforma agrária e para a modernização da agricultura familiar.

A Caixa Econômica Federal (CEF), por sua vez, ampliou a rede de correspondentes bancários e foi essencial no pagamento dos programas sociais, na oferta do crédito consignado e no acesso ao crédito para a população de menor renda. Não menos importante foi seu papel no financiamento habitacional e nos investimentos em mobilidade urbana, e saneamento, tornando a Caixa responsável por cerca de 70% do financiamento habitacional e a segunda maior financiadora de projetos de longo prazo, atrás apenas do BNDES (PERCIVAL, M., 2017).

Esses dois bancos públicos de varejo atuaram juntos numa exitosa política de ampla bancarização, levada a cabo desde 2004, o que favoreceu o acesso da população de menor renda aos serviços bancários e ao crédito. Igualmente importante foi a contribuição do Banco do Brasil e da Caixa à redução dos juros e dos *spreads* bancários em 2004/2007 e 2012/2013, agindo fortemente no mercado em que são importantes competidores dos bancos privados. Já o BNDES foi es-

sencial para a expansão do crédito de longo prazo às empresas dos demais setores, especialmente infraestrutura, energia e indústria em geral (MATTOSO, J., 2017).

Um fato que deve ser mencionado é que a importante redução da Selic e dos *spreads* bancários gerou uma forte reação política pelos agentes do sistema financeiro, com apoio de amplos setores empresariais e de classe média. Empresas em que o lucro financeiro é maior que a rentabilidade da produção e poupadores que se acomodaram à política rentista reagiram a esse esforço do governo, revelando a profundidade do processo de financeirização da riqueza e da economia.

Paralelamente, conforme dados do Banco Central (BC), em janeiro de 2005 a dívida das famílias equivalia a 18,42% da renda familiar. Com juros muito elevados, o endividamento vai aumentando regularmente, atingindo um máximo de 46,17% em 2015, e já em 2012 se notava o progressivo comprometimento financeiro das famílias pela dívida acumulada. Essas duas dimensões do processo de financeirização da economia brasileira exigem uma reflexão bastante aprofundada sobre a natureza e a complexidade do crédito e suas implicações na economia brasileira, (BCB, DEPEC 2015 e DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*, 2017, p. 99).

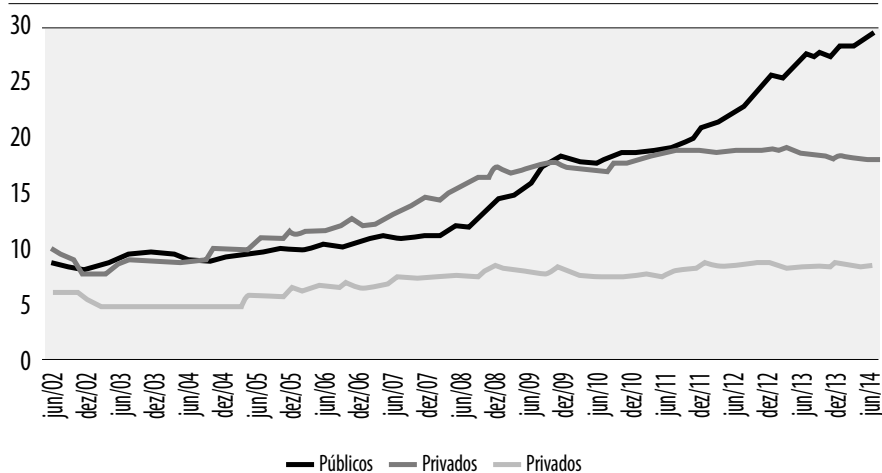
No período dos governos do PT houve um importante fortalecimento do mercado privado de capitais, que praticamente quintuplicou seu tamanho quando comparado ao governo FHC. Foram desenvolvidos novos instrumentos de mercado para o financiamento de longo prazo, como as debêntures incentivadas sem o recolhimento de Imposto de Renda e as letras financeiras para os bancos também captarem *funding* para os investimentos longos. Porém, ainda aquém das necessidades dos investimentos de grande porte e maior prazo de maturação, como os investimentos em infraestrutura. Por isto, o BNDES teve um papel decisivo, sempre atuando com critérios técnicos rigorosos. Evidente, os processos de avaliação do crédito e monitora-

mento dos investimentos podem ser sempre aprimorados, mas isto não tem qualquer relação direta com a acentuada retração do crédito após 2015 e com o desmonte dos bancos públicos iniciado no governo Temer, reivindicado pelo setor privado e tornado componente prioritário da agenda neoliberal.

É importante mencionar também o papel da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), criada no governo Dilma, no financiamento à inovação tecnológica. O setor empresarial brasileiro, produto de um capitalismo tardio e de industrialização retardatária, tem baixa cultura de inovação e o Estado brasileiro desenvolveu poucos instrumentos voltados efetivamente para o fomento das patentes e inovações.

A nova Finep e, especialmente, a Embrapii procuraram mudar esse padrão, rompendo com o padrão descentralizado e com a lógica ofertista das instituições de ciência e tecnologia. O novo modelo de financiamento da Embrapii passou a atender a demanda efetiva da

GRÁFICO 6 PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS NO CRÉDITO, POR ORIGEM DO CAPITAL (% DO PIB) 2002-2014



Fonte: CNT (Ref. 2010) – IBGE

indústria e do setor privado, na forma de parcerias tecnológicas com os institutos de ciência e tecnologia, viabilizando projetos concretos e focados nas inovações e no desenvolvimento de patentes, com excelentes resultados alcançados em curto espaço de tempo.

O MITO DA GASTANÇA E A RESPONSABILIDADE FISCAL

Ao contrário do que diz a oposição neoliberal, durante todo esse período houve uma trajetória fiscal bastante sólida com superávits primários elevados, de 2003 a 2013, quando comparados com o histórico brasileiro e o resto do mundo. Houve também trajetória declinante das dívidas públicas, tanto a líquida quanto a bruta, e o pagamento de juros foi reduzido e manteve-se relativamente controlado.

Os fatores principais para explicar esse fenômeno foram o forte crescimento econômico, que amplia a base de arrecadação, a significativa formalização no mercado de trabalho e a redução nas taxas de desemprego, que contribuíram de forma decisiva para uma maior arrecadação do RGPS e uma trajetória extremamente sólida, em termos do Regime de Previdência Social e todo regime de Seguridade, com as receitas crescendo mais do que as despesas.

Os três primeiros anos do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff foram certamente os três anos em que o Brasil teve a menor dívida pública líquida da sua história, desde o final dos anos 1970. Ou seja, o governo Dilma conviveu com o menor endividamento público em quase 40 anos e com um dos menores índices de inflação médios de um mandato presidencial em quase 50 anos. E esses indicadores estavam associados às menores taxas de desemprego da série histórica. Para acrescentar, o déficit público primário de seu primeiro mandato foi, em média, o mais baixo da nossa série histórica, com exceção do período do presidente Lula.

A partir de 2014, contudo, os resultados fiscais apresentaram uma trajetória divergente da tendência positiva observada no período anterior. Essa piora no resultado primário de 2014, como pode ser visto mais adiante, é explicada essencialmente pela forte queda no ritmo de crescimento da arrecadação e não pelo descontrole do gasto público.

Os governos do PT aumentaram ao longo do tempo a tributação dos bancos na forma da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que associado ao Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas representaram um aumento da ordem de nove pontos percentuais a mais na arrecadação sobre a renda auferida pelo sistema financeiro. Além disso, o sistema teve também um aumento no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). De outro lado, o governo procurou desonerar os investimentos, o setor produtivo e a folha de pagamentos, especialmente da indústria, em setores importantes e fortemente impactados pela forte competitividade internacional, especialmente pela China.

A indústria vinha sendo fortemente prejudicada pela apreciação do câmbio e pelos juros praticados pelo Banco Central. As desonerações sobre a folha de pagamentos foram essenciais para a defesa do emprego e indiretamente para a arrecadação da Previdência social. Alguns programas como o Brasil Maior, especialmente o Inovar Auto, procuravam onerar importações automotivas e desonerar pesquisa, desenvolvimento e inovações e internalização da produção, para estimular o aumento da competitividade e o fortalecimento da cadeia produtiva. Todas as iniciativas do governo de desonerações da folha de pagamentos foram seletivas e dentro desta estratégia de defesa do emprego e da produção, ainda que tenha que ser reconhecido, que muitas vezes foram amplificadas sem os mesmos critérios técnicos pela Câmara dos Deputados em 2014 e 2015. Importante lembrar que o “bloco”, liderado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB), foi formado na Câmara dos Deputados, em 2014. Era

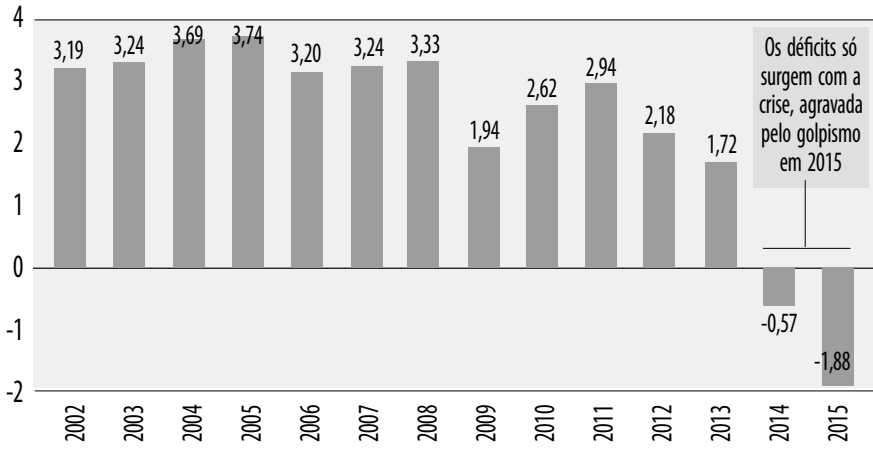
uma iniciativa parlamentar que articulava importantes partidos da base do governo e que teve um papel destacado na ampliação descontrolada e sem critério das desonerações, entre outros benefícios ao setor privado, que agravou a crise fiscal.

Outro aspecto relevante na arrecadação dos tributos tem sido o impacto dos programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (Refis). No início do governo Lula, em um cenário de forte crise econômica herdada do governo FHC, tivemos a adoção do primeiro programa de refinanciamento de débitos fiscais, com importante impacto na arrecadação, regularização tributária de empresas, especialmente de pequenas e médias empresas – fundamentais na geração e manutenção dos empregos. Na grave crise econômica e financeira internacional iniciada em 2008, tivemos uma nova iniciativa com o mesmo objetivo. Porém, tais programas não podem virar uma rotina, porque acabam contribuindo para uma cultura de não pagamento de impostos. Os sucessivos Refis acabam estimulando o não pagamento de tributos em troca do benefício de generosos parcelamentos dos recolhimentos atrasados. Esses programas são também decorrentes de uma forte presença e pressão empresarial junto à base parlamentar.

Evidentemente, a forte desaceleração da economia e o quadro de recessão que se instalou no país tiveram um papel decisivo na queda da arrecadação e na grave crise fiscal. Igualmente importante é reconhecer que alguns programas e políticas públicas específicas precisavam de ajustes, maior racionalização e metas mais alinhadas com o novo quadro econômico²².

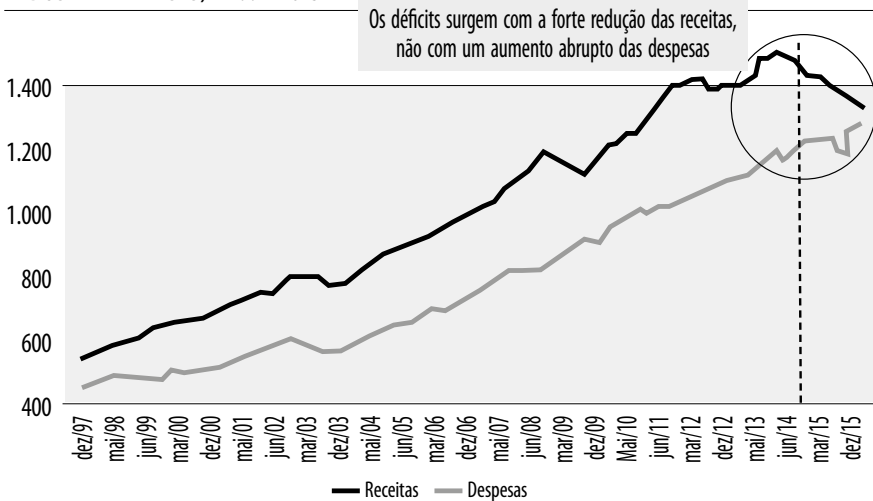
22. Um bom exemplo foi a completa e qualificada reformulação do Fies em 2015. O Fies cresceu aceleradamente após 2010 para atender uma demanda reprimida de acesso à educação superior que se manifestou com toda a intensidade no Enem, com mais de 9 milhões de participantes inscritos. A demanda é muito superior ao ingresso, não pela falta de vagas, mas pela falta de renda para acessar e permanecer. O Fies e o Prouni procuraram atender parte desta demanda reprimida, mas foram requalificados e aprimorados ao longo do processo. As ofertas de vagas para o financiamento do Fies foram mais rigorosas com a qualidade dos cursos, com a prioridade dos cursos e regionalizadas, mas sofreu uma queda importante no volume ofertado, a partir de 2015.

GRÁFICO 7 RESULTADO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)
2002-2015



Fonte: BCB - Elaboração: Marcelo Zero

GRÁFICO 8 CRESCIMENTO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS (R\$ BILHÕES DE MAIO/14, ACUMULADOS EM 12 MESES) - 1997-2015



Elaboração: Plataforma Social - Comentário: Marcelo Zero

LIMITES ESTRUTURAIIS AO NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Antes de concluirmos essa análise do novo padrão de desenvolvimento, precisamos destacar as transformações que estão ocorrendo na economia e no mundo do trabalho, na maioria dos países em desenvolvimento. Essas transformações decorrem essencialmente da globalização e dos novos padrões de competitividade impostos, sobretudo, pela extraordinária capacidade de reduzir custos industriais da economia chinesa; pela financeirização da economia e da riqueza e pelo impacto disruptivo de um novo paradigma científico, tecnológico e de inovações. Tratam-se de aspectos com forte incidência na economia e configuram-se como um gigantesco desafio para os países em desenvolvimento.

A FINANCEIRIZAÇÃO, O AUMENTO DA DESIGUALDADE E AS RESTRIÇÕES À DEMOCRACIA

A financeirização inclui vários aspectos: o crescimento em tamanho e escopo das finanças e das atividades financeiras na economia; o crescimento da especulação alimentada pelo crédito em detrimento do empréstimo produtivo e para a infraestrutura; o valor do

acionista como modelo e objetivo único da governança corporativa; a proliferação do pensamento egoísta e que privilegia o risco tanto no setor privado como no público; crescimento do poder político dos financistas e dos CEOs por eles enriquecidos e a ideologia do status quo segundo a qual “o mercado é quem melhor conhece”, mesmo sendo responsável pela pior crise dos últimos 75 anos.

Há no mundo uma avaliação que vivemos sob um sistema econômico doente e essa doença tem um nome: financeirização. Os sintomas são: crescimento mais lento e mais frágil do que a média até os anos 1980; maior desigualdade de renda e crescente concentração de riqueza; salários estagnados e trabalho precarizado; maior fragilidade de mercado com vulnerabilidade a crises; impossibilidade de milhões de pessoas de acessar o básico da riqueza, como por exemplo, casa e terra, educação de qualidade e aposentadoria digna.

Em todo o mundo, as finanças assumiram um volume desproporcional de poder em termos econômicos e políticos, tornando-se uma espécie de “vento contrário” ao crescimento e não seu catalisador. Na maioria dos países do mundo desenvolvido e em muitos emergentes, como o Brasil, o sistema financeiro não conta com uma regulação adequada, que o obrigue a dar sustentação e apoio aos setores produtivos industriais, agrícolas, de infraestrutura, energia e serviços, gerando empregos, inovando e ajudando as empresas e a sociedade a prosperar.

A lógica que a predominância financeira impõe é a do curto prazo, do lucro imediato, com o objetivo de maximizá-los, distribuindo maiores dividendos aos acionistas e aos executivos dos altos escalões que ganham em ações. Trabalhadores, consumidores, executivos de menor escalão, pequenos e médios empresários, fornecedores, nenhum deles importa. Importa a valorização das ações nas bolsas e, por isso se intensifica a compra e recompra de ações, a aplicação em derivativos, a especulação com o câmbio, toda espécie de

securitização em mercados futuros. Tais processos são responsáveis pelo enriquecimento principalmente dos altos escalões das empresas e de seus maiores acionistas.

A rentabilidade das atividades financeiras é imediata e mais elevada no curto prazo do que aquela relativa à esfera produtiva, cujos lucros levam maior prazo para maturar. A consequência é que as empresas da economia real são também obrigadas a agir como bancos, sob pena de serem punidas pelo mercado. Os efeitos daí advindos sobre a atividade econômica estão visíveis: sufocar a capacidade de inovação das empresas que exige prazos mais elevados, deprimir a criação de empregos, precarizá-los, reduzir custos com dispensas em massa e erodir a posição competitiva dos países no longo prazo. Usam, ainda, uma imensa variedade de esquemas para evitar pagar impostos. Manobras que buscam contornar e evitar o pagamento da parte justa do encargo nacional apesar de se beneficiarem de todas os suportes governamentais – desenvolvimento em P&D, propriedade intelectual, infraestrutura, crédito etc.

As empresas, sem dúvida, consideram que ganham mais simplesmente movimentando o dinheiro. Nos EUA, por exemplo, obtive-se até cinco vezes mais renda decorrente de atividades puramente financeiras – *trading, hedging*, otimização com engenharia financeira para a sonegação de impostos e venda de serviços financeiros – do que obtiveram no passado com atividades produtivas. Todos têm de serem bancos agora.

Poder – tamanho e influência – é a razão da força de seu lobby sobre redução de regulação e de pagamento de impostos. Um dos efeitos mais perniciosos da expansão da financeirização da economia e da riqueza é o crescimento massivo da desigualdade. Os salários do setor financeiro são altos relativamente a todos os demais. Nos EUA, a parte das finanças no 1% do ápice da pirâmide de distribuição de renda dobrou entre 1979 a 2005. A forma dominante de riqueza

dos mais privilegiados são ativos financeiros, como ações, títulos, fundos etc., o que cria um efeito bola de neve quanto ao crescimento da desigualdade, pois os retornos dos ativos financeiros ultrapassam em muito aqueles provenientes da renda ganha da forma tradicional: trabalhando por salários.

Além disso, a financeirização sempre significa ter como objetivo a redução de custos, em especial, do trabalho. Por isso, impõe a terceirização, a desregulação do mercado de trabalho e sua precarização. Se deslocalizar empresas reduz custos, então a estratégia é procurar os mercados mais baratos. Recentemente, vimos a deslocalização de empresas brasileiras para o Paraguai.

No Brasil, a financeirização da economia avançou aceleradamente, a partir de meados dos anos 1990, quando, no Plano Real, o sistema financeiro sofreu uma concentração extrema. Em 1970, os bancos de varejo eram 600 e havia bancos de médio porte importantes, públicos e privados, nas regiões produtoras de todo o país. Estados com maior peso econômico como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, tinham sedes de bancos regionais.

A partir do Plano Real, os bancos regionais foram todos absorvidos pelos dois e depois três bancos privados, com o total apoio do Banco Central. Hoje, apenas dois bancos públicos e três privados controlam 90% do mercado bancário brasileiro e, nenhum outro grande setor da economia nacional tem tal concentração de poder em tão poucas mãos e tampouco essa concentração é tão grande em outros grandes países. Na verdade, muitos países passaram por crises de inadimplência de seus bancos, que foram resgatados, mas nenhum permitiu tamanha oligopolização de seus sistemas financeiros. Os bancos assim concentrados podem destinar o dinheiro para onde acharem melhor, ou seja, para o endividamento e a especulação, ao invés do investimento produtivo que exige muito mais

tempo para produzir lucros. No Brasil, vem sendo sócios do giro da dívida pública.

As distorções e os prejuízos ao País causados por essa extraordinária concentração são incalculáveis. Os economistas de mercado pregam a tese de que “baixando a Selic, os juros para o consumidor vão baixar”. Não baixam, ou baixam muito pouco, porque não há razão para baixar, pois não há concorrência neste sistema bancário altamente concentrado e com liberdade total para ditar as regras para seus clientes. Por que os bancos deveriam baixar os juros, reduzir os *spreads* se os clientes são cativos? (ARAÚJO, A. 2017).

Esse processo de financeirização, nos países emergentes, está também associado à exportação de capitais, promovida pela arbitragem de juros e câmbio. A financeirização da economia contribui decisivamente para uma desindustrialização precoce de muitos países emergentes e, desta forma, para o desemprego, o subemprego e a precarização das relações de trabalho.

No cenário da grande crise financeira e econômica de 2009, foi aberto um importante debate sobre um novo marco regulatório do sistema financeiro internacional. Foram aventadas medidas prudências mais rigorosas que evitassem: a alavancagem irresponsável; o fim dos esconderijos do dinheiro nos paraísos fiscais; regras mais precisas sobre remuneração de acionista e dirigentes de instituições; controle na entrada de capitais para evitar a volatilidade excessiva; novos tributos sobre ganhos financeiros, ou seja, um conjunto de medidas que procurassem evitar as bolhas financeiras e estabelecer um marco regulatório que desse mais estabilidade a economia global. Os presidentes Lula e Dilma procuraram, em todos os fóruns importantes econômicos internacionais, dar prosseguimento a essa agenda que poderia mitigar os impactos da financeirização da economia global. Mas, muito pouca coisa foi feita, a não ser algumas regras prudenciais tímidas definidas pelo Acordo de Basileia.

No Brasil, nas últimas décadas, a rolagem da dívida pública, com taxas básicas de juros muito elevadas, atraiu um volume considerável de capitais voláteis e especulativos, e essa dinâmica também contribuiu para uma valorização recorrente e prolongada do câmbio, penalizando fortemente a indústria.

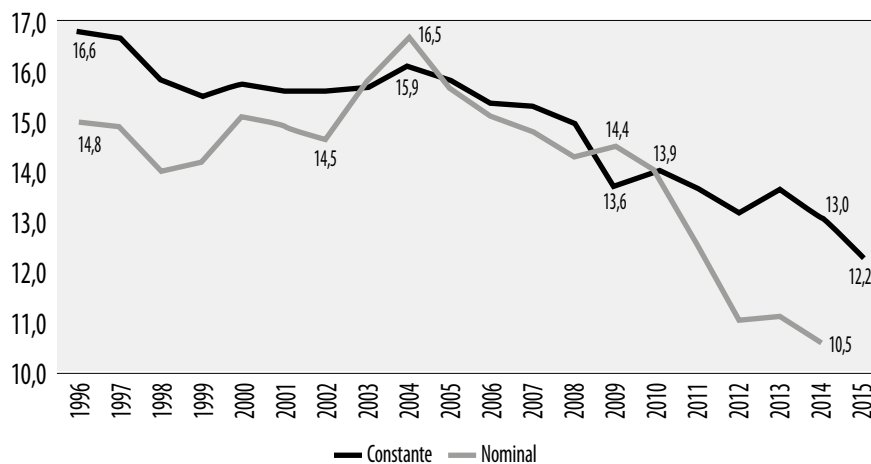
A financeirização da economia brasileira tem estado associada à forte apreciação do câmbio. No governo FHC, a chamada âncora cambial do Plano Real desencadeou o processo de desindustrialização e a deterioração das contas externas, conduzindo o país para a recessão e para os acordos com o FMI.

Posteriormente, nos governos do PT, com a superação da crise cambial, a partir dos grandes superávits comerciais e o acúmulo elevado de reservas cambiais tivemos um novo ciclo de apreciação da taxa de câmbio. Esse processo foi acompanhado pela política monetária do Banco Central, que por longos períodos, tanto no governo FHC, mas também em patamares diferentes nos governos do PT, estimulou a arbitragem com os fluxos internacionais de capitais especulativos e contribuiu para a apreciação cambial, e como já dissemos, para o vazamento de uma parte da demanda agregada, especialmente de produtos manufaturados, prejudicando profundamente a indústria brasileira²³.

Os governos na maioria dos países em desenvolvimento podem pouco, tentaram pouco e fizeram pouco frente à financeirização, à abertura financeira desregulamentada e ao ciclo de apreciação do câmbio. Os governos do PT, também não conseguiram criar mecanismos de mitigação desse processo de financeirização da economia, que está comprometendo o esforço de industrialização, o qual foi uma grande prioridade do crédito público e de outros instrumentos

23. No período, entre 2004 e 2010, com a breve interrupção pelo impacto da crise de 2009, o índice da taxa de câmbio real (em US\$) passa de 86,4 em 2004, para 50,3 em 2010. No período de 2003 a 2014, ingressaram no país US\$ 575 bilhões, predominantemente para a aquisição de ativos já existentes, o que foi mais um fator para a apreciação da taxa de câmbio.

GRÁFICO 9 BRASIL. GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO (VAM/PIB) A VALORES CORRENTES E CONSTANTES DE 2010 (EM%) - 1996-2015



Fonte: Unido. Elaboração NEIT-IE- UNICAMP

do governo, como compras governamentais, conteúdo local, incentivos fiscais, entre outros.

O oligopólio bancário e o processo de financeirização da economia constituem um potente mecanismo que suga e concentra a riqueza em nosso País, aumenta em muito a desigualdade e ameaça a própria democracia.

Tal modelo – financeirização, desigualdade crescente e impossibilidade de inclusão e ascensão social – não tem como conviver com a plenitude do Estado democrático de direito.

A intolerância e o ressentimento frente à falta de sintonia entre as expectativas do povo e as entregas do governo minam a legitimidade da democracia. Para a população, primeiro vem a perda de poder, pelo desrespeito às conquistas históricas e o retrocesso, depois a cassação de direitos, por meio de reformas que promovem a exclusão e tornam a ascensão social uma quimera. Quando as teses econômicas dominantes impedem a priorização de investimentos e ganhos sociais, os governos deixam de responder às necessidades dos

eleitores. O governo e a política tornam-se irrelevantes para a vida das pessoas. Daí o risco da antipolítica virulenta, do surgimento dos salvadores da pátria, da substituição dos argumentos por intolerância, dos *slogans* que exploram o preconceito e a exacerbação do sensacionalismo e do espetáculo.

O neoliberalismo, tal como se expande no mundo, leva à financeirização e à desigualdade, além de fragilizar e comprometer a democracia.

Há uma rica bibliografia sobre a financeirização da riqueza e da economia: *Markers and takers: The rise of finance and the fall of american business*, de Rana Foroohar; *Managed by the markers*, de Gerald F. Davies; *Capitalizing on crisis*, de Greta R. Krippner, *Mercados soberanos: Globalização, poder e nação*, de André Araujo e *The economics of inequality*, de Thomas Piketty, que permitem um aprofundamento deste tema tão estratégico.

O MERCADO DE TRABALHO E O NOVO PARADIGMA TECNOLÓGICO

O segundo grande impacto no mercado de trabalho está diretamente associado ao novo paradigma tecnológico, que atinge de forma disruptiva todo o processo industrial e produtivo. A tecnologia da inteligência artificial, a internet das coisas, o *big data*, a robótica, entre outras inovações estão acelerando brutalmente o ritmo da produção, mudando as relações sociais e impulsionando a chamada quarta revolução industrial.

É evidente que o fator determinante da evolução do mercado de trabalho são os ciclos econômicos, e o do desemprego são as recessões, mas o processo mais profundo e estrutural que está ocorrendo no mundo do trabalho é o impacto das novas tecnologias de robotização e a digitalização da produção. Paralelamente, há um mercado de tra-

balho em processo de globalização, no qual a concorrência entre as nações desconsidera as histórias coletivas, promove um rebaixamento dos contratos de trabalho e uma competição para atrair empresas e investimentos reduzindo o custo do trabalho (NUNES, A., 2012).

Há uma tendência estrutural e globalizada de precarização do trabalho. A inteligência artificial avança sobre a inteligência e a memória humana, que são substituídas por dispositivos eletrônicos cada vez mais potentes e versáteis. O novo patamar da inteligência artificial trabalha com algoritmos que são capazes de analisar e interpretar um volume gigantesco de dados, ou coordenar um conjunto imenso de tarefas e com uma velocidade cada vez mais rápida (ABRAMOVAY, R. 2017).

Essa mudança histórica de padrão tecnológico tende a impor um dualismo estrutural ao mundo do trabalho. De um lado, uma minoria de profissionais altamente qualificados e detentores de habilidades e competências apropriados à nova economia do conhecimento que concentram renda, riqueza e poder. E, quase sempre, trabalhando em grandes corporações multinacionais que dominam as fronteiras e a capacidade de difusão das novas tecnologias. De outro lado, há uma maioria crescente de trabalhadores que perdem relevância na produção e tendem a serem descartados ou subutilizados em relações de trabalho predominantemente precarizadas.

A financeirização da riqueza social e os benefícios gerados pelo novo padrão tecnológico e de inovação não são bem distribuídos e concentram cada vez mais a renda a riqueza e o poder.

Em síntese, no Brasil e na maioria dos países em desenvolvimento, os novos padrões de competitividade da economia mundial, associada à financeirização da riqueza social e aos impactos globais e disruptivos do novo paradigma científico e tecnológico, impulsionam uma desindustrialização precoce, impactam o sistema de crédito e o mundo do trabalho, promovendo a crescente precarização das relações trabalhistas e limitando o espaço e eficácia das políticas públicas.

Essas são dimensões estruturais que estão presentes no processo de desenvolvimento e limitam ou comprometem a própria industrialização dos países em desenvolvimento.

Mesmo assim, foram dados alguns passos relevantes para a superação de nosso *gap* tecnológico e para nossa maior competitividade no cenário internacional. Nesse período, tivemos a definição de uma Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, um expressivo aumento dos investimentos e gasto público na área e um importante aprimoramento do novo marco legal que, dentre outros avanços, permitiu a implantação da Lei de Inovação, Lei do Bem, Lei de Informática, Lei do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei da Biodiversidade e como instrumento de política, a Lei de compras governamentais; o aumento da institucionalidade e governança por meio das parcerias formais com as FAPs, CONSECTI e CONFAP; o aumento real da infraestrutura laboratorial; criação em rede nacional e internacional de 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) em áreas consideradas críticas para o Brasil; e a implantação de programas estratégicos.

Alguns projetos estruturantes, como o Ciência sem Fronteiras, foram implantados nos governos do PT. Podemos destacar a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), que aprimorou as previsões do clima e sua integração com a rede de proteção da defesa civil, com uma redução significativa de vítima de desastres naturais; o Reator Multipropósito (RMB), fundamental para atender a demanda por radioisótopos para aplicação médica; o Projeto de Luz Síncrotron SIRIUS, que permite desvendar a estrutura dos materiais com impacto direto na indústria, agricultura, saúde e serviços; o Laboratório de Integração e Testes (LIT/INPE), infraestrutura completa para montagem e qualificação de satélites também utilizada para ensaios nos setores automotivo e

eletroeletrônico; a aquisição do supercomputador mais rápido da América Latina, Santos Dumont, instalado no Instituto de Pesquisa Científica Federal (LNCC), uma parceria com o governo francês por meio da ATOS/BULL; a aquisição em parceria com a Petrobras e Vale, MCTI e Marinha do Brasil de um Navio de Pesquisa Oceanográfico de última geração. Deve-se enfatizar, ainda, a construção do satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, voltado para a inclusão digital por banda larga em áreas remotas, como a Amazônia, e aplicação em comunicações militares (ELIAS, L.E., 2017). Contudo, com o golpe o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) perdeu sua autonomia e personalidade e foi incorporado ao Ministério de Comunicações. Os cortes orçamentários nestes últimos dois anos foram muito severos e há uma perspectiva de redução ainda maior para 2018. Esse estrangulamento orçamentário está gerando uma forte preocupação em toda a comunidade científica brasileira. Uma carta pública de 23 ganhadores do prêmio Nobel, endereçada ao presidente Michel Temer, foi divulgada recentemente, reforçando esse sentimento e manifestando grandes preocupações com o futuro da ciência no Brasil, mas de nada adiantou²⁴.

Esses retrocessos são particularmente graves, porque desarticulam os avanços feitos em prol da superação de imensos desafios estratégicos.

Finalmente, esse novo paradigma tecnológico também está presente no peso crescente e decisivo que a internet e as redes sociais passam a ter na democracia. Nas campanhas eleitorais, as redes sociais são cada vez mais importantes, as mensagens direcionadas estão sendo enviadas para os grupos de interesses, que fragmentam a sociedade. E

24. A lei orçamentária de 2017 previu R\$ 5 bilhões para o setor, o que representou uma brutal redução de investimentos, se comparados aos R\$ 8,4 bilhões de 2015. Em março, o já exíguo orçamento de R\$ 5 bilhões sofreu um corte de 44%, com uma pequena revisão, mas atingindo o pífio montante no final de ano de R\$ 3,2 bilhões. No orçamento 2018, estão previstos cortes adicionais de 40%, o que representará o desmonte completo do setor (Molina, D. 2017).

uma dimensão que não pode ser desconsiderada são as intervenções de poderosos interesses que atuaram para desestabilizar os governos em alguns países, como a Turquia em 2013, e recentemente a Venezuela e o Irã.

No Brasil, em 2013, na campanha presidencial e depois da posse da presidenta Dilma, em 2015, tivemos a atuação orgânica de agentes políticos poderosos nas redes sociais. Esse é um tema novo, que não explica isoladamente as grandes mobilizações, mas precisa ser pesquisado e aprofundado. Alguns países com maior capacidade de atuação neste campo e importantes pesquisadores vêm fazendo advertências políticas que precisam ser consideradas para o futuro da democracia e da estabilidade política nos países em desenvolvimento.

Obras como *Who controls the internet?*, de Tim Wu e Jack Goldsmith, *The net delusion*, de Evgeny Morosov e, sobretudo, *The digital disconnect: How capitalism is turning the internet against democracy*, de Robert McChesney, compõem uma visão realista e sombria da internet e de suas redes.

Essa última obra, em particular, demonstra como o mundo da internet é, principalmente, dominado pelos interesses de grandes companhias, que efetivamente moldam a rede mundial de computadores. Com efeito, essas grandes companhias, com suas tecnologias proprietárias e seu imenso poder de produzir e de controlar informações transformam a internet numa grande plataforma de afirmação crescente de seus interesses próprios e particulares, em detrimento, muitas vezes, do interesse público. Para quem ainda tinha dúvidas desse domínio, a experiência malsucedida do Napster demonstrou cabalmente que quaisquer tentativas de se sobrepor aos interesses comerciais dominantes na rede serão devidamente contidas.

Mas, não se trata somente de interesses comerciais e econômicos. Há também os interesses políticos. As chocantes e recentes denúncias de Edward Snowden revelaram ao mundo que as gran-

des companhias que controlam o fluxo de informações da internet, como Google, Microsoft, Apple, Facebook, Yahoo etc. contribuem ativamente, por meio do sistema de espionagem PRISM, controlado pela NSA norte-americana, para transformar a internet numa gigantesca plataforma de controle político.

Nenhum cidadão do mundo que esteja conectado à rede está livre desse sistema ubíquo e bastante invasivo de espionagem, que devassa e-mails, ligações telefônicas, mensagens de texto, arquivos e postagens nas redes sociais. Tudo isso, diga-se de passagem, é feito ao abrigo das leis norte-americanas e, como o grosso do fluxo de informações da internet passa por servidores que estão nos EUA, torna-se praticamente impossível contestar juridicamente essas atividades.

As denúncias de Snowden também revelaram a possibilidade, e talvez até a alta probabilidade, de que os fluxos internacionais de informações da rede mundial possam não apenas ser devassados, mas também, eventualmente, manipulados. De fato, há viabilidade técnica para tais procedimentos. Ele também mencionou que o governo do Brasil, a presidenta Dilma Rousseff e a Petrobras estavam sendo espionadas, o que levou a presidenta a cancelar o convite para uma visita de Estado aos EUA feita pelo ex-presidente Barack Obama. Em razão de todas essas denúncias, crescem no Brasil e no mundo as pressões para que a internet, um patrimônio utilizado por toda a humanidade, possa ser submetido a um controle multilateral e democrático, e não mais ao controle das grandes companhias de *software* e de um único governo. A presidenta Dilma, em discurso histórico na ONU, colocou esse importante tema na agenda internacional.

Ressalte-se que a recente decisão dos EUA de acabar com a neutralidade da internet, com certeza intensificará o uso da rede mundial como instrumento de interesses privados e como plataforma de controle político.

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E REFORMAS ESTRUTURAIS

O regime presidencialista no Brasil confere imensos poderes ao parlamento. A ausência de uma reforma política, partidária e eleitoral em profundidade estabeleceu um contexto de fragmentação partidária, uma ausência de fidelidade dos parlamentares aos partidos e um fisiologismo crescente, na relação entre a base de apoio no Congresso e o executivo.

Os governos do PT sempre tiveram muitas dificuldades e uma posição minoritária no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. A base de apoio programática sempre foi muito pequena. As políticas e os projetos do governo exigiram um grande esforço de negociação parlamentar, articulação política e concessões para serem aprovadas. Às vezes, demandaram grandes concessões, mas as principais iniciativas acabaram sendo aprovadas.

No entanto, reformas fundamentais para um novo padrão de desenvolvimento não aconteceram, sendo a primeira a própria reforma política. Todas as tentativas fracassaram, especialmente na Câmara dos Deputados, onde os deputados preferem manter as regras eleitorais que os elegeram. Essa é uma reforma indispensável para impulsionar um programa de mudanças estruturais no país.

Outra reforma essencial, que também nunca prosperou, foi a reforma fiscal e tributária. A forte presença empresarial no financiamento das campanhas eleitorais, os interesses ocultos das empresas, que foram beneficiadas pela guerra fiscal nos estados e os conflitos federativos impediram o avanço das propostas de reforma fiscal e tributária.

A geração de uma estrutura tributária não cumulativa, menos burocrática e simplificada, que assegure progressividade sobre a renda e tributação sobre a riqueza, sempre sofreu muitas dificuldades

políticas para avançar. Impostos sobre grandes fortunas e grandes heranças, maior progressividade no imposto de renda, tributação sobre ganhos de capital, para mencionar algumas iniciativas fundamentais a um melhor padrão de distribuição de renda, nunca prosperaram.

É importante destacar a necessidade de desoneração dos investimentos e a redução de cumulatividade nas cadeias industriais para não prejudicar as exportações e os investimentos. Porém, como já dissemos, tais iniciativas tem que ser dosadas e criteriosas. Os governos do PT sempre tiveram pouca base parlamentar para avançar na reforma tributária que assegurasse maior justiça tributária, para não falar na derrota da CPMF, apenas para mencionar os casos mais emblemáticos que comprometeram estruturalmente a receita fiscal, sem qualquer alteração na sua profunda regressividade, que penaliza os assalariados e a população de baixa renda.

Finalmente, deve-se mencionar a reforma da democratização dos meios de comunicação, que enfrenta uma poderosa resistência dos grandes meios, apoiada pela bancada de parlamentares, cujas famílias detêm concessões importantes em seus respectivos estados. É outra reforma que nunca entrou sequer na pauta.

Com efeito, a democracia brasileira não pode mais conviver com uma mídia altamente concentrada e oligopolizada, que sistematicamente distorce e sonega informações ao povo do Brasil, de acordo com sua agenda partidarizada de interesses específicos. Essa mídia, em contraste com seu papel positivo na redemocratização do país, teve função central na disseminação do ódio político e na conformação do golpe de 2016. Esse processo reforça a necessidade imprescindível de democratizar a informação no Brasil, respeitando a mais ampla liberdade de imprensa e expressão. Não se trata de submeter a informação a um controle do Estado, mas, ao contrário, de subtrair a produção e a disseminação de informação de um controle antidemocrático exercido por um poder particular e de poucos.

Nas eleições de 2014, a candidata de esquerda, a primeira mulher eleita presidenta da República na história do Brasil, Dilma Rousseff, foi reeleita por uma pequena diferença numa eleição extremamente polarizada e radicalizada. Em números absolutos, Dilma Rousseff (PT) somou 54,5 milhões de votos (51,64% dos válidos) e Aécio Neves (PSDB), 51,04 milhões (48,36%). De outro lado, as eleições parlamentares tiveram como resultado uma expressiva vitória das forças conservadoras, com a conformação de frentes como as bancadas ruralista, da bala, da bola, evangélica conservadora, entre outras. Essa contradição profunda no resultado eleitoral contribuiu decisivamente para o desfecho que resultou na crise de governabilidade e no *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Portanto, neste breve balanço, é indispensável destacar que, para o campo progressista e popular, as eleições para os cargos executivos devem estar cada vez mais articuladas com as eleições parlamentares. As eleições de deputados e senadores são essenciais para a retomada, em condições históricas extremamente difíceis, de um novo ciclo do novo desenvolvimentismo. As reformas estruturais e a governabilidade não vão avançar sem uma base parlamentar mais sólida e comprometida programaticamente e ideologicamente com um novo governo de esquerda no país.

UM BRASIL MAIS DESIGUAL, EXCLUDENTE E DE POUCOS

A POLÍTICA SABOTANDO A ECONOMIA:
A NATUREZA DA CRISE E O GOLPE

GOLPISMO E O IMPACTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

A oposição ao governo Dilma não reconheceu a vitória nas eleições presidenciais de 2014, extremamente polarizada e disputada. Apesar da vitória legítima e democrática, a oposição passou a atuar de todas as formas por uma política de “quanto pior, melhor”, com forte apoio de importantes veículos de comunicação. O próprio candidato derrotado prometeu, em discurso no parlamento, “impedir a presidenta de governar”.

Assim, logo após as eleições, antes mesmo da posse, em meio à discussão sobre a deterioração do cenário fiscal e diante da necessidade de alteração da meta fiscal, a oposição ao governo Dilma começa a falar em “*impeachment*” e em crime de responsabilidade relativo a questões fiscais. Paralelamente, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é solicitada uma auditoria das urnas eleitorais, acompanhada de uma anunciada, inédita e completa devassa das contas de campanha eleitoral para tentar impedir a diplomação da presidenta reeleita.

Essas ações iniciam um longo período, no qual a política sabotará a economia, promovendo uma forte instabilidade, potenciali-

zada com a eleição de Eduardo Cunha (PMDB) para presidir a Câmara dos Deputados, em um parlamento muito mais conservador, politicamente oposicionista e fortemente fisiológico, que emerge das eleições de 2014. Na Câmara dos Deputados, foram aprovadas as famosas “pautas bomba” e rejeitadas medidas importantes de ajuste, que poderiam ter aliviado a crise fiscal que se iniciava.

Saliente-se que programas econômicos, especialmente nas crises econômicas e fiscais, necessitam de alguma estabilidade política para produzirem resultados. Nenhum programa econômico, mesmo que seja consistente, pode funcionar num ambiente, no qual a política sistematicamente sabota a economia, como o que a presidenta Dilma viveu desde o início de seu segundo mandato.

Esse novo cenário político de crise do presidencialismo de coalizão e baixa governabilidade foi resultado de uma eleição presidencial muito disputada e polarizada, na qual o campo progressista vence por uma pequena diferença as eleições presidenciais, mas sofre uma forte derrota nas eleições parlamentares. E também é resultado da evidente e antidemocrática irresponsabilidade de setores da oposição, que, como ressaltado, apostaram claramente no “quanto pior, melhor” e na desestabilização do governo legitimamente eleito.

Paralelamente, avançava a Operação Lava Jato, que inicia um forte e importante processo de combate à corrupção e ao financiamento ilegal das campanhas eleitorais por caixa 2, agravando o quadro de instabilidade política. Sobretudo na fase inicial, marcada por uma incontestável partidarização de seus objetivos, o governo e o PT eram os grandes e quase exclusivos alvos político das investigações. Mais tarde, partidos políticos e importantes lideranças da oposição também foram atingidos pelas denúncias e investigações, mas até o momento sem o mesmo rigor e sem as arbitrariedades que estiveram presentes nas investigações direcionadas ao PT. As denúncias e investigações atingiram em cheio grandes empresas e setores econômicos importantíssimos, como o da construção civil pesada e o do petróleo e gás.

Lamentavelmente, a Lava Jato não desenvolveu mecanismos de proteção das empresas investigadas, como ocorre em outros países que utilizam o instrumento das delações premiadas. As experiências internacionais mais consolidadas punem os gestores e proprietários, mas protegem as empresas como instituições de interesse social, mantendo, dessa forma, os empregos dos seus trabalhadores.

Em contraste, as investigações no Brasil fragilizaram grandes empresas nacionais, indiretamente impactaram o sistema financeiro e atingiram diretamente a economia, segundo diversas consultorias de análise econômica. O PIB teve queda de 3,8% em 2015, a maior desde o início da série histórica, iniciada em 1996. Do total da queda no PIB, de 2 a 2,5 pontos percentuais resultaram do impacto da Lava Jato e da crise da Petrobras e do setor de petróleo e gás²⁵.

Houve encolhimento em praticamente todos os setores, com destaque para Formação Bruta de Capital Fixo (investimento em bens de capital) com recuo de 14,1%, construção civil com -7,6% e a indústria de transformação -9,7%.

OS FATORES ECONÔMICOS DA CRISE E A INFLEXÃO NA POLÍTICA ECONÔMICA EM 2015

■ *As medidas anticíclicas*

Por vários anos, o governo brasileiro buscou evitar que os efeitos da crise financeira que eclodiu nos EUA, em 2008, derrubassem o emprego e a produção, atingindo nossa economia e nossa população.

Um conjunto de medidas anticíclicas impediram a eclosão da crise nesse período: a redução de 32% para 4,3% dos tributos incidentes sobre o investimento em bens de capital; a maior oferta de crédito, a taxas subsidiadas, permitindo melhores condições ao investimen-

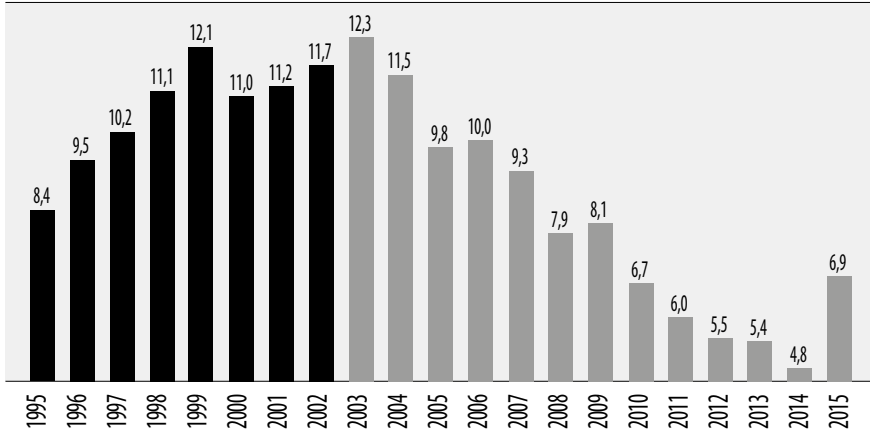
25. Segundo cálculo da 4E Consultoria e Consultoria Tendências, entre outras.

to, com destaque para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI); as desonerações tributárias para vários setores da economia; a política de margem de preferência, de até 25%, nas compras governamentais e a política de conteúdo nacional, ampliando a demanda por bens e serviços; a segunda etapa do PAC e o MCMV, viabilizando investimentos em infraestrutura; o Pronatec, ao garantir cursos técnicos para jovens e trabalhadores qualificando a oferta de mão de obra; o MCMV ampliando a demanda no setor da construção civil; os programas sociais garantindo demanda pois, por exemplo, no Bolsa Família cada real investido gerava um retorno de R\$ 1,78 para a economia, segundo o IPEA; a superação da miséria e a elevação social de 42 milhões de brasileiros, aumentando o poder aquisitivo e o consumo da população brasileira.

Essa estratégia de combate aos efeitos da crise foi bem-sucedida, até 2014. Afinal, enquanto o desemprego explodia na Europa e os níveis de desigualdade cresciam nos Estados Unidos, o emprego formal manteve-se em expansão no Brasil, e as desigualdades em declínio. Aumentava a participação dos salários no PIB e reduzia-se drasticamente o percentual da população em situação de miséria e pobreza. Em 2014, a taxa de desemprego atingiu-se 4,8% e, ainda em 2015, estava em 6,9%.

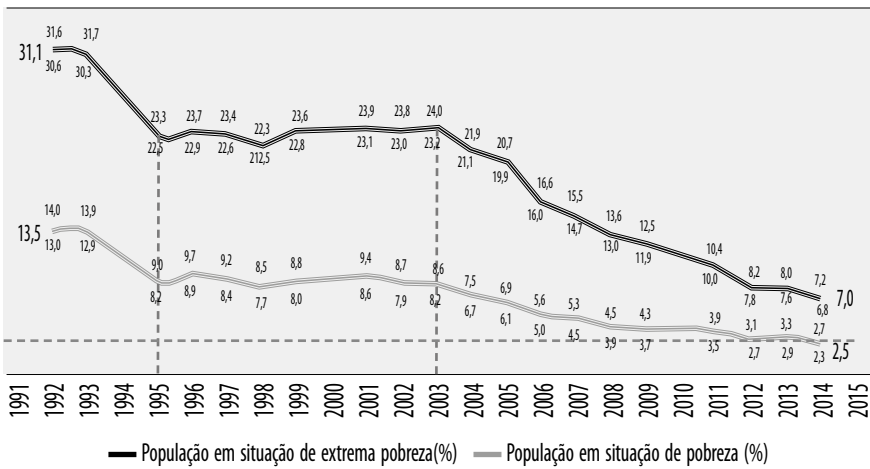
No entanto, a própria desaceleração econômica no auge da crise de 2009, a posterior, lenta e frágil recuperação das economias desenvolvidas produziu impactos negativos sobre o ritmo de crescimento da economia brasileira. O país sofria os efeitos da queda do comércio internacional, da restrição do crédito derivada da quebra do sub-prime e dos mercados de derivativos e da violenta recessão no mercado internacional. Quando a partir da segunda metade de 2014, a crise chega aos países emergentes, as contas públicas são fortemente impactadas, exigindo a revisão da situação fiscal.

GRÁFICO 10 TAXA DE DESEMPREGO REGIÕES METROPOLITANAS 1995-2015



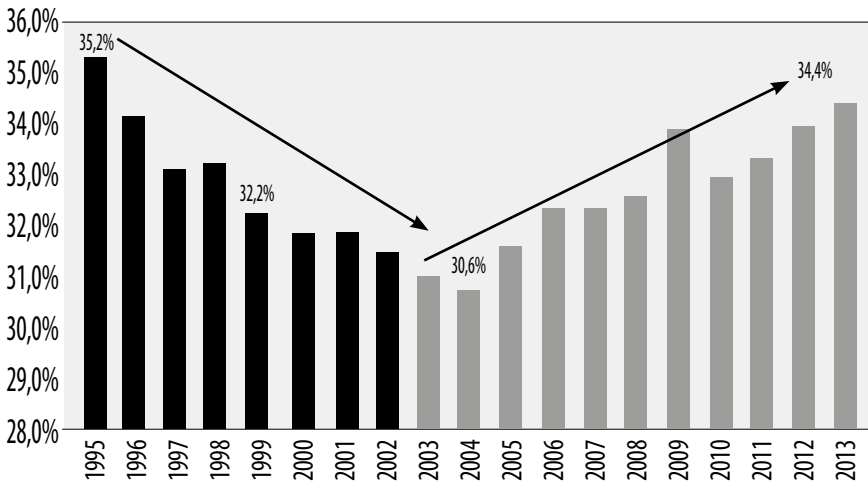
Fonte: PME/IBGE - Elaboração do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI

GRÁFICO 11 REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL APÓS 2003 1991-2015



Fonte: IBGE/PNAD - Elaboração SAGI/MDS

GRÁFICO 12 PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB
1991-2013



Fonte: IBGE, a partir de 2000, ref. 2010 – série das Contas Nacionais Anuais termina em 2013

● *Fim do superciclo das commodities, crise da China, o tapering e a seca*

Fatores internos e externos contribuíram para a desaceleração econômica e devem ser analisados para uma melhor compreensão de como e porque se chegou à recessão no Brasil.

A crise política, agravada pelo viés da Lava Jato, somada a uma confluência de alguns outros fatores levou à forte desaceleração da economia brasileira. Em especial, cabe destacar quatro.

O primeiro foi a *queda brutal dos preços das commodities* desde meados de 2014, sobretudo do petróleo e do minério de ferro, que reduziu o lucro das empresas e a arrecadação do governo, contribuindo ainda para a depreciação da nossa moeda. Importante ressaltar que, entre meados de 2014 e primeiro trimestre de 2015, os preços internacionais do petróleo sofreram uma queda de 50%, acompanhado por outras *commodities*.

Em janeiro de 2016, os preços dessas *commodities* correspondiam a quase a metade dos de 2009, sendo ainda quatro a cinco vezes menores do que os valores alcançados de 2011 a 2013.

Um segundo fator foi a *mudança na política monetária dos Estados Unidos*. O anúncio da saída do *quantitative easing* pelo FED, ou seja, uma mudança de padrão de política monetária, acentuou a instabilidade financeira e a desvalorização cambial e mudou as perspectivas de crescimento da economia mundial. O fato dos Estados Unidos anunciarem uma tendência de elevação das taxas de juros, após anos de taxas baixas, associado à forte queda de preço nas *commodities*, contribuiu para a forte desvalorização cambial, com efeitos inflacionários, e para a desaceleração econômica no curto prazo.

O terceiro fator foi a desaceleração da *economia chinesa*, o grande motor do crescimento econômico mundial nas últimas décadas, que passa por um momento de esgotamento do seu padrão de crescimento, sendo que ainda não conseguiu estabelecer uma nova dinâmica mais intensa. O cenário de taxas superiores a 10% ficou para trás, tornando cada vez mais clara a impossibilidade de serem retomadas, em curto prazo, as taxas superiores a 7%.

Um quarto fator é o fato de termos tido *a maior estiagem dos últimos 80 anos*. A redução do regime de chuvas no Sudeste e no Nordeste impactou fortemente o custo de geração de energia elétrica, devido à necessidade de manter ligadas praticamente todas as termelétricas brasileiras.

Diante da forte desaceleração da economia e da crise fiscal, o governo não pode mais absorver, a partir de 2015, a maior parte do custo de geração de energia elétrica, como vinha fazendo. Isso, naturalmente, resultou em fortes reajustes das tarifas de energia e em uma deterioração no balanço da Eletrobrás. A exemplo da desvalorização da taxa de câmbio, esse reajuste gerou um efeito restritivo e inflacionário no curto prazo, impactando todos setores econômicos e as famílias.

Muitas falácias foram difundidas pela mídia golpista. Como explicação para a crise e razão do *impeachment* destacam-se a afirmação que o Brasil estava “quebrado” e que foi o descontrole de gastos praticado pelo governo petista o que levou à grave crise fiscal e desencadeou a recessão econômica.

● *O Brasil e o Brexit*

A distorção dos fatos, acima referida, feita por parte da mídia teve um papel crucial na criação do ambiente propício para a instabilidade. Então a pergunta que cabe responder é: o Brasil estava mesmo quebrado?

A resposta é um rotundo não. **Um país somente está quebrado quando não consegue pagar suas dívidas com credores de outros países**, que é o que ocorreu recentemente em alguns casos na Europa, na crise do euro, por exemplo, com a Grécia. Quando isso acontece, os credores se organizam para garantir que os devedores paguem. No Brasil, no passado, durante os governos militares, tivemos a organização do Clube de Paris e a presença do FMI, impondo suas regras. Nos anos finais do governo FHC, como o Brasil não tinha reservas em dólares suficientes para pagar os credores, e, aí sim estava quebrado, missões do FMI impuseram ao governo sua política de austeridade recessiva, voltada exclusivamente para garantir o pagamento dos juros e do principal da dívida, sem considerar as consequências que os cortes exigidos teriam sobre as necessidades da população.

Esse padrão de subserviência ao FMI foi radicalmente interrompido e abandonado. O governo do presidente Lula pagou a dívida com o FMI e, durante os governos petistas, jamais uma missão do órgão colocou os pés no país para determinar a política econômica do governo. Hoje, o Brasil possui reservas internacionais elevadas – cerca de US\$ 370 bilhões acumulados nos governos petistas – e não há ne-

nhuma possibilidade que o país possa enfrentar qualquer dificuldade para quitar suas dívidas.

Aliás, em 24 de junho de 2016, dois meses e sete dias após o afastamento da presidenta Dilma, os britânicos decidiram, a partir do resultado obtido em um referendo, deixar a União Europeia (UE). Imediatamente, no Brasil, o governo interino golpista fez uma análise da repercussão dessa decisão para a economia brasileira e emitiu uma nota na qual reconhecia que “*a situação do Brasil é de solidez e segurança porque os fundamentos são robustos*”. Os principais argumentos utilizados para sustentar este ponto de vista foram:

- a) o país tinha expressivo volume de reservas internacionais e o ingresso de investimento direto estrangeiro tem sido suficiente para financiar as transações correntes;
- b) as condições de financiamento da dívida pública brasileira permaneciam sólidas naquele momento de volatilidade nos mercados financeiros em função de eventos externos;
- c) o Tesouro Nacional contava com amplo colchão de liquidez.
- d) a dívida pública federal era composta majoritariamente de títulos denominados em reais.

A conclusão, portanto, era clara e expressiva, não deixando quaisquer dúvidas sobre as condições estruturais do país: “o Brasil está preparado para atravessar com segurança períodos de instabilidade externa”. O que fica claro a partir dessa nota é que o próprio governo golpista foi obrigado a reconhecer as linhas de defesa macroeconômica construída pelos governos petistas.

● *A crise fiscal de 2015 e 2016: queda de arrecadação ou excesso de gasto?*

A gestão fiscal dos governos do PT, como assinalado, foi pautada por grande senso de responsabilidade fiscal. Naturalmente, essa

política foi sendo definida e ajustada a partir das mudanças que se verificavam nos cenários macroeconômico e suas repercussões fiscais.

O governo brasileiro, ainda na gestão do presidente Lula, adotou uma política de combate à crise que eclodira em 2008 que viabilizou uma rápida recuperação da economia em 2010, e uma redução da taxa de desemprego nos anos subsequentes.

Em 2011, após a rápida recuperação doméstica dos efeitos da crise internacional, foi necessário reverter a política expansionista dos anos anteriores. O superávit primário foi ampliado, seguindo a boa gestão fiscal anticíclica que recomenda o seu aumento sempre que se verifica a recuperação da economia.

Todavia, a partir de 2012, a recuperação internacional permanecia frágil e volátil. A crise do euro tornara-se crítica, combinando-se com a lenta e frágil recuperação dos EUA, o que repercutiu nos demais países, produzindo uma redução no ritmo de crescimento econômico. Tal processo se prolongou pelos anos seguintes, tendo impactado os países emergentes de forma mais intensa, a partir da segunda metade de 2014, por meio do fim do superciclo das *commodities*, pela desaceleração da China e o fim da expansão monetária americana.

Impunha-se, em decorrência, que medidas tomadas anteriormente, em outro contexto, fossem revertidas. Medidas para estabilizar a economia que se concentraram, em especial, nas desonerações e nos subsídios ao crédito para sustentação do investimento. Mesmo considerando que, graças a maioria delas, a economia brasileira bateu recordes sucessivos de baixas taxas de desemprego é preciso reconhecer que algumas ampliações patrocinadas pela Câmara dos Deputados tiveram efeitos na arrecadação tributária.

Além disso, ao final de 2014, as medidas de estímulo não eram mais suficientes para manter o ritmo de atividade, frente à instabilidade política que se acentua, em 2015. O governo tomou, assim, um

conjunto de medidas para reduzir gastos, manter investimentos e programas sociais e, sobretudo, recuperar a receita do governo federal. O governo focou na dimensão fiscal com: a redução dos gastos com subsídios creditícios; a diminuição de desonerações tributárias ao setor privado; e propostas de aumento de receitas tributárias, entre outras medidas.

Importa destacar que, ao contrário do que diziam os golpistas, a crise fiscal não decorria do excesso de gastos, mas de uma brutal queda das receitas. O Brasil, em 2015 e abril de 2016, passava por um problema fiscal produzido pela forte desaceleração econômica e não vice-versa. Argumentavam os golpistas, que a piora nos indicadores fiscais derivava de um aumento descontrolado da despesa pública e que o resultado fiscal daí decorrente levou à queda do nível de atividade econômica, quando na realidade, ocorreu o oposto. Foi a piora no crescimento da economia que levou a uma piora no resultado fiscal e tal piora não decorre de um aumento descontrolado da despesa. Vejamos:

Em primeiro lugar, os dados fiscais são claros ao demonstrar que *a queda do resultado primário nos anos recentes foi muito mais por conta da queda da arrecadação* do que por aumento da despesa. Já, o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer agravou a crise fiscal, subestimou as razões da crise econômica e da crise política por eles criada.

Como pode ser visto na tabela a seguir, nos governos Lula e FHC houve forte aumento da arrecadação líquida, aumento de 3,8 pontos percentuais do PIB, no governo FHC e 2,0 p.p. no governo Lula. No governo Dilma, houve uma queda de 2,4 p.p.

Portanto, mesmo com crescimento muito menor da despesa no governo Dilma, do que nos dois governos anteriores, principalmente, se retirarmos o efeito do pagamento dos passivos impostos pelo TCU, em 2015 (R\$ 55 bilhões, quase 1% do PIB), observa-se que o resultado primário menor foi por conta da queda da arrecadação.

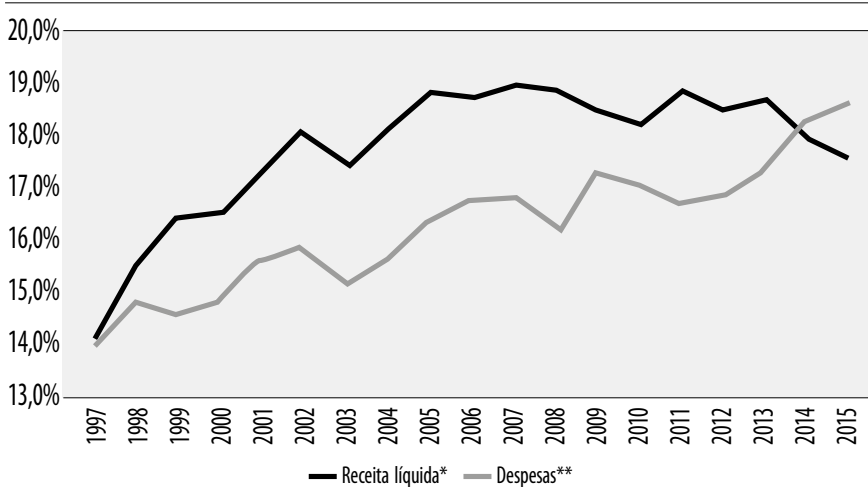
TABELA 1 RESULTADO PRIMÁRIO E DESPESAS E RECEITA (% DO PIB)

	Resultado primário	Despesa	Despesa sem passivos	Receita líquida
1997	-0,2%	14,0%	14,0%	14,2%
2002	3,2%	15,9%	15,9%	18,0%
2010	2,6%	18,1%	18,1%	20,0%
2015	-2,0%	19,5%	18,6%	17,6%
Abr/16	-2,5%	20,1%	19,2%	17,8%

Fonte: STN

No gráfico abaixo, pode ser visto que, de 2005 a 2013, a receita federal líquida (ou seja, já descontadas as transferências) ficou praticamente estável, em 19% do PIB. Por outro lado, as despesas primárias federais ficaram também praticamente estáveis, em torno de 17% do PIB, entre 2006 e 2013. Só a partir de 2014 é que se observou uma mudança mais forte na tendência de ambas as séries. Na série abaixo, descontando os passivos de 2015 e as operações com a Petrobras em 2010, a despesa aumentou para algo próximo a 19% e a receita líquida caiu para algo próximo a 17,5%.

GRÁFICO 13 RECEITA LÍQUIDA E DESPESA PRIMÁRIA (% DO PIB) 1997-2015



Fonte: STN. * Retira o efeito da Cessão Onerosa em 2010, ** Retira o efeito da capitalização da Petrobrás em 2010 e do pagamento de passivos em 2015

Essa trajetória se explica pelo fato de que em momentos de contração econômica, os gastos, por terem uma estrutura relativamente rígida, mantêm o seu crescimento real, mas a arrecadação, as receitas, tendem a cair mais do que o PIB.

Essa mudança no comportamento da receita e da despesa pode ser observada a partir da crise de 2008. Até a crise, o crescimento real médio da receita foi superior ao da despesa, garantido as condições para a obtenção do resultado primário positivo, obtido desde 1999.

A partir da crise, inverteu-se, com a receita líquida crescendo um pouco menos do que a despesa. Nos dois últimos anos (2014 e 2015), no entanto, essa tendência se acentua e a despesa, apesar de ter tido um crescimento real bem abaixo dos anos anteriores, cresceu bem acima da receita que caiu em termos reais. A partir daí, era necessária aprovação de um aumento de receitas, em especial daquelas que incidem sobre a desigualdade, como por exemplo, a tributação das transações financeiras, os juros sobre capital próprio e a volta da tributação sobre dividendos.

● *A gastança e a desoneração fiscal*

Definitivamente, as causas do aprofundamento da crise não estão na elevação dos gastos públicos. O ritmo de expansão dos gastos foi inferior nos anos 2011-2014, face a períodos anteriores. Em 2015, a taxa de crescimento da despesa foi uma das menores da série.

A mudança que ocorreu na política fiscal no período 2011 a 2014 não se deu propriamente no volume de gastos, mas em sua composição. No primeiro biênio, o espaço fiscal foi usado amplamente para expandir os investimentos públicos, que cresceram a uma média anual de 21,4%. No segundo biênio, os investimentos permaneceram estáveis e cresceram os gastos com subsídios e desonerações tributárias, sob a avaliação de que era importante estimular os investimentos privados.

TABELA 2 TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS (%)
1999-2015

Ano	Receita total	Transferências	Despesa total	PIB
1999-2002	6.5	9.1		2.4
2003-2006	4.8	5.6	5.0	3.5
2007-2010	3.7	3.0	5.3	4.7
2011-2014	1.7	2.7	3.7	2.2
2015	-5.9	-5.2	-2.5	-3.8

Como os investimentos privados não foram retomados como era esperado, as desonerações tributárias, neste contexto, serviram mais para as empresas privadas recuperarem margens de lucro do que para ampliar o emprego e a capacidade produtiva. Além disso, o montante de desonerações previsto nas leis enviadas pelo executivo foi extremamente ampliado no Parlamento, ocasionando uma perda fiscal maior que a prevista. Ao mesmo tempo, a derrubada de vetos presidenciais tinha sido, pela primeira vez, adotada pelo Congresso, tornando a aprovação, de certas medidas de benefícios, irreversíveis.

O crescimento do consumo interno, por sua vez, perdeu força, em decorrência da elevação do coeficiente de importação e da desagregação de cadeias produtivas na economia brasileira, após anos de câmbio valorizado. Isso reduziu a capacidade do investimento e do consumo de expandir a demanda interna.

A consequência da combinação das restrições ao consumo, da redução do investimento público com a não resposta do investimento privado, e a reversão do ciclo das *commodities*, reforçados ainda pelos efeitos do avanço da Operação Lava Jato e, sobretudo, pela amplificação da crise política foi a abrupta queda do investimento. Neste cenário, a crise política assumiu o papel fundamental de acelerador do bloqueio a qualquer solução, inviabilizando as medidas necessárias. Assim, a queda do investimento levou ao círculo vicioso de retração do emprego, da renda e do PIB, com impacto negativo na arrecadação.

A CRISE POLÍTICA: PARALISIA DA CÂMARA, POLÍTICA
DO QUANTO PIOR MELHOR E IMPEACHMENT

O esforço fiscal, em 2015, foi da ordem de R\$ 134 bilhões, ou 2,3% do PIB. Todavia, ele não foi suficiente para fazer frente à frustração de receitas e à elevação de despesas tanto as obrigatórias como as geradas no parlamento. O tamanho do déficit decorre do boicote sistemático, orquestrado pela oposição golpista, às medidas legislativas propostas pelo governo o que contribuiu, e muito, para amplificar o impacto da crise política sobre a economia e, assim, sobre as contas públicas.

Para que se possa dimensionar a rapidez da progressão da crise – ao longo do final de 2014, durante todo 2015 e até abril de 2016 – é oportuno avaliar a evolução dos parâmetros econômicos.

Em dezembro de 2014, a expectativa de crescimento do PIB era de 0,8%. Em julho de 2015, contudo, a expectativa já era de queda de 1,5%. Ao final do ano, a expectativa de queda do PIB era de 3,7%.

O principal fator que leva a essa acelerada deterioração é a crise política, que teve profundo impacto na economia e na sociedade. Sem dúvida, o Brasil sofreu, nesse período, a maior e mais premeditada desestabilização política da nossa história democrática. Manifestou-se em várias dimensões, a saber: na chamada política do “quanto pior, melhor,” ou seja, nas pautas bombas, que foram o deliberado e sistemático aumento das despesas públicas imposto pela Câmara; no boicote à apreciação legislativa do aumento das receitas, como foi a recusa em sequer apreciar a proposta de tributação sobre transações financeiras, bem como a derrota na mudança da legislação dos juros sobre capital próprio, entre outras medidas e na total paralisação da Câmara Federal, do início de 2016 até a votação da aceitação do *impeachment*.

É importante frisar que a própria ameaça e depois os sistemáticos pedidos de *impeachment* brandidos e protocolados pela opo-

sição golpista, paralisaram a economia do país: não há decisões de investimento, durante períodos de profunda instabilidade política.

Por óbvio, essas propostas colidiam claramente com a necessidade de reequilíbrio fiscal. Obstou-se, assim, deliberadamente, ao buscar a desestabilização do governo, a apreciação das medidas encaminhadas pelo Poder Executivo e, assim, a saída da crise.

Se as medidas propostas pelo Poder Executivo não tivessem a sua tramitação e aprovação obstadas pelo então presidente da Câmara e seu grupo integrado pelos atuais ocupantes do Planalto, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação econômica e fiscal.

Seguramente, as forças políticas golpistas favoráveis à destituição da presidenta Dilma Rousseff sem a crise política não teriam o ambiente propício e necessário para a articulação da abertura, da admissibilidade e do processamento do pedido do fraudulento *impeachment*, pois a insatisfação da sociedade não teria a mesma intensidade.

Não é possível compreender a crise econômica que assola o Brasil desde 2015, sem que se leve em consideração a instabilidade política aguda que, desde a reeleição da presidenta Dilma em 2014, caracterizou o ambiente em que ocorreram o investimento e a produção de bens e serviços.

Naqueles momentos, não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o país. O que se pretendeu obsessivamente foi o desgaste do governo, pouco importando para a oposição golpista os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população.

Vamos recordar, que dois meses após a eleição, o *impeachment* da presidenta da República passou a ser abertamente discutido por setores no Congresso, aos quais era franqueado o acesso aos meios de comunicação para veicular suas posições, apesar da evidente improcedência dos motivos apontados para justificar esse movimento radical.

Desse modo, a despeito da fragilidade dos argumentos utilizados por seus defensores, a eventual possibilidade de *impeachment* da presidenta da República permaneceu como assunto central da pauta política e jornalística durante todo o período do segundo mandato presidencial.

Nesse ambiente de turbulências e incertezas, é natural que o setor empresarial adotasse uma postura conservadora, relutando em aplicar recursos próprios ou de terceiros em empreendimentos produtivos. Com isso, a vida econômica do país ficou paralisada, à espera de momentos mais seguros para que se pudesse fazer investimentos. Pagou-se menos salários, menos insumos foram adquiridos e menos investimentos foram realizados, reduzindo-se a demanda por bens e serviços. Uma espiral negativa passou a ser alimentada.

Em outras palavras: o risco constante foi provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição política golpista, seus aliados midiáticos, empresariais e a ação de parte das corporações do judiciário, que com a Operação Lava Jato, na forma como foram conduzidas as investigações, sem as cautelas necessárias para preservação de empresas e empregos, praticamente destruiu a maioria das empresas de engenharia nacional envolvidas nas denúncias. E nestas condições, acabou sendo um elemento adicional para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica. O clima de instabilidade geral criado pelos golpistas é que deu fundamento para o *impeachment* e é consequência da crise política que, nada tem de espontânea, mas foi planejada. Não foi a crise econômica que produziu a instabilidade política, mas a crise política que acentuou e impediu a superação da crise econômica gerando as condições para o *impeachment*.

O conjunto do processo, na verdade, só foi possível por meio de um ataque aberto e direto à democracia brasileira, pois a democracia tinha permitido que derrotássemos por quatro eleições presidenciais

consecutivas o projeto ultraconservador do neoliberalismo à brasileira. Iniciado no governo Collor de Mello e aprofundado no governo FHC, o programa neoliberal é interrompido com a chegada de Lula, em 2003.

Em *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, Naomi Klein (2008) destaca que os teóricos e políticos adeptos do neoliberalismo advogam o uso das crises para impor medidas impopulares. Em nosso caso, as crises, econômica e política, produzindo o *impeachment* foram a oportunidade ideal para a retomada do receituário neoliberal. As crises foram propícias para o avanço ou o estabelecimento do neoliberalismo, ao quebrar as resistências às reformas neoliberais que de outra forma jamais seriam permitidas por meio de eleições democráticas. Como disse o pai do neoliberalismo, Milton Friedman:

Somente uma crise – real ou pressentida – produz mudança verdadeira’. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. (...) E desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o *politicamente impossível* se torne o *politicamente inevitável*.

O politicamente impossível por meio de eleições livres e diretas se tornou o politicamente inevitável por meio do *impeachment*.

A MEDIDA DOS IMPACTOS

Medir o impacto desses choques externos e a mudança do cenário internacional é tarefa quase impossível e os cálculos, por melhores que sejam, assumem determinadas hipóteses e devem ser tomados *cum grano salis*, ou seja, apenas como indicativos. Uma métrica bastante interessante foi a utilizada por Bráulio Borges (Blog do Ibre-FGV, 8/9/2017).

No debate com o pensamento ortodoxo e neoliberal, que imputa ao intervencionismo estatal a grande responsabilidade pela crise, o primeiro argumento utilizado pelo autor é o de que a desaceleração durante o período foi generalizada, principalmente nos países produtores e exportadores líquidos de *commodities*. Não algo foi exclusivo do Brasil. O segundo argumento refere-se a fatores internos, mais precisamente à explosão dos preços da energia elétrica, um insumo de uso geral.

Após exaustivos cálculos, em que se compara o desempenho brasileiro com vários grupos de países, e também a medição dos efeitos da elevação dos custos da energia, o autor conclui: “*Com isso, reitero minha avaliação do post original: entre 40% e 60% da desaceleração do crescimento brasileiro entre 1999-2011 e 2012-17 pode ser atribuída a fatores exógenos, internacionais (em maior medida) e os domésticos. Bato o martelo em 50%*”.

O segundo governo Dilma, frente à essa mudança radical de cenário, mudou o perfil da equipe econômica e a nova equipe da fazenda adotou, ao longo de todo o ano de 2015, uma gestão fiscal ortodoxa. Essa guinada brusca na política fiscal foi acompanhada de uma política monetária também contracionista, decorrente do impacto do choque externo no câmbio e dos preços de energia e alimentos decorrentes da seca, que pressionaram a inflação. A nova equipe econômica encaminhou um choque de preços administrados, que agravou a forte aceleração inflacionária e o Banco Central promoveu uma elevação extremamente agressiva da taxa básica de juros, desde o final de 2014, que chegou a 14,25% na taxa Selic, agravando a delicada situação fiscal e a forte desaceleração da economia. Esses dois movimentos, das políticas fiscal e monetária, em um quadro de agravamento da crise internacional e política, fragilizaram a base social e política de apoio ao governo e deterioraram ainda mais a governabilidade. O governo perdeu a confiança de uma parcela importante de sua base de sustentação política.

A intenção política do *impeachment* foi pavimentada por uma escusa jurídica, uma interpretação inédita e única dos problemas fiscais, fortemente influenciada pela crise econômica, que já haviam ocorrido em quase todos os governos anteriores e continuam a ocorrer, inclusive com estados e municípios em todo o país, mesmo em 2017. Entretanto, no caso da presidenta Dilma foram definidas, sem qualquer precedente jurídico específico, ou mesmo um alerta prévio por parte dos órgãos de controle, como “crime de responsabilidade” (MESSIAS, J. 2017).

Era imprescindível, sem dúvida, criminalizar as políticas anticíclicas, porque são a antítese das propostas do mainstream de austeridade a qualquer preço. Daí que a saída neoliberal, com arrocho fiscal permanente, retirada de direitos e reformas agressivas, são apresentadas pelos economistas e os veículos de mídia patrocinadores do golpe como o único caminho possível para superar a crise.

O fato é que o *impeachment* aprofundou e precipitou o país numa crise de maior duração e profundidade. O Brasil está mergulhado num cenário de grande retrocesso político, econômico e social, com o golpe caminhando para um impasse por várias razões:

- 1) Ficou cada vez mais evidente a gravidade das denúncias de corrupção que envolvem o governo e seus principais chefes;
- 2) A estratégia principal do governo consiste em jogar o peso brutal da crise sobre os ombros dos mais pobres, da classe média e dos trabalhadores;
- 3) Ficou claro que o objetivo primeiro era impor rapidamente o maior retrocesso econômico, social, ambiental, cultural, geopolítico e civilizatório, por meio de medidas que jamais seriam aprovadas pelo voto. Medidas que abrem caminho para o mais feroz neoliberalismo;
- 4) Ficaram evidentes as falácias contidas nas profecias da mídia apregoando uma retomada rápida da economia. A promessa de rápida recuperação ao se afastar o governo do PT mostrou que era

uma mentira orquestrada e com ampla repercussão na mídia. O desemprego se agravou e a sempre iminente saída crise da jamais se concretiza;

5) Ficou cristalino que a estratégia de corte de gastos, sem receitas de impostos sobre os mais ricos, não vai recuperar as contas públicas que se deterioraram de forma acelerada, com *déficits* crescentes e que não estão sendo de forma alguma saneadas;

6) Ficou clara a dupla moral da austeridade golpista ao ser plenamente justificado o abandono do corte de gastos, tanto ao se comprar abertamente parlamentares com o intuito de garantir reformas impopulares, como ao se comprar apoio político de forma a garantir a impunidade presidencial. A cada dia, por isso, o golpe fica mais caro; e

7) Ficou claro que a consequência do golpe foi o profundo enfraquecimento político do PSDB, a desmoralização do PMDB e o surgimento de um espectro conservador da extrema direita, alimentado pelo clima de intolerância.

DESMONTE: A ORTODOXIA FISCAL PERMANENTE E O RETORNO À AGENDA NEOLIBERAL TARDIA

Logo após o *impeachment* sem crime de responsabilidade, o governo golpista e ilegítimo de Temer iniciou o enquadramento geopolítico do país na dimensão econômica, social e política do modelo neoliberal. Implantou, ainda, uma ortodoxia fiscal permanente.

- Esses dois processos fragilizam o Estado e seus instrumentos de impulso ao desenvolvimento, comprometem as políticas sociais, precarizam e desestruturam o mercado de trabalho e aprofundam as desigualdades e a exclusão social. As principais iniciativas foram as seguintes:

- Congelamento das despesas primárias, inclusive em saúde e educação, por 20 anos (Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016)
- Devolução antecipada dos empréstimos ao BNDES que contribuíram para uma contração de 84% na oferta de crédito do banco;
- Reforma Trabalhista com a retirada de centenas de direitos e fragilização das organizações sindicais e terceirização sem limites, incluindo as atividades fins.
- Restrições crescentes aos Investimentos Públicos, quer pela diminuição dos financiamentos, quer pela contração das receitas orçamentárias.
- Reforma da Previdência, com um projeto que penalizava fortemente os trabalhadores mais pobres.
- Uma política de preços dos combustíveis de alinhamento automático aos preços internacionais, que só no gás de cozinha praticamente dobrou o valor do botijão.
- Privatizações generalizadas, em especial de estruturas importantes da Petrobras, blocos do pré-sal e o planejamento de privatização da própria Eletrobrás;

O governo Temer nasceu marcado pela traição e pela ilegitimidade, aprofundadas pelas graves denúncias de corrupção que atingiram o presidente e parte considerável da equipe ministerial. Nessas condições, o governo é marcado por um paradoxo: o paradoxo de Temer. Isto é, quanto mais impopular está, mais impopular precisa ser, porque sua base de sustentação é exclusivamente o “mercado”. Por isso, dedica-se a implementar uma política fiscal ortodoxa e permanente e uma agenda neoliberal que fragiliza o Estado, compromete instrumentos fundamentais ao desenvolvimento e afronta a soberania nacional.

TETO DECLINANTE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS
E DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS
(EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DEZEMBRO DE 2016)

O ajuste fiscal ortodoxo e permanente, como condição necessária para o crescimento econômico, é um total contrassenso com toda a literatura e evidência empírica da história econômica. Mas o governo golpista já aprovou a Emenda Constitucional 95/2016, que impõe um teto declinante para as despesas primárias e, consequentemente, uma redução gradativa, pelos próximos 20 anos, entre 2017 e 2037, do tamanho e do papel do Estado. As projeções, ao longo deste período, são de uma redução da participação das despesas primárias de 20% do PIB, para cerca de 12%. A ortodoxia fiscal do golpe e a EC 95 não se sustentam. Os repasses do BNDES ao tesouro nacional é que taparam provisoriamente o buraco fiscal, em 2016 e 2017. A rigidez fiscal foi flexibilizada nestes dois anos, antes das exigências plenas da EC 95 a partir de 2018. É por isto que as áreas econômica e jurídica do governo golpista já discutem a flexibilização da regra de ouro fiscal que estava na Constituição, onde estabelece que a dívida pública não pode financiar o custeio do Estado.

É a constitucionalização da política de ortodoxia fiscal, que impossibilitará o governo federal de atuar de forma contracíclica pelos próximos 20 anos, algo inédito na economia mundial. O segundo governo Dilma propunha um ajuste de curto prazo que, mesmo questionável, jamais pode ser confundido com a eternização da ortodoxia fiscal, o desmonte do Estado e as políticas públicas patrocinadas pelo governo golpista de Temer.

Além disso, a EC 95 incorporou um conjunto de medidas, como a redução das vinculações constitucionais mínimas em saúde e educação, revogando na prática os pisos constitucionais. Assim, qualquer ganho de arrecadação não deverá mais ser aplicada nessas duas áreas prioritárias e não há mais o piso que vincule as receitas

fiscais da União. Todas as demais áreas sociais também serão fortemente atingidas.

Sem dúvida nenhuma, os investimentos públicos serão os mais penalizados. Logo eles, que são um instrumento indispensável para uma política anticíclica e para a retomada do crescimento.

O IBGE acaba de divulgar dados sobre a pobreza, segundo os quais houve um aumento de 53% da população exposta à situação de pobreza extrema, representando um acréscimo de 8,6 milhões de brasileiros e brasileiras nessas condições, ou seja, sobrevivendo com menos de um quarto de salário-mínimo, entre 2014 e 2016.

É evidente que, em 2017, esse quadro continuou a se agravar. No entanto, o governo golpista continua reduzindo o espaço das políticas republicanas no orçamento para dar ainda mais lugar ao fisiologismo parlamentar. E o mais grave são os severos cortes no orçamento federal para as áreas sociais, que atingirão fortemente as populações mais vulneráveis²⁶.

O governo golpista atendeu as exigências de setores da bancada ruralista, e agora com um arrocho orçamentário que atingirá

26. O Bolsa Família sofreu um corte de R\$ 1 bilhão no orçamento para 2018. Os programas e políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar, para os povos indígenas e comunidades tradicionais sofreram cortes profundos. Em alguns casos ficaram sem qualquer previsão orçamentária. Como exemplos, podemos considerar ainda outros valores para a agricultura familiar e a reforma agrária, como os recursos para aquisição de terras para Reforma Agrária que tiveram um corte de R\$ 800 milhões em 2015, para R\$ 84 milhões em 2018; a assistência técnica para assentados da Reforma Agrária caiu de R\$ 356 milhões para R\$ 19,7 milhões; o Programa de Educação para os Assentados da Reforma Agrária (Pronera) teve uma redução de R\$ 32,5 milhões para R\$ 9,5 milhões; a concessão de créditos para famílias assentadas caiu de R\$ 946 milhões para R\$ 266 milhões; o crédito para estruturação e organização de unidades produtivas caiu de R\$ 54,7 milhões para R\$ 5,6 milhões; a promoção e fortalecimento da agricultura familiar caiu R\$ 83 milhões para R\$ 27,3 milhões; os recursos para o desenvolvimento sustentável em territórios rurais caiu de R\$ 372 milhões para R\$ 78 milhões; nas cisternas, a queda foi R\$ 268 milhões para R\$ 40 milhões; na distribuição de alimentos para populações tradicionais e específicos houve diminuição de R\$ 78 milhões para R\$ 24 milhões; na bolsa verde, o corte foi de R\$ 101 milhões para zero; os recursos para mitigação e adaptação as mudanças climáticas caíram de R\$ 22 milhões para R\$ 7 milhões; o orçamento para Minha Casa, Minha Vida Rural caiu de R\$ 977 milhões para R\$ 267 milhões; para indenização das comunidades quilombolas as receitas caíram de R\$ 29,5 milhões para R\$ 2,8 milhões; para demarcações e fiscalizações em terras indígenas a queda foi de R\$ 78 milhões para R\$ 41 milhões etc. Foram poucos os programas sociais que tiveram seu orçamento preservado. Em alguns casos isolados e de baixo impacto, alguns poucos programas tiveram um aumento marginal de recursos, pela pressão das bancadas de oposição.

duramente a agricultura familiar, os movimentos sociais do campo e as populações tradicionais mais vulneráveis.

Os servidores públicos em todas as esferas também serão fortemente atingidos, com o fim da recomposição dos salários, a restrições à progressão na carreira e a inviabilidade de novos concursos de ingresso no serviço público federal.

QUEDA DOS FINANCIAMENTOS PÚBLICOS AO INVESTIMENTO

Uma das principais razões para o agravamento da recessão econômica é a queda do financiamento público aos investimentos, que começaram a cair na construção do golpe e na política “do quanto pior, melhor”. A gestão de Eduardo Cunha chegou a impedir a instalação das comissões da Câmara dos Deputados, no início do ano até a votação do impeachment em maio de 2016, imobilizando totalmente o governo federal. O governo golpista de Temer aprofunda agora esse processo de corte nos investimentos e financiamentos públicos. Em média, a queda no financiamento ao investimento foi de 76%, desde o início do golpe.

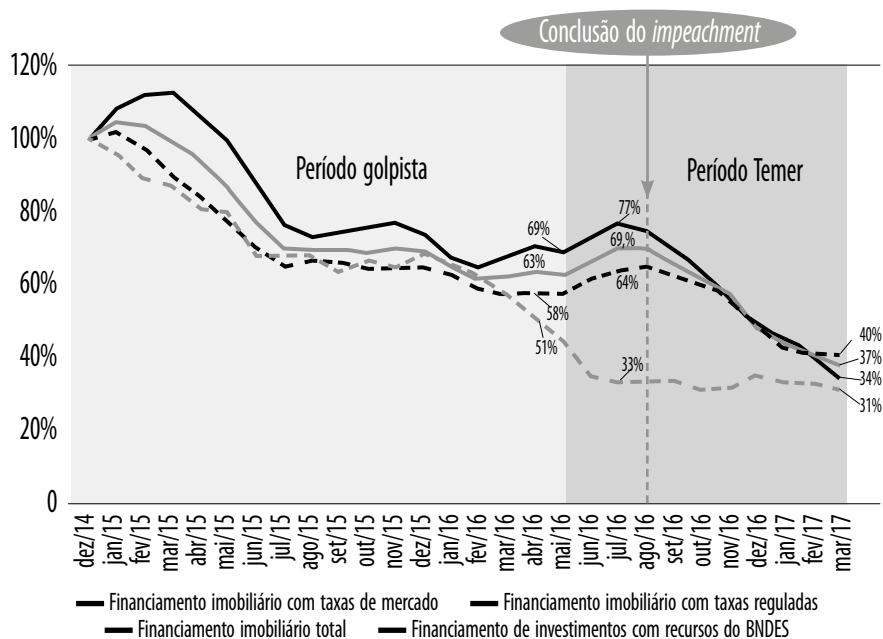
Os financiamentos imobiliários a taxas de mercado, nesse curto período, caíram incríveis 65%. Os financiamentos imobiliários a taxas subsidiadas, basicamente Minha Casa, Minha Vida, caíram 27%. O financiamento imobiliário total caiu 46%, no primeiro ano do governo golpista. Como a construção civil é um dos principais empregadores na área urbana, isso ajuda a explicar a elevação tão rápida do desemprego.

A situação do crédito direcionado ao investimento produtivo é ainda pior do que o crédito direcionado à habitação. No Brasil, esse tipo de financiamento é realizado principalmente pelo BNDES. Essa queda impressiona, em especial, porque já vinha de uma base muito reduzida. Abaixo, respectivamente, a tabela e o gráfico sobre a redução do crédito ao investimento no Brasil desde o início do golpe.

As razões para quedas tão acentuadas no crédito habitacional e do BNDES decorrem do aumento dos juros com a mudança na TJLP, do arrocho orçamentário e da redução dos recursos disponíveis para o crédito direcionado. Essa redução dos recursos disponíveis foi combinada com um aumento das restrições aos tomadores de crédito direcionado, em particular para os cidadãos mais humildes no programa Minha Casa, Minha Vida.

O atual governo está transferindo, desde 2016, cerca de R\$ 100 bilhões de recurso do BNDES para o Tesouro Nacional em procedimento que claramente viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo totalmente a capacidade de financiamento aos investimentos de longo prazo da economia. A mudança na TJLP, por medida provisória, além do impacto imediato na elevação dos juros, estabelece uma

GRÁFICO 14 CRÉDITO DIRECIONADO (DEZEMBRO DE 2014 = 100% - MÉDIA MÓVEL DE 6 MESES 2014-2017



Fonte: Banco Central

lógica pró-cíclica, limitando o crédito público para o enfrentamento de crises futuras. O atual governo acabou, em alguns casos, ou reduziu, em outros, a exigência de conteúdo local nos equipamentos financiados pelo BNDES. No cômputo geral os financiamentos caíram 50%, diminuindo o esforço de internalização dos investimentos.

Uma dimensão emblemática da política de retrocessos e desmontes foi, como mencionado, o fim do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o corte já realizado de 44% do orçamento em C,T&I, que deve se aprofundar em 2018, comprometendo os projetos prioritários e inviabilizando muitas pesquisas e projetos em andamento.

Além dessas medidas restritivas, o Ministro da Fazenda também anunciou várias outras “reformas liberalizantes”, entre as quais podemos destacar:

- um modelo de concessões com altos retornos para concessionário e alto custo para população;
- fim das políticas de Conteúdo Local, como as margens de preferência nas compras governamentais e horizontalização e globalização dos requisitos de conteúdo local no setor de Petróleo e Gás;
- criação da TLP e descapitalização, com redução do papel, do BNDES;
- estatais sendo geridas exclusivamente com a lógica privada, sem qualquer compromisso com o interesse público; e
- papel do Estado como mero regulador do sistema privado.

A RETIRADA DE DIREITOS E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A primeira alteração importante nas relações de trabalho foi a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302/1998, convertido na Lei nº 13.429/2017, de terceirização irrestrita, que deverá atingir acordos

trabalhistas negociados e conquistas trabalhistas adquiridas. A terceirização existe há mais de 40 anos e poderia ser aprimorada. Mas, agora, está totalmente liberada, inclusive nas atividades fins.

Dados da PNAD Contínua do IBGE apontam que o Brasil registrou, em novembro de 2017, o menor número de trabalhadores com carteiras de trabalho assinadas de toda a série histórica iniciada em 2012, com a perda de cerca de 3 milhões de postos desde igual período de 2015.

Paralelamente, foi aprovada uma “nova” legislação trabalhista, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017. Essa reforma trabalhista, Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, estabelece a retirada ou flexibilização de dezenas de direitos trabalhistas previstos legalmente. Ficaram preservados apenas os constitucionais.

Assim, passou a valer: restrição ao acesso na justiça do trabalho, negociação coletiva sem o limite da proteção das leis, o primado do negociado sobre o legislado e autorização da negociação direta para supressão de direitos. A lei retira poderes, atribuições e prerrogativas dos sindicatos e fragiliza a sustentação sindical dessas entidades representativas dos trabalhadores.

Esse conjunto articulado de retrocessos desmonta o direito trabalhista e a Justiça do Trabalho. Entre as centenas de alterações na legislação trabalhista estão: férias que podem ser fracionadas e parcialmente pagas como abono salarial, jornada de trabalho flexível e intermitente definida pelo empregador, jornada de 12 x 36 horas, retirada da jornada de trabalho todo o tempo na empresa que não está diretamente vinculada ao trabalho propriamente dito, flexibilização dos direitos trabalhistas no trabalho remoto, caducidade dos contratos de trabalho após o prazo negociado, demissão negociada com o pagamento da metade dos direitos existentes anteriormente, a multa por danos e assédio moral será proporcional ao salário e limitada a um teto, flexibilização do trabalho

de mulheres grávidas ou lactantes em lugares insalubres, revogação de vários outros direitos e rebaixamento dos contratos de trabalho.

Em síntese: ela retira da legislação trabalhista o caráter de norma de ordem pública e irrenunciável de proteção do trabalho, que estava vigente desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943²⁷.

O que está sendo adotado é um desmonte da legislação protetiva; não a sua “modernização”. Nada semelhante ocorreu no passado, nem mesmo no período de ditadura militar. Essas mudanças violam as Convenções 87, 98 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O cenário projetado por essa nova legislação aponta para um acelerado e generalizado processo de precarização do trabalho, rebaixamento da negociação coletiva, com grandes retrocessos nos direitos conquistados historicamente. Por isso, o Brasil, em 2017, foi incluído na “lista longa” dos casos da Comissão de Normas da OIT, que analisa as burlas de compromissos internacionais, no que tange ao cumprimento das convenções daquele organismo mundial.

Na realidade, essa reforma trabalhista é extremamente regressiva e visa mais do que apenas reduzir o valor do trabalho e colocar os custos da crise nas costas dos trabalhadores, especialmente nos de menor qualificação. A reforma trabalhista e a reforma previdenciária do governo Temer implicam uma desestruturação do mercado de trabalho e do Estado, com efeitos deletérios amplos, capazes de alterar a própria capacidade de recuperação da economia, ao ampliar tanto o desemprego, quanto os empregos informais e, ainda, dificultar o acesso ao crédito e aos serviços públicos.

27. Cabe lembrar que cerca de 75% da CLT originária já tinha sofrido alterações, ao longo de mais de 70 anos de vigência. Novas propostas estavam em debate sobre o sistema de relações de trabalho, incluindo a redução dos custos de contratação do trabalho pelas empresas, em especial a substituição da excessiva judicialização dos conflitos trabalhistas pelo fortalecimento da negociação e de acordos coletivos. Mas não houve diálogo ou negociação para a implementação dessa ampla retirada de direitos, rebaixamento dos princípios essenciais do direito do trabalho e fragilização da representação sindical dos trabalhadores.

No que se refere à Seguridade Social, é importante considerar que há a necessidade de reforma na previdência social, pois de fato o país está envelhecendo rapidamente. Os governos Lula e Dilma procuraram fazer ajustes eliminando privilégios indevidos e promovendo mais justiça no sistema previdenciário. Entretanto, o que o governo golpista está patrocinando são propostas de reforma da Previdência que incentivam a privatização do sistema e que penalizam os trabalhadores de baixa renda, sem eliminar as distorções e privilégios que ainda permanecem.

Ou seja, além de promover a destruição dos direitos trabalhistas, o governo do golpe procura destruir também os direitos previdenciários.

O AUSTERICÍDIO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL PASSIVA E SUBORDINADA

Em menos de um ano, o governo golpista de Michel Temer implantou um ajuste fiscal ortodoxo e permanente; engessou o investimento e o gasto público por duas décadas; aprovou reformas, como a da terceirização e a trabalhista que retiram direitos e promovem a precarização das relações de trabalho; abriu mão da soberania nas decisões sobre o petróleo do pré-sal; privatizou reservas estratégicas; acabou ou reduziu, em alguns casos, a política de conteúdo local; desonerou tributos e negociou as concessões no marco regulatório do pré-sal de forma obscura, como foi revelado pela documentação oficial do governo britânico referente à Shell e a outras empresas inglesas; deu início ao fatiamento e desnacionalização da Petrobras; iniciou a privatização da Eletrobrás; abandonou investimentos estratégicos; e descapitalizou e encareceu o crédito do BNDES.

Em conjunto, essas medidas minam a capacidade de desenvolvimento do país e agravam a situação das empresas, do emprego e das famílias. Ademais, tais medidas comprometem a perspectiva futura de desenvolvimento do Brasil e a própria soberania nacional.

Com efeito, o golpe desencadeou uma série de ações medidas que colocam em xeque a soberania, o patrimônio e o futuro da economia nacional.

A venda, a preços aviltados, das jazidas do pré-sal, sem a participação da Petrobras como operadora única, aliena nossa capacidade de internalizar os investimentos e de investir nas gerações futuras, como era o intento dos governos do PT. O fim da política de conteúdo nacional leva desespero e desemprego a vastos setores produtivos, especialmente à indústria naval. O impedimento do BNDES de emprestar cria grave entrave à retomada dos investimentos. A ofensiva geral contra o crédito público e os bancos públicos coloca obstáculo praticamente intransponível à retomada do crescimento, pois a banca privada não vai substituir o crédito público em uma situação de insegurança e de recessão.

O desmonte da política externa “ativa e ativa”, particularmente do Mercosul, da Cooperação Sul-Sul e do BRICS, apequena o país e destrói um mercado externo importante para nossa indústria. A retomada das negociações para o uso da base de Alcântara pelo EUA, nos termos assimétricos propostos por aquele país, ameaça o projeto do veículo lançador de satélites e o programa espacial brasileiro.

A Operação Lava Jato, nas condições em que as investigações foram realizadas, sem as devidas medidas protetivas de empresas e empregos, destrói a maioria das empresas de construção civil pesada nacional.

Até mesmo o território, base do Estado-Nação, está em perigo. A anunciada medida provisória que permitirá a venda, em grande volume, de terras a estrangeiros para “atrair investimentos” suscita dúvidas sobre o domínio que o país poderá preservar sobre vários recursos estratégicos, como energia, alimentos e água.

A verdade é que tudo isso demonstra que o golpe tem como estratégia econômica o crescimento baseado no investimento privado

estrangeiro, que essencialmente prioriza a aquisição de nossos recursos naturais estratégicos (petróleo, terras, água, biodiversidade etc.) e a privatização selvagem do patrimônio público. E demonstra, também, que o golpe tem como estratégia geopolítica colocar o Brasil, de novo, subordinado à relação Norte-Sul.

No fundo, é uma volta à mentalidade herdada do Brasil colônia, que passaria a fazer o país se integrar às “cadeias internacionais de valor”, basicamente como produtor de *commodities* para as metrópoles industrializadas ou como hóspede de “maquiladoras”, como é o modelo implantado no México. No fundo, o golpe veio para vender o Brasil.

Trata-se de um modelo inviável, incapaz de retomar um novo ciclo de desenvolvimento.

O governo Temer, em conjunto com setores importantes da mídia que apoiaram o golpe, alegava que após a retirada da presidenta, a economia se recuperaria imediatamente, com o choque de confiança, com a volta do crescimento e a redução do desemprego. Logo em seguida à campanha midiática, bastaria aprovar a EC 95/2016 para recuperar a confiança e retomar o crescimento.

No entanto, não há, no cenário próximo, qualquer espaço para recuperação do crescimento acelerado e sustentado. Paralelamente, estamos assistindo ao desmonte de políticas sociais essenciais para a inclusão social, para o combate à pobreza e para a redução da desigualdade.

Essa estratégia irá impedir a retomada do crescimento sustentável, nos mantendo presos a um círculo vicioso no qual cortes da despesa pioram o resultado fiscal, pois reduzem a capacidade de arrecadação.

Essa política não deu certo em qualquer lugar do mundo. Basta observarmos o caso da Grécia, que sofreu sete anos de profunda depressão, ou mesmo o exemplo da nossa própria história recente, ao longo da chamada década perdida.

LIMITES DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

O golpe primeiro prometeu um choque de confiança nos mercados financeiros que asseguraria a retomada do crescimento. Depois, a retomada foi vinculada à aprovação dos retrocessos e das retiradas de direitos, como a EC 95, a terceirização, a reforma trabalhista e as privatizações. Ainda está na pauta a reforma previdenciária.

Mas era evidente que a ortodoxia fiscal permanente, o corte drástico no financiamento público, a retração nos investimentos públicos e cortes nos gastos sociais não assegurariam a retomada do crescimento de forma sustentável.

A excepcional safra agrícola em 2016, fortemente determinada pela melhora no regime de chuvas e a consistente política de crédito agrícola construída nos governos Lula e Dilma, uma relativa recuperação no preço das *commodities*, a aceleração do comércio internacional, o reajuste do salário-mínimo e a liberação do FGTS, no início do ano, explicam uma ligeira melhora, especialmente nos dois primeiros trimestres de 2017.

Contudo, o custo do golpe foram oito trimestres de queda na produção, a maior recessão da história econômica documentada do país e uma queda do PIB *per capita* ainda mais dramática, de 10,4% até o primeiro semestre de 2017. Depois dessa tênue recuperação no nível de atividades, marcada também por um forte *carry-over* projetado em 0,97% do PIB em 2017 e 0,24% em 2018, não há elementos que possam assegurar uma retomada propriamente dita do crescimento sustentado.

O consumo das famílias segue muito baixo. Os dados de outubro foram os piores desde 2006. O nível de endividamento das famílias é muito elevado e 61 milhões de adultos seguem inadimplentes. O desemprego, que atingia 6 milhões de trabalhadores em

2014, chegou a 14,2 milhões em 2017. Houve apenas uma ligeira melhora nas taxas, após um pico de 13,7% para 12,4% em outubro. Porém, essa ligeira melhora foi acompanhada por uma deterioração estrutural no mercado de trabalho. Os trabalhadores sem carteira de trabalho subiram de 41,4% em dezembro de 2014 para 44,2% em outubro de 2017.

Os principais componentes da demanda agregada, como as exportações, o consumo das famílias, formado basicamente pelos salários e crédito e os investimentos privados, seguem sem uma reação importante e consistente. E o gasto e os investimentos públicos, que seriam uma variável autônoma, estão totalmente arrojados pelo ajuste fiscal ortodoxo e permanente da EC 95, que será ainda mais severo no ano de 2018.

O impacto favorável do reajuste do salário-mínimo no início do ano passado (2017), os gastos previdenciários que estão associados ao mínimo e a liberação extraordinária do FGTS não se repetirão. A crise fiscal tende a permanecer, esgotados os efeitos da arrecadação promovida pela repatriação de capitais e pelo primeiro momento de um novo Refis. O golpe está aprofundando a desigualdade social. Portanto, as manchetes dos jornais e o esforço dos analistas de mercado alinhados com o golpe não conseguem ofuscar que o quadro de estagnação permanece e o fato de que o golpe foi o grande responsável pela grave crise recessiva. A política do golpe aumentou o custo econômico e social da crise e não entregou a recuperação econômica acelerada, que esteve fortemente presente no discurso do governo golpista e de seus aliados²⁸.

28. Levantamento recente da LCA Consultores, com os dados da PNAD Contínua do IBGE, revela que os 10% dos que recebem os melhores salários (cerca de 8,5 milhões de pessoas), em 2016, concentravam cerca de 39% da massa salarial. Em 2017, passaram a concentrar 41,1%, equivalente a R\$ 774 bilhões. Na outra ponta, os 40% dos trabalhadores ocupados com os menores salários recebiam, em 2016, 14,1% da massa salarial, em igual período de 2017, passaram a receber 12,7%, equivalente a R\$ 23,7 bilhões. A nova legislação trabalhista e o teto fiscal declinante tendem a agravar essa tendência de retrocesso na desigualdade social.

O ATAQUE À DEMOCRACIA E A FRAGILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

O GOLPE

O golpe afetou, além do mandato da presidenta, a base da institucionalidade do sistema presidencialista, na mesma medida em que abala todas as conquistas sociais promovidas nos últimos 13 anos. Não vamos nos estender, mas há um completo desmonte das políticas sociais e dos programas e das ações do governo em todas as áreas importantes.

Não se pode pretender a destituição de uma presidenta da República por razões “puramente” políticas para atender demandas do setor financeiro e econômico e de uma agenda de ortodoxia fiscal permanente e reformas neoliberais derrotadas nas urnas, em quatro eleições presidenciais sucessivas.

Não se destitui um chefe de Estado e de governo no presidencialismo como se destitui um governo no sistema parlamentarista. Em um estado democrático de direito não pode ser admitida a invocação de *falsos motivos jurídicos* para a destituição de um presidente da república. Uma cassação de mandato presidencial legitimamente outorgada pela maioria da população, com desatendimento ao disposto na Constituição, é uma ofensa profunda aos seus alicerces. É uma ruptura institucional. É uma violência profunda e uma histórica injustiça perpetrada contra o eleito e contra a sociedade que o elegeu.

A bem da verdade, o golpe de 2016 atingiu profundamente o regime democrático brasileiro e abriu o espaço para o arbítrio e para o Estado de exceção, produzindo um ambiente extremamente hostil para as liberdades políticas e individuais, os direitos civis e as conquistas sociais do suado pacto político de 1988. Longe de ser um fato isolado, o golpe mostrou que o pensamento autoritário no Brasil continua vivo, atuante e disposto a desestabilizar as instituições po-

líticas e os pesos e contrapesos de um sistema democrático moderno ainda em construção.

Os elementos antecedentes do golpe já indicavam que havia algo de podre dentro da nossa jovem e ainda imperfeita democracia, mas todos os sinais foram sendo relativizados pelo desejo difuso de negar que uma semente autoritária e protofascista crescia no nosso meio. Era impensável supor que regrediríamos no caminho democrático, mas os fatos revelaram gradativamente outra verdade.

Desde as fortes manifestações de 2013, uma parcela da elite brasileira começou a flertar de forma mais concreta com a ideia autoritária de tirar o PT do poder a qualquer custo. A queda dos índices de aprovação de todos os atores políticos foi a oportunidade para um ataque frontal e sistemático contra a administração Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), visando reverter a quarta derrota sucessiva da oposição nas eleições de 2014.

Uma breve olhada nos jornais, telejornais, revistas e outros veículos da mídia tradicional era suficiente para perceber uma tendência geral dos formadores de opinião contra o governo. As falas começavam a extrapolar as críticas normais de um ambiente democrático e, cada vez mais, eram adjetivadas para desqualificar e deslegitimar o governo e o partido. No mundo do “quanto pior, melhor” da opinião publicada, tudo estava errado, tudo iria piorar e tudo era culpa do governo petista.

O bombardeio sistemático de notícias e opiniões negativas sobre o governo conseguiu criar um ambiente tóxico, que foi absorvido cotidianamente pela sociedade, na forma de um sentimento de rejeição ao governo e ao PT. A insatisfação difusa de 2013, com a qual o governo democrático soube respeitar e dialogar, foi sendo direcionada gradativamente para um discurso raivoso contra a presidenta Dilma, o PT e suas lideranças.

Foi nesse cenário que as operações policiais e do Ministério Público contra lideranças políticas cresceram. Foi nesse ambiente que

os grupos ultrarradicais de direita se constituíram e foi nesse contexto que as eleições de 2014 aconteceram e, logo a seguir, os questionamentos do mandato de uma presidenta eleita legitimamente com 54,5 milhões de votos. A insatisfação difusa de 2013, pelo menos em uma parcela da sociedade, foi transformada em algo inaceitável ao estado democrático de direito: o ódio! Ódio contra o PT, ódio contra a esquerda e ódio contra todos e todas que pensam diferente.

Ao contrário do que se esperava, o resultado das eleições de 2014 não interrompeu essa escalada autoritária de parte da elite conservadora brasileira. Ao contrário. A vitória da presidenta Dilma parece ter provocado ainda mais raiva e ódio na direita radicalizada, que acabou prorrogando o ambiente eleitoral polarizado até o julgamento do *impeachment*.

Como todo o esforço despendido para derrotar o adversário no processo democrático das urnas foi em vão, outras táticas, ainda mais autoritárias, foram utilizadas. O resultado eleitoral não foi aceito e todos os expedientes judiciais para impugnar o processo democrático foram usados, desde ridículas denúncias de fraude em urna, até a absurda auditora sobre a confiabilidade dos resultados derivados do sistema eletrônico.

A tática adotada estava clara e se baseava em negar a legitimidade das eleições e do mandato da presidenta eleita. O que assistimos foi a política sabotando a economia e construindo o golpe.

O papel da maioria parlamentar conservadora e oposicionista na Câmara dos Deputados, nesse enredo foi, como vimos, fundamental para a desestabilização do quadro político brasileiro. A imposição de pautas bombas e a sabotagem à agenda legislativa do governo Dilma acabaram com o mínimo de previsibilidade do processo político e levaram o país a uma profunda instabilidade política, social e econômica. O que era uma desaceleração conjuntural da economia se transformou em uma profunda e prolongada recessão, que perdura até hoje.

Ficou claro, desde o início, que, diante da condenação midiática e independentemente do conteúdo e das provas, o processo iria condenar a presidenta Dilma por crime de responsabilidade e, logo a seguir, em uma nova fase do golpe, condenar o presidente Lula, a principal e mais representativa liderança do país, por qualquer coisa.

Associada a isso, esteve também a ofensiva deliberada do messianismo de parte do Ministério Público e da Justiça contra o sistema político brasileiro, especialmente contra algumas lideranças e partidos, notadamente o PT. A sistemática destruição da legitimidade das instituições políticas não contribuiu para o fortalecimento de um estado democrático de direito. Ela apenas forneceu as condições ideais para que o autoritarismo e o ódio avançassem dentro da nossa sociedade.

O ESTADO DE EXCEÇÃO SELETIVO

O vice-presidencialismo implantado após o julgamento do *impeachment* sem crime de responsabilidade descortinou o estado de exceção que estava sendo gestado. Os golpistas não mobilizaram armas e tropas, mas conseguiram difundir a ideia de que para dar conta da crise política e econômica, era necessário utilizar a interpretação jurídica para flexibilizar regras democráticas, relativizar garantias constitucionais, suprimir direitos sociais e reprimir duramente o pensamento divergente.

Ou seja, para enfrentar a crise era preciso “pausar a democracia”, criando uma situação excepcional, na qual as regras constitucionais podem ser suspensas ou flexibilizadas.

Antes de consumir o golpe, foi dito expressamente que as reformas a serem encaminhadas pelo então vice-presidente só poderiam ser feitas por alguém que não tivesse compromisso com as urnas, nem no passado, nem no futuro. Assim está sendo feito. A maioria parlamentar construída para sustentar o mandato ilegítimo do atual presidente permite a suspensão e supressão de direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

O que se observou nesse ano pós-golpe foi uma sucessão de ataques contra direitos duramente conquistados pela sociedade brasileira. Entretanto, esse ataque direto aos direitos sociais não poderia ser mantido sem também um duro ataque aos direitos civis e políticos do cidadão.

A onda conservadora e o ódio, que apoiou o golpe e dá sustentação ao estado de exceção, criaram um ambiente extremamente hostil para grupos minoritários ou marginalizados na sociedade, como indígenas, quilombolas, movimentos sem-terra, movimentos sem teto, negros, mulheres, LGBT, entre outros.

A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A CRISE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A crise dos partidos e dos sistemas de representação está presente em muitas democracias. Na França, berço da democracia moderna, acabou de ser eleito um presidente que fundou um novo partido para disputar o pleito. Nos EUA, Donald Trump, um *outsider* de extrema direita com um discurso feito sob medida para enganar trabalhadores desempregados, chegou ao poder, para surpresa de muitos. Na Grã-Bretanha, o Brexit, algo impensável há poucos anos, foi confirmado em plebiscito. Em parte importante da Europa, há descrença crescente na “política” e nos partidos tradicionais. Emergem aventureiros “apolíticos”, “novos políticos”, novos partidos com velhas ideias e pseudosoluções “técnicas” para problemas políticos complexos.

Essa crise mundial que impacta muitas democracias e a própria política é fruto, em grande parte, da crise econômica mundial. Com efeito, sempre que há uma grande crise econômica, intensa e persistente como a da atualidade, a democracia e os sistemas de representação sofrem considerável estresse. Nessas circunstâncias, a capacidade da política de absorver e arbitrar conflitos, especialmente os conflitos distributivos inerentes ao sistema capitalista, se fragiliza ou, em muitos casos, se esvai completamente.

Na crise dos anos 1920 e 1930, após as sequelas da Primeira Guerra Mundial, alguns sistemas políticos europeus simplesmente implodiram, dando lugar ao fascismo e ao nazismo, que levaram o mundo à gigantesca tragédia da Segunda Guerra Mundial. Nos EUA, entretanto, o sistema político foi salvo pelas políticas anticíclicas de Franklin Roosevelt.

Contudo, nessa crise política mundial, há um fator de base, mais profundo, que vai além da crise econômica. Trata-se do que poderíamos denominar de a “despolitização da política econômica”. Com efeito, desde a década de 1980, em graus variados, os sistemas de representação política vêm “terceirizando” as decisões relevantes sobre a condução da economia para o “mercado”, “analistas de mercado” e “instituições independentes”, como bancos centrais dominados pelos grandes interesses financeiros.

Criaram-se, desde aquela época, “consensos técnicos” que consagraram, como racionais, desejáveis e inevitáveis, as políticas neoliberais amigáveis aos interesses do grande capital financeiro. Com isso, as decisões realmente relevantes sobre a condução das economias e dos países foram excluídas do sistema de representação e do controle da soberania popular, exercida pelo voto.

Na Europa e nos EUA, a tradicional alternância entre partidos tradicionais de centro-esquerda e de centro-direita deixou de ter incidência relevante sobre a política econômica e sobre a vida das pessoas. A maioria dos governos reproduziam e reproduzem, em maior ou menor grau, a mesmice dos “consensos técnicos” e neoliberais. Na Europa, essa submissão ideológica das esquerdas tradicionais ao ideário neoliberal denominou-se “Terceira Via”.

Tudo isso resultou no aumento expressivo da desigualdade econômica e social, num incontido desemprego estrutural e na “financeirização” e desregulamentação da economia, fatores determinantes da pior crise mundial desde 1929.

No campo político, essa usurpação do controle da política econômica pelo voto popular resultou, em um primeiro momento, num crescente absentismo eleitoral e, agora, na crise, na descrença generalizada na política e na falta de credibilidade dos partidos e dos sistemas de representação em muitos países. Os eleitores percebem, em muitas democracias, que seus votos não fazem tanta diferença em suas vidas. Tanto faz votar ou não, porque o sentimento predominante é o de que nada muda.

A política que não cria reais alternativas de poder não é política, é apenas simulacro de democracia. É esse vazio político que está na origem da crise das democracias modernas. Assim, a crise mundial da política é, na realidade, a *crise da falta de política*. E a crise dos sistemas de representação é a crise da falta de representatividade dos sistemas políticos, que não dão voz efetiva aos votos colhidos.

O BRASIL DE VOLTA AO FUTURO?

CENÁRIOS E TENDÊNCIAS PARA 2018

No Brasil, para complicar, o golpe retirou da soberania popular qualquer controle sobre quaisquer políticas, não apenas a econômica. Sem um único voto, o consórcio golpista está implantando, a toque de caixa, não somente medidas conjunturais ortodoxas de ajuste, mas também medidas desestruturantes, com efeitos de longo prazo, ou até definitivos, em muitas áreas: educação, saúde, previdência, assistência social, trabalhista, proteção às minorias, meio ambiente, ciência e tecnologia, energia, política externa etc.

Além disso, os governos Lula e Dilma governaram em uma coalizão de partidos, com uma minoritária base parlamentar programática. Essa correlação de forças desfavorável no parlamento impediu, como já foi dito, a realização de uma reforma política profunda que alterasse o processo eleitoral e que estabelecesse um novo padrão de financiamento das campanhas eleitorais.

Como resultado, o processo de investigação da corrupção, que tem como um dos principais fatores o financiamento de campanha e o caixa 2, retirou a credibilidade de parte importante da classe política brasileira e dos principais partidos políticos e transferiu a tomada de decisões do sistema de representação para um consórcio formado

pelo grande capital financeiro, importantes veículos oligopolizados da mídia, procuradores, policiais e juízes partidarizados.

No mundo inteiro, a superação da crise política e, por consequência da crise econômica, passa pela capacidade dos sistemas de representação recapturarem a prerrogativa de tomar decisões relevantes, efetivas e inovadoras no campo econômico e em todas as áreas. Num sentido geopolítico, essa superação implica em devolver aos Estados nacionais a capacidade decisória que fora transferida para o capital financeiro internacional e consagrada em tratados mundiais e regionais. É o que o chamado “populismo de direita” vem tentando fazer, porém de forma inteiramente estéril e equivocada. E, num sentido democrático maior, essa superação passa, necessariamente, por devolver ao voto popular a capacidade efetiva de decidir os destinos do país.

Em outras palavras, a política tem de recuperar a capacidade de criar uma “identidade” popular que consiga se antepor, numa disputa democrática real, ao *establishment* do capitalismo financeiro global e desregulamentado. Ou, se quiserem, a política real tem de substituir o vazio de escolhas da “pós-política” e a democracia tem de substituir a “pós-democracia” destituída de efetiva soberania popular.

Pois bem. No Brasil, esse processo de recuperação da política e da soberania popular, única forma de superar a crise, tem caráter emergencial e exige duas precondições: derrotar politicamente o golpe, evitando o avanço do desmonte das políticas sociais e do Estado e a desestruturação do mercado de trabalho, e evitar que a nova fase do golpe impeça a candidatura vitoriosa de Lula, que lidera isoladamente todas as pesquisas, em todos os cenários eleitorais.

O GOLPE DENTRO DO GOLPE

A esse respeito, deve-se dizer que o presidente Lula sofre uma perseguição judicial sem paralelo na história brasileira. E o fazem com

um objetivo claro: impedir que Lula seja eleito novamente para, mais uma vez, realizar as conquistas econômicas, políticas e sociais de que o povo brasileiro precisa para se tornar cada vez mais ativo e soberano.

São muitas as arbitrariedades que Lula vem sofrendo ao longo dos tortuosos inquéritos e processos, como a espantosa e ilegal condução coercitiva a que foi submetido em março de 2016, ou as montagens midiáticas de imagens e *power points*, especialmente por parte de promotores públicos, com o objetivo evidente de constrangê-lo e submetê-lo à humilhação pública, em clara ofensa a princípios fundamentais do direito de defesa e da dignidade da pessoa humana.

Outro fato gravíssimo foi o vazamento, pela própria justiça, de áudios de conversas gravadas do ex-presidente Lula com a então presidenta Dilma Rousseff, cuja ilegalidade foi reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, órgão a que compete a guarda da Constituição. Até o momento, contudo, tal condenação do STF não resultou em punição ou providências que assegurem imparcialidade no julgamento do presidente Lula.

Adotou-se contra Lula o chamado “direito penal do inimigo”. Uma política judiciária de identificação prévia e de criminalização total da pessoa, independentemente e antes mesmo da existência de crime. Em relação à Lula, agem como o “juiz que não quer perder o jogo”, como foi exposto pelo renomado jurista italiano Luigi Ferrajoli, em análise pública realizada no dia 11 de abril de 2017, em audiência no parlamento de Roma.

Há, portanto, uma clara seletividade política de parte do sistema judiciário brasileiro. Assim, enquanto políticos ligados às oligarquias tradicionais do Brasil são protegidos, mesmo com provas materiais inquestionáveis, Lula é condenado com absoluta ausência de provas.

Saliente-se que o ex-presidente Lula nunca procurou proteção ou privilégios de qualquer espécie. Sempre esteve à disposição da lei.

Nunca pretendeu estar acima da lei. Mas o que não se pode aceitar é que o coloquem abaixo da devida proteção a que todo cidadão tem direito. Lula não está acima da lei, mas não pode ficar abaixo da lei, que deveria assegurar a todos um julgamento justo.

A experiência recente dos governos do PT mostra, como vimos, que o voto popular e a política podem fazer diferença. Podem mudar para melhor a vida das pessoas.

A candidatura de Lula é única que, até agora, se apresenta com credibilidade suficiente para se antepor à agenda de ortodoxia fiscal permanente e às reformas neoliberais patrocinadas pelo golpe. Todas as outras pré-candidaturas, com exceções das pouco competitivas no campo progressista, se apresentam como mera continuidade do golpe.

As candidaturas conservadoras representam as mesmas políticas que vêm sendo implantadas pelo consórcio golpista, com variações pouco significativas. Os partidos de direita tradicionais, os “novos” partidos, as “escolhas técnicas e apolíticas” e o “populismo de direita” não se constituem em escolhas verdadeiras e alternativas reais ao que já está sendo concretizado pelo golpe.

O fracasso moral, político, econômico e social do golpe inviabiliza uma candidatura competitiva eleitoralmente para disputar com o projeto que Lula representa, como nenhuma outra liderança política do país.

Por isso mesmo, a primeira tentativa de derrotar Lula antecipadamente se deu por meio de uma agressiva campanha midiática. Alguns veículos oligopolizados da mídia patrocinaram um ataque cotidiano e incondicional à Lula e à sua família durante todos esses últimos anos.

Paralelamente, foram esboçadas as tentativas de retomar o discurso do medo e da instabilidade econômica com Lula, a mesma tentativa de articular os mal intencionados especuladores financeiros

com eleitores mal informados, realizada, em 2002, na campanha do medo. Os dados econômicos de comparação entre os governos Lula e FHC, em todas áreas, inclusive na bolsa de valores, que teve uma valorização de 535% no período Lula, quase quatro vezes superior ao período de FHC, inviabilizam a retomada de tal estratégia. Importante lembrar que quando Lula assumiu, em 2003, o Brasil era a 13ª economia do mundo, quando saiu já era a 6ª.

Outra tentativa, foi a de debitar nas costas de Lula e de Dilma toda a responsabilidade pela crise. Entretanto, os dados da última pesquisa Datafolha revelam que 62% da população acham o governo Temer pior que o segundo governo Dilma, e essa tendência vem crescendo fortemente. O papel do golpe no aprofundamento da crise vai ficando cada vez mais claro e a população vai distinguindo os dois projetos.

Restou, ainda, a tentativa de construir uma nova candidatura, um nome de “fora da política”. Todas fracassaram rapidamente, por falta de consistência social e política, ausência de discurso e porque, de alguma forma, também estavam associadas às desgastadas forças que patrocinaram o golpe.

Finalmente, emerge com muita força o “tapetão”. Assim, tirar Lula da disputa no “tapetão” da justiça partidarizada representaria transformar as próximas eleições em simulacro de disputa real. Significaria apostar na “pós-política” contra a política e na “pós-democracia” contra a democracia. É tolher o direito de voto de uma parcela expressiva do eleitorado, que já vem declarando voto em Lula nas pesquisas eleitorais. Significaria apostar, no fundo, no aprofundamento da crise política e democrática.

Esse movimento para impedimento da candidatura inclui desde a tramitação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que veda a candidatura de quem já foi presidente em dois mandatos, até uma forte articulação para introduzir por cima, via Congresso Nacional, sem consulta popular, um sub-presidencialismo, com a figura

do primeiro-ministro, mesmo depois da realização de dois plebiscitos populares com ampla vitória do regime presidencialista.

No entanto, a iniciativa mais articulada para o impedimento da candidatura está, como vimos, no cerco judicial. No Brasil, vem se intensificando elementos de exceção legal, justificados pelas operações de combate à corrupção. Prisões preventivas injustificáveis, com o objetivo quase explícito de forçar delações premiadas, e conduções coercitivas sem base legal vêm se tornando uma rotina. Uma negação dos princípios constitucionais do devido processo legal e do amplo direito de defesa. Há um espetáculo midiático, com condenação prévia e acelerada, sem fundamentos probatórios, mas devastadores na opinião pública. Uma máquina repressiva que intimida, silencia e amordaça, que conta com ampla cumplicidade de importantes veículos de comunicação, escolhe os alvos políticos a serem atingidos. O poder sem controle conduz ao arbítrio e à exceção na relação profundamente desigual entre o cidadão e o Estado.

Os casos mais emblemáticos foram as humilhações impostas contra o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, sem qualquer base legal, que acabaram levando ao desfecho trágico de sua morte. Novamente, de forma semelhante ocorreram agressões arbitrárias em quatro importantes Universidades Públicas Federais, culminando com a recente agressão contra reitor, ex-reitores e vice-reitores e vice-reitoras da prestigiada Universidade Federal de Minas Gerais, por seu projeto de Memorial da Anistia, cujo objetivo é exatamente denunciar o arbítrio, a tortura e o regime de exceção do período autoritário.

Além disso, observa-se também uma grande ofensiva conservadora e intolerante contra a cultura. Museus, exposições e artistas vêm sendo perseguidos e reprimidos por uma onda protofascista que despreza a cultura e a arte como elementos libertários de inovação e de crítica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil e na América Latina, vive-se um momento de grande instabilidade das instituições, no qual um conjunto de ações e medidas de exceção convive e, simultaneamente, devora a democracia.

Em nossos países, os agentes iniciais das medidas de exceção, aqueles que assumem a função de minar a democracia, que no passado foram os militares, agora têm sido o Parlamento e o Judiciário. Na verdade, quando uma dessas instituições assume a liderança da excepcionalidade, a outra a apoia, direta ou indiretamente. O Judiciário e o Legislativo, por omissão ou ação efetiva, funcionam como instrumentos de legitimação tanto de processos de *impeachment* fraudulentos, como de perseguição a adversários políticos, como está sendo o caso dos processos contra o ex-presidente Lula (ROUSSEFF, V.D., 2017).

Auxiliando-os, há também o poder da mídia conservadora, oligopolizada por um pequeno – mas poderoso – grupo de empresas que cria ambiente favorável às medidas de exceção na opinião pública.

A suspensão da normalidade institucional com a vigência de medidas de exceção ocorre nas decisões jurídicas, nas ações executivas e nos espaços institucionais e políticos, dizendo respeito diretamente à relação entre os poderes.

Desde logo, cria-se um ou vários inimigos que são integrantes ou dos governos populares ou dos movimentos sindicais e sociais. É para eles que se voltam tais medidas.

Nas ditaduras, no nazismo e no fascismo, as medidas de exceção eram gerais e amplas, pois aplicavam-se a toda sociedade e em todas as esferas do Direito. Pura e simplesmente suspendiam o Estado democrático de direito. Passamos, agora, na América Latina, a ter medidas de exceção no interior da democracia, medidas localizadas e dirigidas. Não abrangem todos os direitos e não se aplicam a todas as pessoas. Desti-

nam-se a alvos específicos, elegendo o inimigo sobre o qual se aplica o *lawfare*: o uso das leis e dos processos formais como arma de destruição moral e civil do referido inimigo.

Os golpes parlamentares estão no centro articulador dessas medidas específicas, como foi o caso em Honduras, no Paraguai e no Brasil. Mas, por toda a América Latina observou-se a produção de medidas de exceção para perseguir oponentes políticos. É o exemplo recente do que ocorreu no Equador e na Argentina (ROUSSEFF, V.D., 2017).

Esses processos autoritários têm relação estreita com a segunda onda neoliberal, que começa a se implantar na região. Ao contrário do que aconteceu nos anos 1990, quando houve a primeira onda neoliberal na América Latina e no Brasil, dessa vez as circunstâncias internacionais, regionais e nacionais demandam, para o sucesso dessa segunda onda neoliberal, o sacrifício da democracia, do Estado de Bem-Estar e da soberania nacional, especialmente no caso do Brasil, maior país da região, que influencia os rumos de todo o subcontinente.

Todo avanço precisa ser varrido. Por isso, as reformas patrocinadas pelo golpe não são apenas antissociais e antinacionais, são essencialmente antidemocráticas. Tais reformas foram derrotadas em quatro eleições presidenciais sucessivas e não conseguem ser legitimadas pelas urnas. Elas exigem restrições ao experimento democrático. É um grande retrocesso civilizatório que ataca direitos civis e políticos, direitos sociais e econômicos. Que ataca os direitos das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos pobres, do público LGBT, dos povos indígenas, a liberdade cultural e artistas, as universidades públicas e até a ciência.

Com efeito, nessas circunstâncias mundiais de crise econômica aguda, conflitos geopolíticos intensos, fragilização da hegemonia ideológica do neoliberalismo, crise dos sistemas de representação, carência de novas fronteiras para a expansão do capital e crescente financeirização da acumulação do capitalista, a segunda onda neoliberal, para se firmar, precisa:

a) Instaurar uma “democracia tutelada”, que reprima duramente lideranças políticas de esquerda e movimentos sociais e trabalhistas. Os direitos civis e políticos necessitam ser seletivos e relativizados com medidas de exceção.

b) Desconstruir o Estado de Bem-Estar consagrado na Constituição de 1988 e os direitos trabalhistas inscritos na golpeada CLT. Os direitos sociais e econômicos necessitam ser revogados ou “revistos”.

c) Destruir os avanços sociais e econômicos feitos no início deste século, de forma a reduzir de forma selvagem o custo do trabalho e abrir novas fronteiras para a expansão do capital, especialmente do capital financeiro internacional.

d) Alienar tudo o que resta do patrimônio público estratégico, como as grandes reservas do pré-sal, a Eletrobrás, estruturas essenciais da Petrobras, a entrega da Embraer, e erodir os mecanismos estatais do Estado Desenvolvimentista para a regulação do mercado e o fomento da economia.

e) Impor uma ortodoxia fiscal permanente, como a EC 95, que estabelece um teto dos gastos sociais por 20 anos, limitando ou inviabilizando programas na educação e saúde pública, e nas políticas sociais de inclusão e redução das desigualdades.

f) Restaurar a hegemonia ideológica absoluta do neoliberalismo e desconstruir todo o legado que expressa a rica experiência social e econômica dos governos do PT.

g) Retirar o Brasil do Sul geopolítico e recolocá-lo na órbita geoestratégica do Norte geopolítico. Isso implica desconstruir as antigas políticas externa e de defesa. Os Brics e o Mercosul, em especial, precisam ser abandonados, pelo menos em seus aspectos geoestratégicos.

Entretanto, no que tange à fragilização das democracias, isso também vem ocorrendo em países mais avançados, com democracias mais consolidadas. Nos EUA, é exemplo disso o Patriot Act, lei aprova-

da autorizando a tortura para inimigos selecionados, após os atentados de 11 de setembro. A mesma situação se verifica quanto às leis antiterroristas na Europa e as restrições à imigração em quase todo o mundo.

No Brasil, em particular, a partir do processo golpista passamos a ter situações extremas, como a reinterpretação distorcida da teoria do domínio do fato, usada como justificativa para as condenações sem provas, bastando as convicções. Ainda tem sido usada como fundamento para relacionar culpa e hierarquia, de tal forma que quanto mais alto estiver o réu na hierarquia, maior a culpa. Há também o atropelo de prazos e procedimentos ao devido processo legal. Outra característica é a inversão do direito de defesa, ao se exigir que o réu prove a inocência. Passamos a ter o direito à presunção da culpa (ROUSSEFF, V.D., 2017).

Um dos exemplos mais recentes ocorreu no próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), quando se decidiu que a Operação Lava Jato, por lidar com situação excepcional, poderia tomar medidas excepcionais, ou seja, não precisava submeter-se à Constituição Federal, ao devido processo legal e aos ditames dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.

Nesse contexto, a mídia, por meio dos vazamentos seletivos e ilegais, transformou-se em instância complementar à polícia e à justiça, constituindo-se em um verdadeiro tribunal, instância de linchamento e de execução sumária privilegiada do *lawfare*. O poderoso oligopólio midiático golpista repercutiu ainda as distorções das instituições, garantindo a difusão do que os membros do Ministério Público e juízes declaram fora dos autos, mesmo que seja antecipando ilegalmente julgamentos e condenações ou confraternizando-se com os réus amigos. Essa mídia, em contraste com seu papel positivo na redemocratização do país, teve função central na disseminação do ódio político e na conformação do golpe de 2016, como já havia feito no passado no golpe militar de 1964.

É assim que o golpe parlamentar, judicial e midiático, que tem seu ato inaugural no *impeachment* sem crime de responsabilidade de uma

presidenta legitimamente eleita, acompanhado pela sucessão de omissões, distorções e injustiças na ação do poder judiciário e associado aos inumeráveis conflitos entre os três poderes e suas instâncias, levaram o Brasil à mais grave desorganização institucional desde a redemocratização.

Os agentes deste processo são os políticos oligárquicos, fisiológicos e direitistas, a mídia oligopolizada e golpista, as elites financeiras e empresariais egoístas que só veem os seus interesses imediatos e impõem uma agenda de curto prazo ao País e segmentos das corporações jurídico-policiais, que destroçaram a Constituição e as instituições democráticas.

Hoje, o senador Aécio Neves (PSDB) e o presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB) estão sãos e salvos, amparados por decisões parlamentares e judiciais, mesmo com provas concretas, substantivas e públicas de suas culpabilidades. Em contrapartida, Lula é condenado mesmo com provas abundantes de sua inocência. Hoje, o caos institucional se instalou e deixou à mostra uma perversa realidade.

Nela, é legal ser o Brasil governado por um núcleo acusado de graves denúncias de corrupção e golpistas confessos.

Nela, é legal que esses acusados de vários e graves crimes documentados e de conhecimento público possam permanecer em seus cargos até o final de seus mandatos e continuar isentos do alcance da mão da Justiça, se forem eleitos para outros mandatos.

Nela, a mão que pune severamente os pobres, trabalhadores, negros e políticos de esquerda, acaricia os políticos golpistas acusados de graves crimes de corrupção.

Nela, é legal que os inimigos políticos – o presidente Lula e as principais lideranças do PT, dos partidos democráticos e dos movimentos populares – sejam implacável e injustamente condenados e impedidos de concorrer às eleições. Tudo isso sem nem traço de prova.

É assim que a farsa do *impeachment* deu validade à seguinte possibilidade antirrepublicana: qualquer presidenta(e) honesta(o) e corre-

ta(o), que não tenha maioria parlamentar e que não cometeu nenhum crime pode ser derrubada(o) pelo desastroso e fraudulento mecanismo de um *impeachment* sem crime de responsabilidade e, um presidente, denunciado inúmeras vezes por corrupção, pode continuar como presidente, desde que compre e pague por seu mandato para obter maioria parlamentar e que se submeta aos anseios de reformas antipopulares demandados pelo mercado. A soberania popular foi simplesmente extirpada da vida política brasileira.

O ex-presidente Lula que, nos seus mandatos, contribuiu com o maior legado social e projeção soberana para o nosso País, é julgado a despeito da inexistência de provas e condenado apenas com base em convicções, enquanto as principais lideranças do golpe e do governo golpista têm garantida sua impunidade, apesar das provas e devido a favoráveis convicções partidarizadas.

Ao mesmo tempo, todas as investigações desenvolvidas no âmbito do combate à corrupção deixaram evidente que Lula não possui conta no exterior, patrimônio oculto em paraísos fiscais ou malas de dinheiro no Brasil. O mesmo não se pode dizer dos principais políticos líderes do golpe. Eles estão sendo claramente protegidos pelas instituições que deviam investigá-los e poupados pelas instituições que deviam puni-los (ROUSSEFF, V.D., 2017).

Além disso, sem nenhum voto para legitimar tais mudanças, aí estão a absurda emenda do teto dos gastos literalmente reduzindo os gastos públicos em educação e na saúde por 20 anos; a reforma trabalhista que revoga os mais importantes direitos históricos conquistados pelos trabalhadores e abre portas para a exploração selvagem; a permissão de leniência com o trabalho análogo à escravidão; a venda de blocos do pré-sal a preços aviltantes; a venda da Eletrobrás; a venda das terras férteis sem restrição a estrangeiros; a redução do Bolsa Família; o fim do Minha Casa Minha Vida para os pobres e de outros programas essenciais para a inclusão social e a distribuição de renda.

Essa situação é vergonhosa e indigna de uma democracia e de uma república. E é esta situação que o Brasil está vivenciando hoje.

Todas as pesquisas estão confirmando a liderança de Lula na corrida eleitoral e a sua imensa respeitabilidade e credibilidade diante do eleitorado. E isto acontece, em que pese a mais violenta e sistemática campanha de destruição de imagem e reputação perpetrada contra uma pessoa na nossa história.

Isto acontece graças à memória da nossa população quanto às relevantes conquistas sociais, econômicas e geopolíticas obtidas nos governos do PT, em contraste com o desastroso, vergonhoso e imoral governo que aí está.

Acontece devido ao caráter democrático e popular, verdadeiramente autêntico de toda sua luta e história de vida.

Acontece diante da falta de provas das acusações lançadas contra ele, deixando evidente a perseguição da Operação Lava Jato e dos tribunais e provocando um crescente esgotamento do denunciamento judicial, policial e midiático

Acontece porque a possibilidade da candidatura Lula ser barrada pela Justiça não está produzindo a desmobilização pretendida pelos golpistas, nos setores democráticos e progressistas, nos movimentos sociais, nos partidos de esquerda e, principalmente, no PT. O direito de existência da candidatura Lula tornou-se uma questão central e crucial para o futuro da democracia e da retomada do desenvolvimento e da soberania do Brasil.

É nesse cenário que vem sendo promovida uma ampla e irrestrita devassa na vida de Lula e seus familiares, própria dos períodos mais sombrios da ditadura militar, sempre recoberta com um conveniente verniz legal.

Há em relação a Lula inúmeras violações de direitos e garantias constitucionais como sua condução coercitiva sem qualquer fundamento legal, os áudios de conversas telefônicas com a presidenta Dilma,

com seus advogados e familiares gravadas e divulgadas ao arripio da legislação, o que foi reconhecido pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF), apesar da falta de providências.

Nenhum desses atos provocou, por parte dos órgãos do judiciário e da polícia, medidas que coibissem tais desmandos.

Sem dúvida, está evidente que o Brasil atravessa uma crise política e institucional sem precedentes, com o prolongamento de um golpe que vai urdindo medidas de exceção que ferem a Nação e o povo brasileiro. Desde então, o país experimenta, de maneira inequívoca, um golpe contra o Estado Democrático de Direito, a soberania do País e os direitos sociais.

O ato inaugural deste processo golpista foi o *impeachment* fraudulento – sem amparo legal, pois não havia crime de responsabilidade. Na sequência, os golpistas que traíram o país, usurpando o poder, executam uma agenda com medidas políticas, sociais e econômicas que não havia sido referendada pela população na última eleição presidencial. Ao contrário, por quatro eleições presidenciais consecutivas havia sido derrotada. A poderosa mídia golpista, setores do empresariado e do mercado financeiro, a oligarquia política envolvida em graves denúncias de corrupção e parcela das corporações jurídicas e policiais são aliados deste governo que vêm impondo uma agenda de retrocessos ao país. Uma agenda neoliberal regressiva, que promove o atraso e retira os pobres do centro das políticas públicas, uma conquista desde 2003 com a eleição do presidente Lula. Por 13 anos, nos governos do PT, as desigualdades sociais foram reduzidas, ampliados os direitos e a participação cidadã da população brasileira. Isso acabou.

Agora, um governo sem votos e sem a legitimidade das urnas retoma a agenda neoliberal, varrida do país nas últimas quatro eleições, quando o PT e as forças aliadas impuseram derrotas consecutivas ao PSDB e seus parceiros da direita. O governo Temer executa um programa que prega o Estado mínimo, política social mínima, investimentos

públicos mínimos e direitos mínimos dos trabalhadores e da classe média, buscando privatizações máximas e benefícios ilimitados a grandes grupos econômicos selecionados. Tudo isso faz com que o País viva um clima de caos e retrocesso.

A inviabilidade eleitoral de tais propostas é evidente. Por isso, tramaram um novo ato do golpe contra a democracia, a sociedade brasileira e a nossa soberania: tirar o ex-presidente Lula da disputa eleitoral de 2018.

O condomínio golpista está sem votos e sem um candidato viável que dê continuidade à agenda que estabelece o retrocesso das reformas antissociais, antinacionais e antidemocráticas. Estratégico nesta agenda é usar uma arma “legal” para impedir a candidatura presidencial e condenar Lula. Trata-se do *lawfare*, o uso das leis, dos instrumentos jurídicos e da máquina judiciária e policial como arma política para perseguir e destruir adversários como o presidente Lula.

Condenam Lula por crimes que não existem.

O golpe dentro do golpe seria tirar o presidente Lula da eleição presidencial em 2018, transformando-a numa grande fraude.

Qualquer solução judicial que comprometa a representatividade do processo eleitoral aumentará a instabilidade e insegurança institucional. Eleição sem Lula não trará a esperança de volta, nem servirá de base para um governo legítimo e para a construção de um amplo consenso e reconciliação do país, porque será mais um ataque à democracia.

Está claro que a democracia é comprometida quando não há sintonia entre as expectativas do povo e as entregas do governo. Entre o voto popular e os candidatos disponíveis. Para a população no Brasil, primeiro veio a perda de poder, pelo desrespeito aos resultados legítimos da eleição e de 54 milhões de votos; na sequência a cassação de direitos, por meio de reformas – teto dos gastos, reforma da Previdência, flexibilização da legislação trabalhista – tudo isso promovendo retrocessos e exclusão. Por fim, a tentativa de transformar as eleições numa grande

farsa, afastando Lula. Assim, se as práticas econômicas dominantes, os processos antidemocráticos judiciais impedem a priorização de investimentos sociais e a relevância do voto popular, os governos deixam de responder às necessidades dos eleitores. E aí, a política torna-se irrelevante para a vida das pessoas.

Então, os cidadãos voltam-se facilmente para a antipolítica virulenta, na qual fatos e argumentos são substituídos por slogans, violência, preconceito, símbolos distorcidos, sensacionalismo e ódio. É neste ambiente que surgem os salvadores da pátria.

Tudo isso ocorreu e ocorre também, de forma distinta, nas democracias europeias e nos EUA. Não é segredo para ninguém que há uma crise geral das democracias e dos sistemas de representação política, fortemente golpeados pelas desigualdades ocasionadas pela crescente financeirização da economia mundial e pelas políticas neoliberais. Como está sendo analisado por importantes autores e pesquisadores, o padrão de acumulação capitalista do século XXI parece cada vez mais incompatível com a democracia. Nas afirmações recentes de J. E. Stiglitz:

O mundo está sendo assolado por problemas quase incontroláveis. A desigualdade está em ascensão, especialmente nas economias avançadas. A revolução digital, apesar do seu potencial, também implica riscos sérios para a privacidade, a segurança, os empregos e a democracia.

Contudo, no Brasil há um sério agravante. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, na Europa, aqui a direita e a centro-direita tradicionais, com larga tradição autoritária e golpista, insuflaram um fascismo ascendente e apostaram tudo na ruptura democrática.

As nossas oligarquias econômicas e políticas, mais uma vez na história, romperam com a democracia. Romperam com a democracia e romperam com a defesa da soberania nacional. Essa é que é a triste verdade.

Insuflaram as forças mais retrógradas do Brasil para dar um golpe contra a presidenta honesta e colocar no poder a “turma da sangria”. Saíram às ruas junto com grupos de inclinação fascista, que pediam intervenção militar e condenavam a democracia e a política de um modo geral. Chocaram o ovo da serpente que injetaria veneno mortal em nossas instituições democráticas.

Em sua obsessão irracional de tirar o PT do poder a qualquer custo, abriram a caixa de Pandora ao ultraconservadorismo, que agora floresce e os engole. Na sua sanha em derrubar a presidenta eleita, destruíram os pilares da democracia e jogaram na lama o voto popular. Em sua tentativa de limar a credibilidade do PT, destruíram a legitimidade dos partidos políticos e de todo o sistema de representação política.

Insuflaram também juízes e procuradores contra o PT e acabaram destruindo a indústria da construção pesada brasileira e impuseram um golpe duríssimo contra a engenharia nacional. Acabaram também com a nossa competitividade na exportação de serviços, setor estratégico que mais cresce no mundo. Erodiram a credibilidade da justiça e do próprio STF. O casuísmo substituiu a segurança jurídica no Brasil.

As instituições estão em frangalhos e o sistema de representação política tem hoje baixíssima legitimidade. Os partidos e a representação política se assemelham a um espelho partido, que já não consegue projetar uma imagem de nação em que o povo se reconheça.

Essa ruptura com a democracia, com o voto popular e com o pacto da Constituição Federal de 1988 foi planejada e veio para tentar permanecer. É uma estratégia de longo prazo que pretende consolidar a agenda ultraneoliberal regressiva, a ortodoxia fiscal permanente e uma democracia tutelada, que não permitirá mais a alternância de poder e quaisquer políticas que se desviem dos dogmas da ortodoxia econômica e de uma inserção internacional subalterna.

Trata-se, assim, de um golpe continuado que desmonta a democracia, os direitos civis e políticos com seletividade, os direitos sociais

de forma ampla, o Estado de Bem-Estar Social, a soberania nacional e o pacto político-democrático plasmado na transição democrática, que procurava assegurar a alternância de poder pacífica entre as forças políticas do espectro ideológico.

Este ciclo político democrático que se iniciou com o fim da ditadura militar e com a promulgação da Constituição de 1988, está se encerrando. Tínhamos pilares essenciais ao processo democrático que sustentavam a soberania do voto popular. As eleições eram livres e legítimas. Quem perdia as eleições reconhecia a derrota, quem vencida assumia e governava. Esses princípios foram rompidos nas eleições de 2014, pelos golpistas. Retornamos aos cenários de grande instabilidade e imprevisibilidade política.

A perseguição política e as arbitrariedades jurídicas recentes equiparam Lula às injustiças cometidas historicamente contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jango Goulart e também a vítimas de injustiças e arbitrariedades na história internacional, como Nelson Mandela.

O país que, nos governos do PT, combinava democracia, estabilidade, crescimento econômico com geração de empregos, inclusão social com distribuição de renda, soberania nacional com oportunidade para todos e era um destacado, era exemplo para o mundo, agora não existe mais, está destruído.

Contudo, o legado dos governos do PT, como demonstramos neste livro, é generoso, profundo e consistente e, em algum momento da história, voltará renovado e revigorado.

Se o golpe destruiu o nosso presente do Brasil, cabe a nós lutar contra a destruição do futuro do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Inteligência artificial pode trazer desemprego e fim da privacidade, *Folha de S.Paulo*, caderno Ilustríssima, 2/04/2017.
- ANTUNES, R. O Trabalho, na sua morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai/Theomai Journal On-line*, 2009.
- ARAUJO, A. *Mercados soberanos: Globalização, poder e nação*. São Paulo: Alfa Omega, 2001.
- ARAUJO, A. *Moeda & Prosperidade*. São Paulo: Topbooks, 2005.
- BELCHIOR, M. Réquiem para o Programa Minha Casa Minha Vida, disponível em <www.jornalgggn.com.br>, 21.dez.2017.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, Número Especial, p. 729-747, 2012.
- CAMPELLO, T. *Desenvolvimento, Inclusão Social e Intersetorialidade: do Orçamento Participativo ao Brasil Sem Miséria*. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Fiocruz de Governo, 2017.
- CARNEIRO, R. O Brasil de Amanhã, texto para discussão interna, Grupo de Economistas do Instituto Lula, São Paulo, 2017.
- CARNEIRO, R. Os limites do social-desenvolvimentismo, texto para discussão interna, Grupo de Economistas do Instituto Lula, São Paulo, 2017.
- COELHO PAES, V.L. A política regional do governo Lula (2003-2010),

in: *Desenvolvimento Regional no Brasil – Políticas, estratégias e perspectivas*, Ipea-2017.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, Outras Palavras, Fundação Perseu Abramo, 2017.

ELIAS, L.E. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação 2003-2016, texto para discussão interna, FPA, São Paulo, 2017.

FERREIRA, J. *As políticas culturais do Estado democrático*. Texto para discussão interna na FPA, 2017.

GOMES, N.L., Políticas de Igualdade Racial de 2003 a 2016, texto para discussão interna FPA, São Paulo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD Contínua, IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-2002-2015.

MAGALHÃES, I e MUNIZ, M. Habitação Social nos Governos Lula e Dilma. Texto para discussão interna, FPA, São Paulo, 2017.

MATTOSO, J.L., Contribuição nas discussões internas do Grupo de Economistas do Instituto Lula.

MENECUCCI, E. Legado dos 13 anos de governo petista para as mulheres, texto para discussão, FPA, São Paulo, 2017.

MESSIAS, J. Contribuição na discussão interna no Grupo de Economistas do Instituto Lula, 2017.

MOLINA, D. Contribuição na discussão interna no Grupo de Economistas do Instituto Lula, 2017.

PADILHA, A. e PINTO, H. Anos de mudanças na Saúde, buscando um SUS de qualidade, texto para discussão interna, FPA, São Paulo, 2017.

PAIM, H.J., A educação nos tempos de Lula e Dilma, texto para discussão interna, FPA, São Paulo, 2017.

PERCIVAL, M.A.P. Contribuição na discussão interna no Grupo de Economistas do Instituto Lula, 2017.

ROSSETTO, M. A participação popular nos nossos governos. Texto para discussão interna, FPA, 2017.

ROSSI, P. e MELLO, G. Componentes macroeconômicos estruturais da crise brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado. *Brazilian Keynesian Review*, 2, p.252-263, 2º semestre/2016.

ROUSSEFF, V.D. *Relatório CLACSO*, novembro 2017.

STIGLITZ, J. E.(Vv) Depressão pós Davos. Artigo publicado em *Jornal GGN*, 05/02/2018.

TOLMASQUIM, M. Energia Elétrica. Texto para discussão interna, FPA, São Paulo, 2017.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Aloizio Mercadante Oliva, 63 anos, é bacharel em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP, 1976), mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1989). Doutor em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia – Unicamp. É professor aposentado de economia pela Unicamp e professor licenciado pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) tendo sido vice-presidente e diretor de relações internacionais da Comissão Executiva Nacional. Participou também da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde foi fundador e primeiro diretor do Departamento de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos (Desep da CUT). Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em dois mandatos (1991-1995) e (1999-2003), tendo sido presidente da Comissão da Economia e líder da Bancada do PT. Foi candidato a vice-presidente da República com Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1994 e senador da República por São Paulo (PT), na legislatura 2003-2011, tendo sido o senador mais votado da história com 10,5 milhões de votos. Foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Líder do Bloco de Apoio

ao Governo Lula, líder da Bancada do PT, membro da representação brasileira e presidente do Parlamento do Mercosul 2007-2010.

Foi Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011-2012; Ministro da Educação 2012-2014; Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República 2014-2015 e Ministro da Educação 2015-2016 nos governos do PT da Presidenta Dilma Rousseff PT.

Entre as obras mais recentes estão: *O Brasil Pós-Real*, A política econômica em debate, Editora Faceba, Salvador, 1998; *Brasil Primeiro Tempo*, Ed. Record, São Paulo, 2006; *Brasil: Observatório*: Coletânea de artigos sobre a evolução do Brasil nos últimos anos, Senado da República, 2009; *A construção retomada*, Ed. Terceiro Nome, São Paulo, 2010; *Brasil: de Lula a Dilma*, (2003-2013), Madrid-Espanha, Clave Intelectual, 2013; *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*, Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 2010.

Marcelo Zero é sociólogo, formado e pós-graduado na Universidade de Brasília (UnB). Especializou-se em política externa a partir da sua experiência profissional como coordenador da Comissão de Emprego e Migrações do Mercosul, quando trabalhava no Ministério do Trabalho, no início da década de 1990. Desde 1995, trabalha no Congresso Nacional, assessorando as bancadas do PT em política externa, Mercosul, defesa nacional e política de inteligência, além de outros temas.

Lá, participou da resistência à política externa do primeiro período neoliberal, tendo elaborado pareceres e estudos sobre vários temas de relevo, como os relativos ao Acordo de Alcântara e aos acordos bilaterais de promoção e proteção recíproca de investimentos, entre muitos outros. Posteriormente, se empenhou no apoio legislativo à política externa ativa e altiva dos governos do PT. Publica artigos e ensaios regularmente em sites críticos de informação.

Nascido em Lisboa, mas com nacionalidade brasileira, viveu em vários países do mundo e visitou muitos outros, em função do trabalho de seu pai, diplomata de carreira. Essa experiência internacional o ensinou a amar o Brasil e a considerá-lo um país com enorme potencial para a construção de uma sociedade pacífica, desenvolvida, justa e fraterna.

O livro *Governos do PT - Um legado para o futuro* foi impresso na gráfica Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares.
O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 12,6/16,7.
A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em Avena 80g.

“ Este livro insere-se num esforço para revelar e analisar o legado dos governos do PT. Não apenas para mostrar o que foi feito no passado, mas fundamentalmente para revelar o que pode ser feito no futuro. É nosso sólido entendimento de que, se o Brasil quiser superar o golpe, a desestruturação do Estado e do mundo do trabalho, suas medidas extremamente regressivas e promover um novo ciclo de desenvolvimento, a base para tal superação tem de ser assentada nesse legado.

Dilma Rousseff

Presidenta do Conselho Curador da FPA

